

CINTIA GONÇALVES GOMES

**SENHORA DONA BAHIA:
um estudo sobre a crise do século XVII**

**ASSIS
2014**

CINTIA GONÇALVES GOMES

**SENHORA DONA BAHIA:
um estudo sobre a crise do século XVII**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestra em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Claudinei M. M. Mendes

ASSIS

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

G633s Gomes, Cintia Gonçalves
Senhora Dona Bahia: um estudo sobre a crise do século
XVII / Cintia Gonçalves Gomes. - Assis, 2014
120 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis - Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr. Claudinei M.M. Mendes

1. Brasil - História - Período colonial, 1500 - 1822. 2.
Crises. 3. Matos, Gregório de 1633 - 1696. 4. Vieira, Antônio,
1608 – 1697. I. Título.

CDD 981.03


CINTIA GONÇALVES GOMES

SENHORA DONA BAHIA:
um estudo sobre a crise do século XVII

Dissertação apresentada à Faculdade
de Ciências e Letras – UNESP para a
obtenção do título de Mestra em
História (Área de Conhecimento:
História e Sociedade)

Data da Aprovação: 02/07/2014

COMISSÃO EXAMINADORA


Presidente: PROF. DR. CLAUDINEI MAGNO MAGRE MENDES - UNESP/Assis


Membros: PROF. DR. CARLOS EDUARDO MENDES DE MORAES -
UNESP/Assis


PROF. DR. SEZINANDO LUIS MENEZES - UEM/Maringá

Aos meus pais, Sebastião e Guadalupe e ao meu marido, Dionathas. Meus melhores e maiores presentes...

Agradecimentos

Neste momento, as palavras parecem insuficientes para agradecer a todos que me ajudaram a chegar até aqui. Começo agradecendo aos meus pais, Sebastião e Guadalupe, pelo amor incondicional e por sempre acreditarem que eu podia ir mais longe e me incentivarem a cada dia, não deixando que eu desanimasse sequer um minuto, me ajudando, me corrigindo e respeitando. Ao meu querido marido Dionathas, pela paciência, companheirismo, carinho e apoio que me deu a cada minuto que vivi e vivo consigo.

Ao meu orientador, professor Dr. Claudinei Magno Magre Mendes, a quem sou eternamente grata pela atenção, respeito, amizade, conversas variadas, e, principalmente, por ter acreditado em mim. Não existem palavras suficientes para expressar minha gratidão. Espero que nossa amizade continue por muito tempo e produza ainda melhores frutos.

Aos amigos de pós-graduação Raphael Martins Ricardo e Wesley Dartagnan Salles, meu muito obrigada pela ajuda, risadas, conversas, debates, cafés e sobretudo pelo agradável convívio desses últimos anos.

À Elisabete da Silva Brigano pelas dicas, incentivos, preocupação, leituras atentas e correções do meu texto. Muito obrigada! A minha amiga e irmã de coração Maysa Silva Oliveira, que, desde a graduação, sempre me encorajou a seguir em frente. Agradeço por sempre estar por perto, compartilhando sonhos e frustrações.

Aos professores Dr. Carlos Eduardo Mendes de Moraes e Dr. Sezinando Luiz Menezes por terem aceitado compor as bancas de qualificação e de conclusão deste trabalho. Também pela arguição no exame de qualificação, as correções e indicações muito valiosas para a confecção do texto final.

Agradeço também ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa, sem o qual seria impossível concluí-la e aos funcionários da Seção de Pós-Graduação e da Biblioteca da Unesp de Assis pela atenção e ajuda. Serei sempre grata.

"Desistir... eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça."

Cora Coralina

"Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes".

Marthin Luther King

GOMES, Cintia Goncalves. **Senhora Dona Bahia: um estudo sobre a crise do século XVII**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade compreender a complexa crise em que se encontrava a Bahia na segunda metade do século XVII através da análise de escritos contemporâneos, como as cartas do padre Antônio Vieira e os poemas de Gregório de Matos. Nesses documentos, os autores apresentam a conjuntura do período, suas rupturas e as permanências, porém com pontos de vista diferentes, o que nos favorece uma compreensão mais aprofundada e completa do período estudado, com as iniciativas e atitudes tomadas por pessoas e instituições para tentarem sanar ou ao menos melhorar os problemas enfrentados, principalmente no que se refere ao período que envolve a crise e seus desdobramentos.

Palavras-chave: Brasil colônia; crise; Gregório de Matos; século XVII.

GOMES, Cintia Goncalves. **Lady Dona Bahia: a study of the crisis of the seventeenth century.** 2014. 120 f. Dissertation (Master's degree in History). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

ABSTRACT

This study aims to understand the complex crisis that existed Bahia in the second half of the seventeenth century through the analysis of contemporary writings, such as letters of priest Antonio Vieira and the poems of Gregorio de Matos. In these papers the authors present the situation of the period, its ruptures and continuities, but with different views, which favors a more in-depth and thorough understanding of the period studied, with the initiatives and actions taken by individuals and institutions to try to remedy or at least improve the problems faced, especially with regard to the period of the crisis and its consequences.

Keywords: Brazil colony; crisis; Gregório de Matos; seventeenth century.

Abreviaturas

ABN..... Anais da Biblioteca Nacional

AHU..... Arquivo Histórico Ultramarino

DHAMB..... Documentos históricos do arquivo municipal da
Bahia

DHBN..... Documentos históricos da Biblioteca Nacional.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 – A União Ibérica e a Restauração	22
1. 1. Mudanças na Metrópole.....	22
1. 2. O Conselho Ultramarino.....	27
1. 3. As Companhias de Comércio.....	30
Capítulo 2 - Os problemas do Nordeste e as tentativas administrativas de solução	34
2. 1. A busca de soluções para o problema: os documentos oficiais.....	39
Capítulo 3 – Antônio Vieira e a Crise	53
3. 1. Vieira Político.....	53
3. 2. A Perspectiva do Pregador.....	55
3. 3. Antônio Vieira e Gregório de Matos.....	69
Capítulo 4 - Gregório de Matos: a visão crítica sobre a Bahia	72
4. 1. A biografia de Matos.....	72
4. 2. As posições sobre o ‘Boca do Inferno’	74
4. 3. A perspectiva do Maldizente.....	77
Considerações finais	100
Referências	104
Anexos	115

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XVII foi um período extremamente importante na História de Portugal e de suas posses ultramarinas, no caso de nossa pesquisa, especialmente a Bahia. Momento em que Portugal conseguiu sua autonomia em relação à Espanha com o fim da União Ibérica, em 1640, expulsou os holandeses do Brasil, em 1654, mas que enfrentou uma grave situação financeira no próprio Reino e nas suas posses, principalmente, no Brasil.

Para analisarmos o período, usaremos escritos contemporâneos: os poemas de Gregório de Matos (1636-1695) e as cartas do jesuíta Antônio Vieira (1608-1697), buscando compreender a maneira como eles vivenciaram esse período e como examinaram sua repercussão social e econômica na sociedade baiana da segunda metade do século XVII.

É importante salientar que utilizamos nesta pesquisa a expressão “crise” como instrumento de análise para o período estudado, que se inicia com o fim da União Ibérica em 1640 e se estende até 1695, momento em que se relatam o encontro dos primeiros sinais de ouro em Minas Gerais, o que posteriormente levou ao ciclo do ouro no Brasil.

No entanto, no decorrer do estudo pode se perceber que nos documentos da época não aparece em nenhum momento a palavra crise, mas sim ruína, pois *crise* no período estudado não possui nenhuma ligação com a economia ou a política. Também utilizaremos a expressão “crise açucareira” pelo fato de estar consagrada na historiografia. No entanto, é importante salientar que, atualmente, existem historiadores que negam a existência de uma crise, como é o caso de Sampaio (2003)¹.

Gregório de Matos viveu no Recôncavo entre 1680 e 1695 e presenciou o período mais agudo da crise que atingiu a economia e a sociedade açucareira baiana, após a expulsão dos holandeses do Brasil em 1654 e posteriormente a instalação de uma produção açucareira concorrente da brasileira nas Antilhas (FURTADO, 1982, p. 16-18). Vários de seus poemas deixam entrever o impacto provocado por essa crise e, ao mesmo tempo, mostram como Gregório de Matos reagiu a ela e aos seus desdobramentos.² Em função disso, criticou personagens, a Câmara, instituições como a escravidão e assim por diante. Nossa intenção é,

¹ Para mais detalhes ver: SALLES, Wesley D. **Tempos de Crise: O império português, a crise açucareira, o tráfico de escravos e a lei das arqueações (1640 - 1695)**. 2014. 251f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2014.

² É importante observar que, ainda que a crise tenha afetado a vida dos baianos, não foi igual o modo como se reagiu a ela. Alguns autores, como o padre Vieira e Viegas, procuraram dar a ela uma solução, ao passo que Gregório de Matos valeu-se da sua poesia para satirizar aqueles que não buscavam uma solução ou procuravam se aproveitar da situação para seu enriquecimento.

portanto, examinar os poemas que foram elaborados em função da crise, procurando entender como ela influenciou sua obra e de que maneira reagiu a essa situação adversa que viveu.

Gregório de Matos retornou ao Brasil com aproximadamente quarenta e quatro anos, em plena *crise açucareira*. Isso significa que veio ao Brasil amadurecido, com opiniões consolidadas e com sua maneira de encarar a sociedade já constituída. Também chegou por ocasião em que a crise açucareira já tinha se abatido sobre a economia baiana. Assim, se trouxe consigo de Portugal ideias já formadas, no Brasil, especificamente na Bahia, diante de uma situação crítica, colocou sua verve para fazer seus poemas, valendo-se de temas fornecidos pela crise: o preço do açúcar, a reação dos cameramistas diante dela, a onzena (usura), etc. Diante dessas situações, o poeta construiu sua obra, principalmente invocando-as em suas sátiras, que demonstravam a situação social, política e econômica enfrentada em terras baianas.

Os poemas de Gregório de Matos são para vários autores fontes de estudo e debates. Há estudiosos que questionam a autoria dos poemas atribuídos ao poeta. Ainda que a questão da autoria possa ser importante, parece que não existe a possibilidade de confirmá-la ou não. Aqui entramos no plano das conjecturas. Mas, qualquer que seja a solução dada, é preciso salientar que independentemente de ser o autor ou não dos poemas ou destes terem sido plágios, o fato é que retratam questões relativas à situação pela qual passava a Bahia, referindo-se e criticando pessoas, instituições, homens públicos, governantes, situações que vivenciara direta ou indiretamente e que do ponto de vista de quem os escreveu eram consideradas ‘culpadas’ por tal conjuntura. Também é importante salientar que nosso estudo não tem o intuito de criticar ou defender Gregório de Matos, mas tentar compreender a conjuntura do período por ele vivido através de seus poemas.

Podemos perceber que Gregório de Matos foi mais estudado pelos teóricos da literatura brasileira do que por historiadores. Em razão disso, nos fixaremos mais na discussão dos estudos literários, nos valendo da crítica das fontes para desenvolvermos nossa análise, apesar de considerarmos também alguns dos estudos importantes relativos ao poeta, realizados por historiadores.

É necessário salientar que os teóricos da literatura que se propõem a analisar as obras de Gregório de Matos seguem linhas de trabalho diferentes, alguns fazendo suas análises sobre o poeta usando seus textos, mas embasados nas críticas existentes sobre o mesmo, como, por exemplo, Alfredo Bosi, Haroldo de Campos e Antônio Candido. Outros teóricos, como Adriano Espínola e João Adolfo Hansen, apesar de considerarem as críticas existentes sobre o poeta, embasam suas pesquisas analisando mais a fundo o ambiente em que

Gregório de Matos vivia e seus textos, pontuando suas características, relacionando e discutindo-as. Pedro Calmon, historiador, também se preocupou com estas questões. Desse modo, utilizam o documento, os poemas do Gregório de Matos, como argumento, comprovação e demonstração.

Sem deixar de reconhecer a importância da primeira linha de estudos apresentada acima, em nossa pesquisa nos valeremos dos métodos utilizados pela segunda linha. Todavia, é importante salientar que não vamos analisar o poeta Gregório de Matos em si, mas, elegendo os poemas em que tratou de questões relacionadas à crise. Vamos examinar esse material, para verificarmos como ele retratou a crise – aqui, inclusive, verificar se “culpou” ou atribuiu a crise a personagens e instituições – e como ele reagiu ou se comportou diante dela. Para conseguirmos alcançar este objetivo, é necessário analisarmos seus poemas também do ponto de vista do ambiente em que vivia.

Entretanto, não basta somente estudar seus poemas e contextualizar a época em que Gregório de Matos viveu, pois somente essa relação não explica o poeta, é necessário também analisar o modo como o poeta reagiu às condições existentes no período e transferiu-as para seus poemas, apresentando uma visão bastante particular do que observava e vivenciava.

Para melhor compreendermos essas peculiaridades do poeta, ressaltando suas especificidades, vamos nos valer do método de comparação, utilizando para tanto de documentos do período que possuem uma maneira diferente de analisar e tratar a conjuntura em que estavam inseridos, como as Atas e Cartas do Senado (documentos oficiais) e as cartas do Padre Antônio Vieira, que demonstram tentativas para solucionar, ou pelo menos melhorar, a situação complicada que tanto a Bahia quanto Portugal enfrentavam.

Antônio Vieira nasceu em Lisboa, mas passou sua infância e juventude na Bahia, onde se formou no Colégio Jesuíta. Vivenciou as invasões holandesas e fez vários apontamentos sobre tal acontecimento. Com a Restauração, tornou-se conselheiro, diplomata e homem de confiança de D. João IV, representando os interesses de Portugal na busca por acordos diplomáticos que favorecessem a soberania Lusa em face ao reino de Castela. (VAINFAS, 2011, p.11).

Retornou à Bahia no início dos anos 80, também no momento mais crítico da crise açucareira, com mais de 70 anos, onde se dedicou à preparação da publicação de seus sermões. Morreu em 1697, com 89 anos (PÉCORA, 1954, p. 34). Antônio Vieira possuía igualmente uma visão crítica da sociedade em que vivia. Seus escritos, sermões e cartas, relatam sua atividade junto à coroa, suas ações e opiniões sobre o que acontecia tanto na

metrópole quanto em suas possessões. No caso dos sermões, a religião sempre se fez presente, utilizando-se de metáforas e comparações bíblicas para justificar o que acontecia ou o que se esperava por vir. Nas cartas, a influência da religião é menor, mas não deixa de se fazer presente, principalmente quando se refere aos seus projetos ou a problemas de grandes proporções, quando se mescla com suas ideias e opiniões. Atualmente, as cartas de Vieira são divididas em três grandes blocos temáticos: a) seus primeiros anos como missionário no Brasil, b) sua representação como diplomata da Coroa pela Europa, momento em que passa por um processo inquisitorial, e, c) sua volta à Bahia, quando se dedicou aos seus escritos com o intuito de publicá-los.

Essas cartas de Antônio Vieira, bem como a de outros jesuítas, são uma rica fonte para compreendermos a História de Portugal e de suas posses, dentre elas o Brasil, pois “se não fossem as cartas e relatórios minuciosos daqueles padres – os jesuítas não davam um passo sem registrá-lo, seria praticamente impossível reconstituir a História do Brasil Colônia” (BUENO, 1996, p. 48).

Voltamo-nos também para a análise das cartas, pois é a parte da produção do jesuíta que acaba sendo deixada de lado pela crítica literária e histórica, que se volta somente para o Vieira idealizado como representante do colonizador europeu, o defensor dos índios. Com tal característica, podemos perceber que a parte da obra do jesuíta que ganha destaque é sempre a que descreve com riqueza de detalhes como era a administração portuguesa, o trabalho dos jesuítas, mas acaba ficando de lado as críticas realizadas por Vieira contra a corrupção, os maus costumes, as epidemias e a situação complexa pela qual a Coroa e suas posses passaram.

Desse modo, nosso estudo procura compreender, através dos escritos de Antônio Vieira, como era a situação da Bahia em meados do século XVII, momento em que ele retornou ao Brasil e entender quais as atitudes que ele buscou tomar para tratar da crise que se abatera sobre a sociedade, pois percebemos que são nas cartas que o jesuíta tratou com mais cuidado dessa problemática, equacionou-a, tentando buscar soluções práticas e chegando a pedir ajuda a seus correspondentes, sempre figuras importantes do período. Algumas dessas tentativas de soluções foram acatadas posteriormente à sua sugestão, como é o caso da criação, em 1695, da moeda provincial, com o objetivo de que não se esgotasse o dinheiro circulante da colônia.

Antônio Vieira também sofreu com questões autorais, tendo em vários momentos que escrever à Inquisição, comunicando que haviam sido impressos livros com autoria enganosa vinculada a sua pessoa, como na Carta Apologética, destinada ao jesuíta Jácome

Iquazafigo, na qual comenta sobre a circulação de uma carta que possuía autoria vinculada a ele. Outro exemplo de reclamação sobre falsa autoria consta na carta do religioso a Duarte de Macedo, em 24/05/1678, na qual esclarece ao seu correspondente que a Inquisição recolhera obras que eram falsamente vinculadas ao seu nome, e, para garantir que não iria ter mais problemas com o Tribunal do Santo Ofício, havia feito um memorial ao Conselho Supremo da instituição, mostrando ser contrário ao que estava escrito:

Avisam-me que aí se mandam recolher pela Inquisição os livros que se tinham estampado de sermões com o nome de meus. [...] aconselhando do meio com que podia conseguir, fiz memorial ao Conselho Supremo desse Ofício, em que representava que muitos dos ditos sermões eram totalmente alheios e supostos, e os demais mui corruptos e viciados, delatando os mesmos erros para que se pudesse tomar conhecimento das causas (VIEIRA, 2009, vol.3, p. 196).

No entanto, não eram só as falsificações quanto à autoria dos sermões que preocupavam o jesuíta. Em alguns momentos, faziam publicações de seus textos sem sua autorização, ou sem a sua devida correção, mudando as ordens e acrescentando ou diminuindo os textos, o que o obrigou novamente a recorrer ao Conselho do Santo Ofício com a solicitação de que não se permitisse a publicação de tais textos, ou que se retirasse seu nome desses livros, já que eram contrários a qualquer tipo de comportamento seu, conforme conversa com Duarte Ribeiro de Macedo em 21/06/1678:

Meu Senhor. Muitos dias há tenho notícia que se bolia dessa banda, por parte de alguns religiosos émulos da Companhia, contra os dois livros que lá se imprimiram em meu nome, sendo grande parte dos sermões totalmente alheios e supostos, e os que eram meus cheios de infinitos erros, e com os discursos ou trocados ou diminuídos ou acrescentados, e finalmente corruptíssimos. E como havia quatorze anos que os ditos livros, sem consentimento meu, antes muito a meu despeito, corriam sem reparo nem objeção, [...] o remédio da dita impressão, e que os livros ou totalmente se proibissem, ou se tirassem o meu nome dos que o não são, e em qualquer dos casos ou modos se declarasse ser eu o autor desta reforma; e para o dito fim, com conselho de quem em o podia dar como prático desses estilos, fiz o memorial de que dei conta a V. S^a. e agora asseguram que tudo se comporá com o crédito que se pretendia (VIEIRA, 2009, vol. 3, p. 202).

Assim, temos os poemas de Gregório de Matos e as cartas de Antônio Vieira como uma representação do que ocorria na sociedade baiana do século XVII, que nos são

apresentadas nas descrições da economia, que passava por dificuldade, na crítica que fazem aos personagens da cidade, na maneira como se comportam, nas atitudes tomadas pela coroa e demonstrando como o poeta e o religioso se colocavam diante de tudo isso.

A análise comparativa entre esses escritos é bastante significativa, pois o que nos interessa é podermos perceber as peculiaridades de cada autor, seus objetivos, através do modo como dão maior ou menor ênfase às mudanças e transformações ocorridas na Bahia durante o período estudado. Assim, segundo os estudos de Cardoso e Brignoli (1981), a comparação “constitui um processo essencial no caminho para a sistematização dos conhecimentos, (...) porque possibilita ao observador afastar-se de seu próprio ponto de observação, de sua sociedade particular, sem o que não há objetividade possível nas ciências sociais” (1981, p. 410). Os autores ainda completam que o método comparativo seria a maneira de encontrar possibilidades de resposta em uma situação na qual não se pode utilizar dos métodos de experimentação, pois “não é possível introduzir na ciência nenhum fenômeno novo e comprovado sem compará-lo com os fenômenos já conhecidos, pois sem essa comparação, simplesmente, não se pode dar um nome a nenhum fenômeno novo e comprovado”.

Para que fosse possível elaborar este trabalho, a seleção das fontes utilizadas foi uma grande preocupação, principalmente no que se refere à qualidade e à acessibilidade. Assim realizamos um levantamento das várias edições das obras de Gregório de Matos e, tendo em vista o maior número de poemas e o modo como estão organizados, usamos como fonte principal a edição da editora Janaína, localizada na UNESP de Assis, S.P. Para complementar a relação de obras do poeta, realizamos pesquisa no IHGB, no Rio de Janeiro, onde tivemos contato com uma antologia poética de difícil acesso devido ao pequeno número de exemplares publicados, editada pela Casa da Moeda, denominada *Se souberas falar também falaras*; também tivemos acesso ao acervo completo de códices manuscritos de Gregório de Matos situados na Biblioteca Nacional, local onde realizamos levantamentos de documentos referentes à crise açucareira e ao contexto em que ela estava inserida.

Para analisarmos as cartas do padre Antônio Vieira, utilizaremos como fonte principal as coleções *Cartas do Padre Antônio Vieira*, organizadas por João Lúcio de Azevedo em três volumes, publicados entre os anos de 1925 e 1928 e atingindo um total de 720 cartas, com correções e notas do editor que ajudam a compreender os assuntos tratados nelas, bem como os personagens envolvidos; e também as “*Obras escolhidas*”, da Livraria Sá da Costa (1951), que possuem alguns documentos que complementam a primeira. Ambas estão localizadas na biblioteca da UNESP de Assis, S.P. Também encontrados na mesma

Universidade estão os documentos, leis, cartas e ordens régias referentes ao tema e ao recorte temporal da pesquisa localizados nos *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* e no “*Projeto Resgate Barão do Rio Branco*”, além das *Atas da Câmara e Cartas do Senado* da Prefeitura do Município de Salvador, das quais possuímos cópias.

Todavia, para podermos realizar uma análise mais aprofundada das fontes selecionadas, devemos considerar os estudos sobre a Literatura como fonte histórica.

Apesar de História e Literatura se relacionarem com frequência e esta relação não ser recente, ela vem se intensificando cada vez mais, principalmente devido às transformações que ambas as ciências vêm sofrendo na atualidade, principalmente a partir do século XX com os estudos de Marc Bloch e Lucien Febvre, componentes da primeira geração da Escola dos Annales. Segundo Bloch, em *Apologia da História* (2002), a História é a ciência dos homens no tempo, assim quaisquer vestígios deixados pelos homens ao presente são fontes em potencial para compreensão da História. Lucien Febvre concorda com essa afirmativa de Bloch em sua obra *Combates pela História* (1977), na qual afirmou que tudo que é deixado pelos humanos são “documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de ação em potência” (FEBVRE, 1977, v. I, pp. 20-21).

Para Le Goff (1976), documentos literários e artísticos são fontes singulares quando considerados como histórias da representação da realidade. Deste modo, as fontes literárias podem e devem ser utilizadas como fontes históricas. Entretanto, devemos ter cuidado com a forma que as utilizamos, pois devemos “situá-las em seu contexto histórico, mostrando suas intenções e diálogos com os acontecimentos de sua época” (ALVES, 2010, p. 8), e, como afirma Chartier, quando textos literários são usados pelos historiadores “(...) perdem a sua natureza literária para serem reconduzidos ao estatuto de documento, válidos porque mostrando, de outro modo, o que a análise social estabeleceu pelos seus próprios processos”³.

Assim, através dos poemas ou das cartas é possível que obtenhamos visões acerca da sociedade, de classes sociais, dos valores políticos, religiosos, que nos são expressos por meio da literatura.

Entretanto, para que nossa análise documental seja completa e para podermos comparar a crítica exposta nos poemas de Gregórios de Matos com as considerações contidas nas cartas do Padre Antônio Vieira, somente os estudos da relação entre História e Literatura não foram suficientes, sendo necessário fazer uma análise aprofundada das cartas do jesuíta através das normas da epistolografia.

³ CHARTIER, Roger. Apud ALVES, Marcos Francisco. **História e Literatura em diálogo: representações da escravidão em Bernardo Guimaraes e Joaquim Manuel de Macedo**. In: Revista Eletrônica Cadernos de História. Nº2. Minas Gerais, 12/2010.

Como os poemas ou qualquer outro gênero literário, as cartas não estão desvinculadas do contexto histórico, das ideologias do momento em que foram escritas. Entretanto, além do contexto histórico, existem outros pontos que devemos observar ao analisarmos a literatura epistolar — ou como Alcir Pécora refere-se em sua obra *Máquina de Gêneros* (2001) - as convenções que as regem.

Além do conteúdo, que geralmente é o primeiro item que atrai o pesquisador, por conter descrições, diálogos e prestação de contas, ao ler uma correspondência, devemos prestar atenção à linguagem, pois ela deixa transparecer qual o tipo de relação existiu entre os correspondentes, o respeito, a hierarquia, pois “o epistológrafo requinta o que tem para dizer conforme o destinatário a quem o confia” (ROCHA, 1965, p. 18). Portanto, é muito importante conhecer os correspondentes, pois é através deles que podemos reconstruir parte do contexto em que a carta está inserida, além de nos permitir compreender alguns conceitos de entendimento comum entre eles.

Na análise das cartas, é igualmente importante observar as circunstâncias de lugar e tempo, e a assinatura. Desta maneira, tanto para analisarmos os poemas de Gregório de Matos, quanto as cartas do Padre Antônio Vieira, devemos fazer o que Marc Bloch (2001) chamou de “crítica documental”, ou seja, observar o contexto em que estão inseridos os documentos, as circunstâncias que os levaram a escrevê-los, assim como os interesses envolvidos.

Mas, para podermos entender esses documentos, não basta simplesmente usarmos as metodologias arroladas acima, devemos também analisá-los dentro de uma conjuntura bastante específica: a segunda metade do século XVII e seus desdobramentos. Sem considerar as condições históricas em que Gregório de Matos e Antônio Vieira escreveram, é impossível analisar e compreender a documentação que constitui as fontes de nossa pesquisa.

Para podermos expor os dados de nossa pesquisa, nosso trabalho contará com quatro capítulos, mais a introdução e as considerações finais.

Introdução: apresentamos nosso trabalho, destacando a importância do recorte temporal que vai de 1640 a 1695. Em seguida, apresentamos as fontes da pesquisa: os poemas de Gregório de Matos e as cartas do padre Antônio Vieira, fazendo então uma breve biografia dos dois autores, contextualizando o momento em que estavam inseridos, seus principais modos de agir e pensar e a forma como os estudos predominantemente literários se voltaram para suas obras.

Também descrevemos a metodologia que usamos em nossa pesquisa, a comparação, pois através da análise e cotejo das fontes podemos compreender com maior

clareza a situação em que Portugal e Bahia se encontravam. No entanto, para que a compreensão desses documentos fosse realizada do melhor modo e com o maior entendimento possível, fizemos uso da relação entre História e Literatura conjuntamente com as normas da epistolografia, baseados nos estudos de Alcir Pécora. Por fim, apresentamos um resumo dos capítulos que compõem nosso estudo.

Capítulo 1- **“A União Ibérica e a Restauração”**: Neste capítulo, mostramos o contexto histórico de Portugal durante a União Ibérica (1580-1640), as dificuldades e os problemas enfrentados pelos lusitanos na economia com a diminuição da receita recolhida, a redução da marinha e da defesa nacional, o que levou a invasões dos inimigos da Espanha em suas posses, além da falta de assistência régia por parte dos castelhanos, que não cumpriram como deveriam o Pacto de Tomar.

Conjuntamente, expusemos o cenário de Portugal após a Restauração (1640), um período bastante conturbado em que a Coroa teve que lutar pela sua autonomia em relação à Espanha, realizando alianças com países aliados – França, Inglaterra e Holanda para conseguir se manter livre, aumentando ainda mais seus gastos dentro de uma economia que não estava bem.

Por fim, a criação do Conselho Ultramarino e das Companhias de Comércio igualmente compõe esse capítulo, pois fazem parte das ações para a preservação das possessões ultramarinas portuguesas, além de auxiliar a economia açucareira que passava por dificuldades.

Capítulo 2 – **“A situação do Nordeste e a busca de soluções nos documentos oficiais”**: Neste capítulo, estudamos a conjuntura do Nordeste brasileiro no período pós-Restauração, bem como os problemas que surgiram anteriormente, durante a união das coroas, como o caso da invasão holandesa e os prejuízos que essa ocupação gerou para os moradores, aos senhores de engenho pernambucanos e para a economia açucareira como um todo, principalmente devido à concorrência das Antilhas.

Os altos impostos pagos pela população à Coroa, a baixa do preço do açúcar, a falta de mão de obra escrava causada pelas várias epidemias e pela alta dos preços dos cativos também foram examinados. No entanto, esses problemas não foram analisados de forma isolada, mas em conjunto com os documentos oficiais referentes ao período estudado, como as Atas da Câmara e Cartas do Senado da Prefeitura do Município de Salvador, com o intuito de compreendermos quais foram as iniciativas e atitudes tomadas para tentar sanar ou melhorar os problemas enfrentados em Portugal e também na Bahia. Isso porque esses documentos apresentam as reações da Câmara, do Senado e mesmo da Coroa, diante das

reclamações da população cansada de viver com desigualdade e que, em vários momentos, não conseguia ao menos ter suas solicitações atendidas, pois as preocupações e solicitações que sempre tomavam a frente eram as referentes à produção e comércio do açúcar.

Capítulo 3: “**Antônio Vieira e a Crise**”: Apresentamos uma breve biografia do padre Antônio Vieira, para compreender o ambiente em que vivia e o modo como este local interveio em sua compreensão e visão das modificações ocorridas em Portugal e na Bahia, no recorte de nossa pesquisa.

Em seguida, estudamos as ações e atitudes do jesuíta para ajudar Portugal a manter sua soberania após o fim da União Ibérica, através das negociações, dos acordos de paz e dos tratados de cooperação; buscamos compreender a busca pela reorganização da economia lusitana e, conseqüentemente, de suas posses ultramarinas, especificamente a Bahia, que também passava por sérios problemas, por meio da criação de instituições como o Conselho Ultramarino, Companhias de Comércio, além da instituição de uma moeda circulante apenas na Bahia, a chamada moeda provincial, com o intuito de acabar com a falta de dinheiro circulante.

Também compôs este capítulo a visão crítica de Antônio Vieira a respeito do meio em que vivia, pois em seus escritos condenou a corrupção das instituições na Bahia, as más condutas das pessoas, a alta tributação paga pela população baiana, visto que tudo isso contribuiu ainda mais para o agravamento da situação vivida pelos baianos e afetou qualquer tentativa de melhoria.

Capítulo 4: “**Gregório de Matos: a visão crítica sobre a Bahia**”. Neste capítulo, inicialmente, abordamos a biografia de Gregório de Matos com o intuito de compreender o que o influenciou no modo de ver as transformações ocorridas na Bahia seiscentista; também apresentamos a linha de análise que seguimos em nosso trabalho e as diferenças entre os estudos existentes sobre os escritos do poeta e o que nos propusemos a fazer.

Posteriormente analisamos os poemas de Gregório de Matos, com o intuito de compreender sua postura e atitudes críticas diante de toda a situação em que a Bahia se encontrava, pois quando descrita em documentos anteriormente citados foi também apresentada pelo poeta, o qual, no entanto, pelo modo peculiar como reagiu às circunstâncias, merece destaque, uma vez que criticou em seus poemas a tudo e a todos, sem poupar instituições ou hierarquias, mostrando também o complexo estado da população da Bahia, os excessos, os abusos, as adversidades e os transtornos vividos pelos produtores e comerciantes de açúcar, as mudanças sociais e estruturais que ocorreram ante a essa situação.

“Considerações finais”: Apresentamos por fim um balanço geral de nossa pesquisa e tentamos estabelecer, através da comparação entre as diferentes atitudes da Câmara, do Senado, do padre Antônio Vieira e de Gregório de Matos, como a complexa situação econômica vivida por Portugal e pela Bahia no século XVII foi tratada, quais as reações destes autores perante essa realidade e as possíveis soluções propostas para que houvesse alguma melhora. Assim, apresentaram-se os argumentos sólidos que confirmaram a hipótese inicial de nossa pesquisa: a de que a Bahia passou por uma grave crise na segunda metade do século XVII.

CAPÍTULO 1:

A União Ibérica e a Restauração

A União Ibérica, período compreendido entre 1580 e 1640, no qual ocorreu a união de Portugal e Espanha, pois o rei português Dom Sebastião que desaparecera numa batalha em Alcácer-Quibir não possuía descendentes para substituí-lo. Na linha de sucessão, o próximo era seu tio, o Cardeal Dom Henrique, filho de Dom Manuel, que se encontrava com 64 anos e a saúde bastante debilitada. Como Dom Henrique também não possuía filhos, devido os votos religiosos, com sua morte a coroa passaria para um dos netos de Dom Manuel, que eram: Felipe II, Rei da Espanha; Dom Antônio, Prior do Crato; Dona Catarina, Duquesa de Bragança.

O Cardeal faleceu em 1580, e Felipe II foi aclamado Rei de Portugal após intervir num levante popular favorável a Dom Antônio. (RHODEN, 1999, p. 39).

Essa fase foi de intensa transformação para os portugueses, que passaram por dificuldades e necessitaram se reorganizar, realizar acordos, pagar tributos, para que pudessem reconquistar sua autonomia política, econômica e militar, além de lutar para poderem reaver territórios tomados por nações inimigas durante a união das coroas.

1. 1. Mudanças na Metrópole

O período da União Ibérica acarretou uma série de problemas a Portugal, pois, além de perder sua independência, sofreu a desestruturação da economia, do comércio e da agricultura, a redução da marinha e da defesa nacional, bem como uma abertura de seus domínios estrangeiros para a cobiça e invasão estrangeira (CAVALHERO, 1940, p. 17).

A União deveria seguir as regras do Pacto de Tomar, que assegurava a conservação de todas as instituições e costumes portugueses, além da criação de um Conselho de Portugal, órgão que atuava junto ao rei e ao vice-reinado e tinha como função ser consultado toda vez que houvesse alguma deliberação da coroa que pudesse afetar Portugal. Apesar disso, o pacto não era respeitado por completo pelos reis da Espanha, principalmente nos reinados de Felipe III e IV (SHAUB, 2001, p. 26). Podemos citar como exemplo desse descumprimento do acordo a troca de soldados lusitanos por espanhóis na proteção das fortalezas portuguesas. Segundo Saraiva (1940, p. 61), a explicação para tal descumprimento

está ligada ao fato de o rei Felipe II, “o homem que havia assumido os primitivos compromissos”, haver falecido, iniciando-se, desse modo, um período de várias transformações com o intuito de “substituir sistematicamente os portugueses” que colocavam “obstáculos aos intentos de Castela”. Ou seja, buscava-se ampliar o domínio espanhol sobre a administração de Portugal. Assim, “a falta de assistência régia parece ter constituído um dos mais recorrentes motivos de queixa – pois podia significar que Portugal tinha perdido o status de ‘reino por si só’, sendo relegado ao de província” (ALVARES, 2000, p. 204). Mas os problemas de Portugal após a união das coroas não ficavam circunscritos somente à política: os cenários econômico e militar também seguiam complexos, principalmente porque os lusitanos já se encontravam com dívidas devido aos investimentos na batalha de Alcácer-Quibir, como demonstram alguns documentos: “o gasto feito com tão luxuoso vestuário, e com os ornatos e armas, arruinou a bastantes pessoas”⁴, e posteriormente a batalha e sua derrota, realizou-se o “pagamento de resgate dos soldados” que haviam se tornado cativos (CAVALHERO, 1940, p. 17). A marinha também havia entrado em decadência devido a naufrágios, combates e epidemias. Consequentemente ocorreu a decadência do comércio português, uma vez que este dependia dos navios para que fosse realizado. Esse fato colaborou para que holandeses, franceses e ingleses se tornassem “senhores das estradas marítimas” e, com isso, a perda do monopólio do comércio com o oriente para os holandeses, uma das mais importantes fontes de riquezas do Estado Português (BOXER, 2002, p. 121-125). Diante disso, a economia portuguesa ficou praticamente circunscrita ao comércio com o Ocidente, ou seja, ao comércio de açúcar e ao tráfico de escravos (PRADO JUNIOR, 1972, p. 31).

Desse modo, podemos perceber que a união gerou um ambiente desfavorável para os lusitanos, pois acabaram por herdar conflitos com inimigos dos hispânicos, seus interesses ficaram em segundo plano bem como a defesa de seus domínios do Oriente e do Ocidente.

Os portugueses reclamavam posteriormente que a sua união com Castela era o único motivo pelo qual seus domínios ultramarinos foram atacados pelos holandeses, como nos mostram Boxer (2002) e Mattoso (1939). Entretanto, essas reclamações não eram justas, visto que os outros povos (ingleses, holandeses) contestavam o monopólio do tráfico com o Oriente, buscando se abastecerem nos mesmos locais em que as embarcações portuguesas, ou atacando-as quando regressavam, para se apoderar das riquezas que carregavam (MATTOSO, 1939, p.92).

⁴ CASTILHO, A. M. de. e CORDEIRO, A. X. R. **Almanach de Lembranças Luso-brasileiro para o ano de 1865**. Lisboa: Typ da Sociedade Typographica Franco Portuguesa, 1864, p. 339.

Essa situação favoreceu o surgimento de uma situação de conflito constante com a Espanha, a partir de 1640, perdurando até 1668, o que levou Portugal, que já passava por alguns problemas de cunho econômico, a aumentar seus gastos com alianças para garantir aliados (França, Holanda e Inglaterra) em sua luta por autonomia (SCHWARTZ, 1988, p. 164).

Entretanto, para que Portugal conseguisse manter sua liberdade, foi necessário que traçasse várias estratégias, não somente no campo político através dos acordos, mas também na economia, na qual se buscou a retomada das relações comerciais com o Oriente e o Ocidente; no âmbito militar buscaram reorganizar a Marinha, responsável pela defesa das fronteiras e do comércio marítimo, o Exército, responsável pela defesa do território e pelas guerras, no qual todos os homens saudáveis entre 16 e 60 anos eram obrigados a se alistarem; nas estratégias psicológicas, procurou-se enaltecer os grandes feitos nacionais, com o objetivo de mostrar que o país poderia ter um futuro bastante promissor (PIRES, 2009, p. 339-346).

Os acordos com as nações aliadas foram fundamentais para angariar auxílios financeiros e bélicos para Portugal se manter firme diante da batalha travada com a Espanha, apesar de que para algumas nações, como é o caso da Holanda, aliar-se aos portugueses não seria muito lucrativo, pois teriam que deixar de atacar territórios até então de posse lusitana (PIRES, 2009, p. 342).

A primeira nação a firmar um acordo com Portugal foi a França. Envolvidos na Guerra dos Trinta anos, os franceses viam na busca dos lusitanos pela Restauração mais um problema para os castelhanos, o que acarretaria conseqüentemente numa redução significativa no número de ataques que sofriam dos espanhóis. Esse acordo foi firmado em Junho de 1641. Portugal, apesar de não ter condições de investir na ofensiva contra os espanhóis, receberia da França auxílio militar, financeiro que, ainda, através de um artigo secreto, fiscalizaria a liberdade lusa no caso de selarem uma trégua com os espanhóis, o que somente se concretizou com o Tratado dos Pirineus, em 1660.

Entretanto, se essa paz ocorresse antes, Portugal corria o risco de perder seu principal aliado. Teria que lutar com os Castelhanos em grande desvantagem e ainda poderia ser reconquistado (PRESTAGE, 1928, p. 9-12). Diante dessa ameaça, os lusitanos tentaram realizar uma liga formal com os franceses; porém, com a situação financeira comprometida, não conseguiram concretizá-la, pois o rei “não podia fornecer à França dinheiro que a habilitasse a prosseguir as hostilidades por outras partes em vez de as continuar ele próprio nas suas fronteiras” (PRESTAGE, 1928, p. 55).

Os acordos com a França não seriam suficientes para Portugal conseguir manter sua liberdade perante a Espanha, então procurou estabelecer alianças e tratados com a Inglaterra e com a Holanda, entretanto, de modos bem específicos.

Diferentemente dos acordos firmados com os franceses, com a Inglaterra D. João propôs a amizade entre os reinos, mantendo-se neutros caso algum deles entrasse em conflito com outros povos. Além disso, deveriam socorrer as necessidades de ambos em navios, munições, além da liberdade nos portos para o comércio (PRESTAGE, 1929, p.109).

Essa proposta foi bem vista pelos ingleses, pois se tratava somente de um acordo de paz e comércio, sem que houvesse qualquer ponto que dificultasse as relações com os espanhóis. Assim, em 1642, foi assinado o Tratado de Paz e Comércio, no qual ficaram estabelecidas vantagens comerciais para ambos os países (BEIRÃO, 1940, p. 715). Entretanto, antes da assinatura, esse acordo encontrou alguns empecilhos e foi modificado com “alguns pontos deixados para futuros entendimentos; outros regularam-se em termos vagos e confusos”, após o governo inglês tomar conhecimento das cláusulas do tratado realizado entre Portugal e Holanda em Haia (ALMEIDA, 1926, p. 185; 215-216). Dentre os problemas vistos pelos ingleses, estava o prejuízo dos súditos britânicos causados pela compra ou fretamento de naus holandesas por parte dos portugueses e a garantia de que os holandeses não católicos não seriam perseguidos, pois “parecia que a estes eram dadas mais liberdades do que aos ingleses” (ALMEIDA, 1926, p. 185-186).

No segundo tratado de 23 de Junho de 1661, além de pactuar-se com o casamento de D. Catarina com Carlos II da Inglaterra, o rei de Portugal cedia à Inglaterra “Tanger, no norte da África, e de todos os seus direitos, a cedência do porto de Bombaim, na Índia, e dos territórios anexos” (AMEAL, 1958, p. 399), além de perder para os britânicos todos os territórios que reconquistassem do poderio batavo e ter que dispor do pagamento do dote de dois milhões.

O comércio também fez parte do acordo, no qual foram igualados os direitos entre britânicos e portugueses em Goa, Cochim, Pernambuco, Rio de Janeiro e posses portuguesas na Índia. Além disso, os vassallos da Grã-Bretanha poderiam habitar em qualquer um desses locais, com a justificativa de que assim seu comércio fosse beneficiado⁵.

O pagamento do dote seria dividido: a primeira metade, paga em mercadorias e dinheiro, deveria ser enviada na mesma armada da rainha à Inglaterra, sendo toda a

⁵ “Resumo do tratado sobre o casamento da Senhora D. Catherine infante de Portugal com Carlos 2 Rey da Inglaterra sobre a aliança defensiva, comércio e cessão de Bombaim e Tanger feito entre o Rey Afonso 6 de Portugal e o R. Carlos 2 de Inglaterra a White Hall em 23 de Julho de 1662” Apud: FERREIRA, Letícia. **Amor, Lealdade e Sacrifício**. 2010 (Dissertação) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 68

responsabilidade do transporte de tais valores somente de Portugal. No entanto, no momento do embarque, Portugal não havia conseguido o valor necessário para o pagamento da primeira parte, mesmo realizando empréstimos e aumentando a tributação dos colonos. Desse modo, foi necessário reorganizar o pagamento do dote em dezesseis parcelas anuais. Entretanto, após dois anos da data da realização do acordo, em 1663, os portugueses ainda não tinham conseguido realizar nem mesmo a primeira parte do pagamento.

As capitanias recolhiam sua parte do dote de acordo com os dízimos coletados, assim, com a incumbência de mais de 50% do pagamento, a capitania que mais contribuía era a Bahia. Segundo documento do período “[...] 42\$666 cruzados e meio à cidade da Bahia e suas anexas, vinte mil cruzados à Capitania de Pernambuco, Itamaracá e suas anexas, 19\$333 cruzados e meio ao Rio de Janeiro e suas Capitanias, e dez mil cruzados o Reino de Angola”⁶. Apesar do recolhimento de todos esses valores, não se tem relatos sobre o pagamento total do dote.

Em troca de todos esses privilégios, a Inglaterra se comprometia “a defender os interesses de Portugal e de todos os seus domínios tanto por mar quanto por terra” (ALMEIDA, 1926, p. 216).

Enquanto os acordos citados anteriormente foram firmados sem muitos problemas, não podemos dizer que o mesmo aconteceu entre os acordos celebrados entre portugueses e holandeses, devido à invasão de territórios lusos na África e no nordeste do Brasil durante o período da União Ibérica, visto que todos os inimigos e aliados dos castelhanos transferiram-se também para Portugal. Outro agravante para as invasões está no fato de que os espanhóis não possuíam o devido zelo pelos interesses lusitanos, principalmente suas posses, e estes não dispunham de suficiente poder para provê-las. Desse modo, no nordeste brasileiro aconteceram duas ocupações, a primeira na Bahia, em 1624, porém os colonos conseguiram expulsar os invasores um ano depois; a segunda em Pernambuco, em 1630, deu origem a um conflito que se estendeu até 1654.

Porém, com a Restauração, os portugueses tentaram reverter a situação, enviando uma proposta de acordo que foi negada pelos neerlandeses. Somente em junho de 1641, foi firmado um tratado, no qual ficava estabelecida uma trégua de dez anos, que não foi cumprida à risca pelos neerlandeses que continuaram atacando territórios conquistados pelos lusitanos tanto na África quanto no Brasil, argumentando que, apesar do tratado, Portugal não tinha sido reconhecido como reino independente pela Espanha, assim fazia parte das posses

⁶ DHBN. *Cartas Régias*. 1667 – 1681. Vol. LXVII, 1945. p. 226.

hispânicas e, por conseguinte, continuava sendo inimigo dos holandeses (BOXER, 2002, p. 127).

Depois de muitas tentativas em vão dos portugueses para reaver suas posses tomadas pelos holandeses, o aprisionamento, pelos holandeses de um barco português em 1643 e o apoio prometido pela coroa portuguesa favoreceram a decisão que tomaram os moradores das capitanias conquistadas na colônia da América portuguesa de se levantarem contra os batavos. O conflito se iniciou em junho de 1645, porém, insurgentes e batavos se enfrentaram no mês de agosto, sendo que estes perderam o embate e foram obrigados a recuar para Recife. Mesmo o conflito se estendendo e os holandeses tendo a situação favorável devido aos problemas pelos quais Portugal passava, em 1654 foram expulsos de Pernambuco (SCHWARTZ, 1995, p. 158) e em 1661, após firmarem o Tratado de Haia, reconheceram a soberania portuguesa sobre o Nordeste brasileiro.

Mas, assim como nos outros acordos, Portugal teve que “indenizar os Países Baixos em 4 milhões de cruzados pela perda do Nordeste” (MELLO, 2003, p. 48).

Assim, apesar da conjuntura complicada em que se encontrava, com os prejuízos acarretados pelos tratados, Portugal se mantinha firme na luta pela sua independência da Espanha, sendo favorecido pelo cenário conflituoso na Europa, no qual os castelhanos estavam completamente envolvidos e também pelos acordos que havia firmado, pois os ingleses em 1662 haviam enviado dois mil soldados de infantaria e setecentos a cavalo, enquanto os franceses no ano seguinte enviaram ao território lusitano três mil infantes. Esse auxílio, do ponto de vista francês, “era preferível [...] a ter que posteriormente lhe dar remédio” (PRESTAGE, 1928, p. 23). Diante desse contexto e da assinatura do Tratado de Breda⁷ em 1667, os castelhanos acabam por reconhecer a liberdade lusitana no Tratado de Paz de 13 de fevereiro de 1668, o qual também levou ao reconhecimento de liberdade dos portugueses por parte da Igreja, pois até então era vista “apenas como uma casa ducal” (FERREIRA, 2010, p. 47).

1. 2. O Conselho Ultramarino

⁷ “[...] um dos muitos tratados de paz assinados durante as intermitentes guerras anglo-holandesas dos séculos XVII e XVIII” (STANDAGE, 2010, p. 112).

Tendo em vista as perdas de suas posses ultramarinas e, conseqüentemente, os prejuízos dos negócios provenientes desses locais durante a União Ibérica, Portugal necessitava no período da Restauração de “mudanças em seu aparelho administrativo, no sentido da reorganização e da criação de instituições mais competentes na administração e despachos da Fazenda” (BARBOSA, 2006, p. 32). Uma dessas ações foi a criação do Conselho Ultramarino, em 1642, baseado no Conselho da Índia (1604-1614), com o objetivo de uniformizar a administração do império.

O Conselho da Índia foi um órgão criado pela coroa espanhola para melhor administrar as colônias. Era composto por um Presidente, dois Conselheiros de Capa e Espada (geralmente fidalgos com carreira de armas), dois conselheiros letrados, dois secretários (um que cuidava dos negócios do Brasil, Guiné, São Tomé e Cabo Verde e outro para cuidar dos negócios da Índia) (CAETANO, 1967, p. 40-43).

Era responsável por “nomear funcionários para o além-mar e fiscalizar seus atos, elaborar leis, administrar justiça e defesa militar nos territórios ultramarinos”. Também era de sua incumbência “tratar de todas as matérias e negócios, tocantes à Índia, Brasil, Guiné, Ilhas de São Tomé e Cabo Verde e de todas as demais possessões ultramarinas, com exceção das Ilhas de Açores e da Madeira, e partes da África”, além dos gastos com a armada e todos os pagamentos referentes a “gentes de guerra e gentes do mar”. No entanto, foi extinto em maio de 1614 (BARBOSA, 2006, p. 31).

O sucessor desse Conselho das Índias, o Conselho Ultramarino, somente foi instalado em Lisboa, um ano depois da sua criação, em 1643 e tinha como atribuições:

(...) todas as matérias e negócios, de qualquer qualidade que forem, tocantes aos ditos Estados da Índia, Brasil, Guiné, Ilhas de S. Tomé e Cabo Verde, e de todas as mais partes Ultramarinas e lugares da África; e por ele há de correr a administração da fazenda dos ditos estados, e a que deles vier ao Reino se administrará pelo Conselho da Fazenda, que correrá também com os empregos e retornos das carregações [...] A este Conselho pertence consultar, que Naus e Navios devem ir para a Índia e Conquistas, e em que forma hão de ir apercebidos de gente de armas, e em que tempo hão de partir; e por este mesmo Conselho Ultramarino se me consultará o provimento de todos os oficiais de justiça, Guerra e Fazenda; e passarão as cartas e Provisões, que deles se houverem de fazer, e as Patentes e despachos, que houverem de levar os Vice Reis, Governadores e Capitães, que para as ditas partes forem providos⁸.

⁸ Apud. CAETANO, Marcello. **O Conselho Ultramarino: Esboço de sua história**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967. p. 43.

Também passaria pelo Conselho Ultramarino os requerimentos de mercês, que devido aos serviços da Índia e de outras conquistas “(...) irão ao Conselho para votar neles, e me virem com seu parecer, e depois de despachadas as consultas se remeterão ao secretário das mercês para passar os despachos, que emanem das resoluções que for servido tomar”⁹.

Algumas consultas ao Conselho, consideradas mais importantes, eram apresentadas pelo próprio Presidente a consideração do Soberano, as demais, dependendo de suas especificidades, eram enviadas ao Secretário de Estado ou das Mercês. Diante da grande quantia de cartas recebidas e ao acúmulo de documentos provenientes da administração ultramarina, foi necessário distribuir os assuntos em diferentes dias da semana. Assim, às segundas, terças e quartas-feiras cuidavam dos documentos referentes aos negócios das Índias; às quintas e sextas-feiras aos negócios referentes ao Brasil e aos sábados aos referentes a Guiné, Cabo Verde “e mais partes não citadas acima” (MONTEIRO, 1996, p. 6).

Faziam parte do Conselho Ultramarino três integrantes, “dois fidalgos e homens de guerra (de capa e espada) e um ligado à justiça (conselheiro letrado), além do secretário”, posteriormente aumentou-se para quatro, geralmente pessoas que conheciam os problemas enfrentados nas relações do além-mar (ACIOLI, 2003, p. 58). Constata-se, pois, que o Conselho Ultramarino tinha como objetivo gerenciar as necessidades e dificuldades das posses ultramarinas, bem como a maneira que essas dificuldades seriam avaliadas e sanadas pela Metrópole.

As sessões do Conselho mantinham a seguinte ordem: sempre se iniciavam com os relatos do Conselheiro, depois, começava-se a votação com o relator, que era sucedido pelos votos dos mais antigos integrantes e terminava com o voto do presidente. Após a apuração dos votos, e de acordo com a opção da maioria, cabia ao secretário redigir o parecer ou consulta, a qual servia de base para a comunicação do Conselho quanto à confecção e expedição de documentos necessários. No entanto, não eram somente essas consultas que existiam dentro do Conselho, também existiam as consultas das Juntas de Comércio, do Conselho da Fazenda, que eram específicas, e outras mais gerais, como as mistas e as que se referiam as todas as conquistas¹⁰.

No entanto, apesar do poder que possuíam, os conselheiros, muitas vezes, eram barrados por outras autoridades ou mesmo por integrantes da classe mercantil, que

⁹ Livro das Posses, fl.6. Apud MONTEIRO, Ana Rita Amaro. **Atos de Posse do Conselho Ultramarino**. Faculdade de Letras de Lisboa, 1996.

¹⁰ Ainda segundo a autora, o Conselho Ultramarino seguiu estes moldes até 1808, quando ocorreu a transferência da corte para o Brasil. Mesmo voltando a funcionar em 1823, foi extinto dez anos depois, em 30 de agosto de 1833 (Barbosa, 2006, p. 33).

intervinham nas relações entre os negócios das colônias e as resoluções reais. A essa interferência externa se juntava o aumento dos serviços, a lentidão para sua execução, novos pareceres a serem redigidos, que resultavam na demora de dois ou três anos para que se resolvessem os pleitos coloniais.

Mesmo com toda essa organização e cuidado do Conselho Ultramarino, os problemas econômicos continuaram, devido aos acordos de auxílio em seu conflito com a Espanha e também pelas ações dos corsários contra navios mercantes portugueses que comercializavam com o Brasil e que aumentaram significativamente em 1647, sendo que a maioria dos ataques e capturas foram realizados por corsários zelandeses. Para evitar mais perdas, D. João IV, em carta de 06 de Setembro de 1648 ao Conde de Vidigueira, ordenou que “enquanto os holandeses tivessem tanto poder nos mares do Brasil, que não navegassem açúcares”¹¹. Segundo o Ministério da Marinha, através de sua *História Naval Brasileira* (1979), em busca de melhoras para a situação, foi promulgado em 1648 um decreto real que “proibia a construção, importação, ou passados três anos, a navegação dos navios de menos de 350 toneladas e 16 peças de calibre oito, reduzindo as exigências para 250 toneladas de porte mínimo e permitindo que o calibre das peças variasse entre oito e cinco libras”.

Com a aparente dificuldade em se estabelecer algum tipo de acordo ou trégua com os holandeses, novamente se buscaram alternativas para tentar sanar os problemas, como a criação de companhias de comércio, embasadas nas práticas mercantilistas europeias do período.

1.3. As Companhias de Comércio

O sucesso das companhias europeias de comércio na Europa, que inicialmente apresentaram bons resultados, com altos lucros diante do monopólio de comércio com o Oriente, fez durante o século XVII e XVIII “nascer e morrer dezenas de companhias” (FREITAS, 1951, p. 323). Eram sociedades particulares, que juntavam seus capitais excedentes a fim de suprir a falta de dinheiro do estado e então poder realizar seus negócios, obtendo altos lucros.

¹¹ CARTAS de El-Rei D. João IV ao Conde de Vidigueira (Marques de Niza), Embaixador em França. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, v. 2, p. 284-5. Carta de 6 de Setembro de 1648 apud BRASIL. Ministério da Marinha. **História Naval Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de documentação Geral da Marinha, 1979. Vol II. TOMO II. p. 85

Em Portugal, o principal defensor dessa ideia era o padre Antônio Vieira, que acreditava que a estruturação financeira do Estado e, conseqüentemente, a independência só poderiam ser alcançadas através da manutenção do comércio com a colônia; desse modo propunha criar duas companhias de comércio monopolistas para o Brasil e para as Índias conforme seu “Sermão de São Roque”:

O remédio temido, ou chamado perigoso, são duas companhias mercantis, Oriental uma, e outra Ocidental, cujas frotas poderosamente armadas tragam seguras contra a Holanda as drogas da Índia e do Brasil. E Portugal, com as mesmas drogas, tenha todos os anos cabedais necessários para sustentar a guerra interior de Castela, que não pode deixar de durar alguns. Este é o remédio por todas as suas circunstâncias, não só aprovado, mas admirado das nações mais políticas da Europa, excepta somente a portuguesa, na qual a experiência de serem mal reputados na fé alguns de seus comerciantes, não a união das pessoas mas a mistura do dinheiro menos cristão com o católico, faz suspeito todo o mesmo remédio e por isso perigoso (VIEIRA, 1908, p. 75).

Os grandes fornecedores de capital para a constituição da companhia, segundo Vieira, seriam os cristãos-novos que, em troca, não teriam o dinheiro investido na companhia confiscado e nem seriam perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício (BOXER, 2002, p. 237).

Não eram recentes as tentativas de Portugal em criar companhias de comércio. Segundo Monteiro (2003), em 1587 tentaram sem êxito criar uma companhia para as Índias Orientais. Nos anos de 1619 e 1624, tentaram novamente criar uma Companhia de comércio com a Índia, mais uma vez sem sucesso. Nesse intervalo, em 1621, Duarte Gomes de Solis tentou fundar uma Companhia para o Brasil, no entanto, assim como as outras também não conseguiu atingir seu objetivo. Somente em 1628, foi aprovado um regimento, mas que da mesma forma não atingiu seus objetivos devido à falta de capitais privados.

Além da relação conflituosa com a Holanda e da dificuldade de se estabelecer um acordo de paz, a Coroa padecia com a perda das navegações de carreira do Brasil, em virtude de ataque dos corsários holandeses e de falta de recursos e esquadra suficiente para escoltar os navios de comércio, o que fazia com que fosse necessário organizar um forte aparato de defesa do comércio brasileiro (FREITAS, 1951, p. 326-327).

Assim, apesar das oposições existentes em Portugal, o rei, diante da complexa crise, formalizou a constituição da Companhia de Comércio do Brasil em 1649¹², que segundo Gustavo de Freitas na primeira parte de seu artigo “A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720)”, ocorreu sem consultarem nenhum outro Conselho, a não ser o de Estado, que, apesar de apresentar uma avaliação contrária, viu ser promulgado o alvará com os seguintes dizeres a favor dos investimentos dos judeus:

Hei por bem e me praz que os bens e fazendas de qualquer qualidade que sejam de gente da dita nação (hebreus) de todos meus reinos e senhorios assim naturais como estrangeiros, que forem presos ou condenados pelo Santo Oficio, pelos ditos crimes de heresia, apostasia ou judaísmo, não sejam sequestrados ou inventariados ao tempo das prisões, nem sejam incorporados ao meu real fisco ao tempo das sentenças condenatórias (Apud FREITAS, 1951, p. 327).

Ademais, a Companhia tinha o compromisso de formar e manter uma frota de 36 navios que deveriam escoltar toda navegação portuguesa entre Portugal e Brasil e, em troca desse serviço, a Companhia possuía o monopólio de abastecimento da colônia de escravos, farinha, vinho, azeite, isenções fiscais e alfandegárias em Portugal e preservação de todo o capital investido em qualquer que fosse a situação (BOXER, 2002, p. 237).

Porém, a Companhia não seguiu conforme o esperado, pois além de não seguir o regimento, não possuía navios suficientes para a realização do comércio. Havia falta de marinheiros, consumo dos gêneros transportados pela tripulação, devido à demora das frotas, além da falta de fiscalização da Coroa, que facilitava a visita de navios de outras nações na costa brasileira (FREITAS, 1951, p. 313-314). Além do mais, alguns comerciantes, quando conseguiram a dispensa do fisco, deixaram de recolher suas contribuições, o que levou Dom João IV a lançar um alvará decretando a quitação das dívidas em atraso em 27/09/1650¹³. Esses fatores geraram conflitos entre os Conselhos e várias reclamações foram registradas, pois não se cumpria por completo o que havia sido estipulado.

¹² Segundo Monteiro (2003) “A criação da Companhia foi adiada por 6 meses, já que Duarte da Silva e alguns dos candidatos a seus diretores estavam ocupados com a preparação da armada de António Teles e o esquadrão de Salvador Correia”. (Disponível em <<http://nautarch.tamu.edu/shiplab/>>; acesso em 12/01/2014)

¹³ MONTEIRO, Paulo. A perda do galeao S. Pantaleao (1651). Texas: Nautical Archaeology Program, Texas A&M University, 2003. Disponível em <<http://nautarch.tamu.edu/shiplab/>>; acesso em 12/01/2014.

Diante do exposto até o momento, constata-se que a conjuntura em que Portugal estava inserido era bastante complicada, e, cada vez mais, os lusitanos dependiam de suas posses na África e no Brasil, pois devido à crise, sua situação ficava cada vez mais dramática. No entanto, os problemas não ficavam circunscritos somente à metrópole, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 2: Os problemas do Nordeste e as tentativas administrativas de solução

No Nordeste brasileiro, os produtores pernambucanos encontravam-se com muitas dívidas, falta de mão de obra e impostos para pagar devido aos empréstimos adquiridos com os comerciantes holandeses e com a Companhia das Índias Orientais para a reconstrução dos engenhos e compra de fomento para produção açucareira, que deviam ser pagos com o açúcar produzido. Entretanto, contribuíram com a impossibilidade de honrar os compromissos assumidos vários contratemplos como intempéries climáticas e epidemias que se alastravam rapidamente: “Da África Central, a peste saltou para o Brasil holandês. Dali, invade a Bahia em 1641, e logo depois o Rio de Janeiro, onde ainda veio sobreveio o tabardilho (febre eruptiva)” (ALENCASTRO, 2000, p. 130) . Como agravante, a queda do preço do açúcar impediu-os de pagarem suas dívidas, que se intensificavam com os juros que eram cobrados¹⁴.

Essa situação, aliada à Restauração de Portugal, aos ataques neerlandeses ao Maranhão e outras posses portuguesas, também prejudicou a capacidade produtiva de açúcar em Pernambuco, que era estimada entre 15 e 20 mil caixas por ano e que decaiu para menos de 7 mil, mesmo em momentos considerados de paz; nesse contexto, a liderança na produção de açúcar que até então era dominada pelos pernambucanos passa a ser dominada pela produção baiana.

Outro ponto que pode justificar a mudança na liderança de produção de açúcar está ligado à migração dos senhores de engenho rumo à Bahia no período de guerra, levando junto seu capital e escravos, “talvez 7 a 8 mil brancos e mestiços e 4 mil ou mais escravos negros tenham deixado Pernambuco em direção à Bahia ou ao Rio de Janeiro” (SCHWARTZ, 1988, p. 157-158) e também queda do preço do açúcar na capitania diante das dificuldades de se escoar a produção pela falta de navios. Diante desses problemas, a Bahia se tornou a principal produtora do Brasil nos anos seguintes.

Assim, após o conflito de nove anos, o “Nordeste volta plenamente à vassalagem da Coroa portuguesa”, defrontando-se com o excesso de tributação e o declínio do preço do açúcar que “não lhe permitirão reconstruir a velha ordem que existia antes de 1630,

¹⁴ Segundo Sérgio Buarque de Holanda, o preço do açúcar que era de “28 schellingen a arroba do branco em março de 1642 e passara para 21 schellingen em fevereiro de 1645, de tal ordem que uma carta oficial do governo holandês do Recife declarava que ‘estes preços que ainda permanecem, são tais que, em vez de oferecer lucro aos senhores de engenho e lavradores pelo trabalho que tiveram, não cobrem as despesas feitas e poucas esperanças lhes dão de saldar as suas dívidas’”. HOLLANDA, Sérgio B. de. (Dir). **História Geral da Civilização Brasileira**. T.1. Vol.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2004. p. 251.

irrevogavelmente sepultada” (MELLO, 1975, p. 158), pois Recife demonstrava ser “um burgo triste e abandonado, que os nobres de Olinda deviam atravessar pisando em ponta de pé, receando os alagados e os mangues; burgo de marinheiros e de gente ligada ao serviço do porto” (MELLO, 2001, p. 39)

Em 1661, para que Portugal pudesse voltar a ter autonomia reconhecida sobre Pernambuco, foi realizado um novo acordo com a Holanda, no qual os primeiros tiveram que pagar uma indenização para os batavos (FERLINI, 1988, p. 73). Estes, segundo Godinho, exigiram 4 milhões de cruzados a pagar com o sal de Setúbal e liberdade de comércio no Império português, como já acordado com os ingleses (GODINHO, 1968, p.416).

E, através de uma consulta do Conselho Ultramarino de 1662, referindo-se a Pernambuco, Ferlini (1988) demonstra o “miserável estado em que se acham aqueles povos pela razão das guerras seguidas e sustento dos presídios, que se tem tomado para poderem contribuir com os donativos”¹⁵.

Porém, não foi somente durante a ocupação holandesa que houve prejuízos para a produção brasileira. Após a expulsão do nordeste, agricultores holandeses e comerciantes judeus deram início à produção do açúcar nas Antilhas, juntamente com franceses e ingleses, valendo-se das técnicas agrícolas aprendidas no Brasil, provocando grande concorrência no mercado europeu (MARCADÉ, 1991, p. 36).

Com isso, os produtos portugueses ficaram fora dos mercados franceses, ingleses e holandeses, ainda que estes carregassem açúcar e tabaco em Lisboa para vender em outras partes, mas “os seus mercados nacionais propriamente ditos estavam perdidos para os portugueses”.

E é a cerca de 1670 que esta falta se começa a fazer sentir em Lisboa. As existências acumulam-se nos armazéns; os produtos não se vendem; vende-se por preço inferior ao do custo; e não é só isso, mas também queda dos preços porque a oferta aumenta muito mais rapidamente do que a procura (GODINHO, 1990, p. 483).

Diante da situação complicada que Godinho apresenta acima e tomando por base a leitura das Cartas do Senado da Bahia, no período compreendido entre 1670 e 1690, temos nas palavras de Hansen (1989) um resumo das providências tomadas pela Coroa diante das dificuldades encontradas para comercializar o açúcar:

¹⁵ A.H.U. Pernambuco, Códice 16, consulta mista, 1662 *apud* FERLINI, Vera Lucia A. **Terra, trabalho e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

A partir de 1675, a Coroa determina a redução dos preços visando torná-los competitivos. A baixa afeta imediatamente as folhas de pagamento do clero e da burocracia, tendo outras ramificações numerosas: eleva o valor e o preço dos escravos e do fornecimento do cobre, ferro e breu indispensáveis aos engenhos, descapitaliza os senhores, leva-os ao crédito, à impossibilidade de saldar suas dívidas, às execuções, às falências e ao fogo morto, afeta a cobrança dos donativos, favorece a especulação e o lucro dos mercadores, intensifica a miséria da população (HANSEN, 1989, p. 109).

Apesar de a concorrência externa ter reduzido o comércio do açúcar brasileiro na segunda metade do século XVII, Schwartz nos mostra que, posteriormente, essa atividade deparou-se com períodos bons e ruins, e mesmo com a concorrência, o Brasil ainda era capaz de produzir mais açúcar que seus rivais, “embora o Brasil nunca recuperasse sua posição relativa como fornecedor de açúcar no mercado internacional, a indústria açucareira e a classe dos senhores de engenho permaneceram dominantes em regiões como Bahia e Pernambuco” (SCHWARTZ, 1988, p. 144). O autor nos apresenta um exemplo deste fato ao mencionar a produção açucareira da Bahia em fins do século XVII: “em fins do século XVII, estimava-se que essas propriedades na Bahia tivessem uma capacidade produtiva média de aproximadamente 3700 arrobas, ou cerca de 54 toneladas”(SCHWARTZ, 1988, p. 150).

Mesmo com todos esses problemas, a produção açucareira ainda era a principal fonte de riqueza e investimento e continuou a crescer mesmo com a ruína, pois, segundo Silva, “nas primeiras décadas do século XVII, eram 50 os engenhos existentes na Bahia [...]. Em finais do século, encontravam-se já no Recôncavo cerca de 100 engenhos de açúcar” (SILVA, 2010, p. 123). A justificativa para esse fato é dada por Schwartz ao afirmar que o “Recôncavo era o centro econômico da Bahia” com uma população em fins dos 90 já alcançando a marca de 35 mil habitantes e fazendas de cana que se instalavam ao longo dos rios e às margens norte e oeste da baía, enquanto ao sul se produzia alimentos para subsistência e também lenha para o abastecimento dos engenhos (SCHWARTZ, 1988, p.19).

Apesar da produção de açúcar no Brasil continuar mesmo com a perda de seu poder central de comercialização pela implantação da produção de açúcar nas Antilhas, segundo Ferlini, não foi somente esse fator que afetou a produção brasileira:

O problema não esteve ligado diretamente à concorrência antilhana, mas à própria reestruturação dos mecanismos de mercado durante o século XVII. A própria produção antilhana incrementava-se e abastecia os mercados

metropolitanos, mas, durante muito tempo, o açúcar do Brasil, de melhor qualidade, manteria seus consumidores, o que fez sentir principalmente a partir de 1670, foi o declínio inexorável dos preços (FERLINI, 1988, p. 70-71).

Esse mesmo declínio é mostrado por Schwartz, que aponta para a década de 1680 como o momento de “uma drástica baixa, com os preços do açúcar em queda enquanto os custos se elevam. A concorrência externa começou a afetar severamente o setor açucareiro no Brasil” (SCHWARTZ, 1988, p. 147). Podemos ilustrar essa afirmação de Schwartz através da Carta do Senado da Bahia de 25 de abril de 1681, na qual o príncipe é informado da situação em que o povo se encontrava, em “ruínas e falta de cabedais causados pelo pouco rendimento e saída das drogas”¹⁶.

No volume terceiro das Cartas do Senado 1684-1692, algumas se referem aos altos impostos que eram pagos pelo povo e à ruína em que ele se encontrava, principalmente devido à elevação do valor do tributo do açúcar de 220 réis por arroba, que fora decretado para auxiliar na guerra contra a Espanha e a Holanda, para o valor de 580 réis por arroba a fim de cobrir as despesas da Companhia Geral do Comércio.

Outra reclamação em relação aos tributos está relacionada ao fato de que, mesmo após o acordo de paz com a Holanda, nunca foram baixados ou suspensos. Desta maneira, chegou-se à conclusão de que o açúcar brasileiro não podia concorrer com os estrangeiros, pois como não ocorreu a suspensão dos tributos, os preços não conseguiam se tornar competitivos¹⁷.

O desenvolvimento da produção açucareira nas Antilhas não prejudicou somente a posição de vendedor de açúcar do Brasil no cenário europeu, mas também influenciou no mercado de escravos, pois aumentou a demanda de mão de obra na região, fazendo com que ingleses, franceses e holandeses buscassem fontes seguras de cativos na costa da África, o que gerou conseqüentemente concorrência e prejudicou o fornecimento de mão de obra escrava para o Brasil, aumentou o “preço dos cativos” e “agravou a subida geral dos custos e aumento das despesas dos senhores do engenho”¹⁸, como nos mostra a Carta do Senado da Bahia de 01

¹⁶ **Cartas do Senado 1673-1684**, 2º vol. p. 93-94.

¹⁷ Um exemplo deste fato localiza-se em **Cartas do Senado 1684-1692**, 3º volume, p. 70-72.

¹⁸ SCHWARTZ, 1988, p. 162. O autor também apontou como problema para os senhores de engenho as transformações do mundo Atlântico no que se refere às estruturas políticas e econômicas. Segundo ele, “os produtores brasileiros de açúcar sofriam igualmente com a guerra e com a paz. O abrandamento das tensões na Europa após 1648, e especialmente o fim das lutas e um período de paz generalizada após 1675, permitiam o desenvolvimento da agricultura tropical nas Antilhas e a regularização do tráfico de escravos africanos. Disso resultou um aumento da concorrência internacional pelo comércio açucareiro com a Europa e, após 1680, um crescimento na demanda por escravos e no preço dos mesmos” (SCHWARTZ, 1988, p. 163).

de dezembro de 1674, na qual os senhores pedem que seja proibido o embarque de negros trazidos de Angola para a Bahia em direção ao Reino, pois, segundo eles, só existem servidores negros de Angola e “são tão poucos os que aqui estão digo os que entram nesta Praça e nas demais do Estado [...] que por não terem os moradores quantos hão mister e demandam estas fábricas se perde muito lucro”¹⁹.

Mas, não foram somente fatores políticos e econômicos que Portugal enfrentou. Nos anos seguintes, a expulsão dos holandeses, calamidades naturais, como epidemias, tempestades, períodos de seca e inundações também prejudicaram a produção açucareira brasileira (SCHWARTZ, 1988, p. 163). Na obra *O trato dos viventes*, Alencastro apresenta a proporção da epidemia de peste:

[...] No início dos anos 1660, o Grão-Pará e o Maranhão são mais uma vez atingidos pelo mal, “com tanto estrago dos índios que acabou a maior parte deles, morrendo também alguns filhos da terra que tinham alguma mistura”, escrevia um missionário. (ALENCASTRO, 2000, p. 130)

Nas Cartas do Senado, principalmente as do fim do século XVII, seus autores sempre mencionam as epidemias e o contágio como uma ameaça latente, que apavora a população, seja pelos seus efeitos à saúde, seja pelos problemas financeiros causados pela morte dos escravos e, conseqüentemente, falta de mão de obra e baixa produtividade. Fazia-se também a associação das epidemias a castigos divinos, em função da má conduta dos moradores do local, e assim, desviando o foco de atenção da população para outro ponto, e não para o ponto inicial do problema: as péssimas condições sanitárias, por exemplo, como nos mostrou Sebastião da Rocha Pita:

Principiou este terrível contágio em Pernambuco no ano de mil e seiscentos e oitenta e seis, e devendo atribuir-se a causado do pestilento mal aos pecados dos moradores destas províncias, corruptos de vícios e culpas graves a que os provocava a liberdade e riqueza do Brasil (PITTA, 1976, p. 196).

Todo esse panorama demonstra como estava complicada a situação para Portugal e suas possessões ultramarinas, principalmente na Bahia, revelando problemas e angústias de uma sociedade que passava por diversas transformações.

¹⁹ *Cartas do Senado 1673-1684*, 2º volume, p. 21.

Uma dessas transformações esteve relacionada à sociedade. Segundo os estudos de Flory e Smith (1978), no século XVII, a profissão de mercador esteve ligada aos reinóis que vinham para o Brasil. Segundo os dados apresentados por eles e citados por Maria Beatriz Nizza da Silva (2010), 89% dos mercadores haviam nascido em Portugal, 5% nas ilhas atlânticas e 6% no Brasil entre 1600 e 1680. Quando chegavam, eram recepcionados por um parente, passavam pelo aprendizado mercantil e, então, estabeleciam-se por conta própria. Entretanto, esses mercadores recebiam, muitas vezes, sesmarias, onde criavam gado, plantavam tabaco ou cana. Estas últimas atividades tinham o intuito de facilitar as transações de compra de escravos na África, o que facilitava o enriquecimento rápido desses mercadores, sendo que, na segunda metade do século XVII, conseguiram alcançar ainda mais destaque na sociedade colonial, pois entre 1660 e 1699 mercadores proprietários de terras tiveram já acesso a vários cargos camarários.

2. 1. A busca de soluções para o problema: os documentos oficiais

Nas Atas da Câmara e Cartas do Senado, são abordados com frequência temas como a produção de açúcar, os problemas enfrentados com baixa da produção, os prejuízos, a exploração nos preços da importação de produtos, as taxas cobradas pela Coroa, as reclamações do povo, o controle e a perda dos escravos, a produção de aguardente²⁰, falsificações, revoltas de soldados, escassez de moeda, desestabilização hierárquica, temor das pestes, imaginário fidalgo e o lucro mercantil.

Esses documentos também apresentam as intervenções feitas pela Câmara na cidade de Salvador, através de petições, propostas, respostas de pedidos e contraproposta a procuradores da Bahia, mas principalmente ao Rei. Através desses documentos, podemos traçar um mapa dos acontecimentos e a forma como eles estão relacionados, proporcionando para esse estudo um conhecimento mais aprofundado da sociedade baiana no século XVII, bem como a possibilidade de compreender quais foram as iniciativas e atitudes tomadas por essas instituições para tentar sanar ou melhorar os problemas enfrentados, principalmente no que se refere ao período da crise açucareira e seus desdobramentos.

²⁰ Para saber mais sobre aguardente: RICARDO, Raphael Martins. **Os jesuítas e o processo de proibição da cachaça no Brasil colônia (1640-1695)**. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/523_trabalho.pdf>, acesso em 01/02/2014.

As Cartas e Atas retratam em seu discurso a descrição de uma população que, além de pagar muitos impostos, vivia numa situação miserável e de desigualdade perante os privilégios de alguns indivíduos, como “[...] religiosos, clérigos, pobres fogéticos, vagabundos, mulheres vadias, homens quebrados e outros de semelhantes condições que não pagam donativos”²¹. Podemos perceber que, salvo os religiosos, o trecho citou um grupo social considerado inferior pela sociedade baiana que, ainda segundo o documento, não recolhia impostos devido às “inúmeras petições” enviadas ao Senado com pedidos de “justa causa, onde todos buscam por todas as vias, meios de não pagarem” seus impostos.

Uma das consequências geradas pela isenção dos tributos designados a esses indivíduos ou mesmo a falta de dinheiro da população devido à crise econômica e aos altos e numerosos impostos recolhidos foi o atraso ou a falta de dinheiro e farinha para que se realizassem o pagamento da infantaria²², que era responsável pela segurança local.

Essa falta pode ser notada em carta de 24 de novembro de 1673, quando o Senado escreveu para a Coroa afirmando que, por estar devendo à Infantaria e por o dinheiro que eles utilizavam para realizar esse pagamento advinha das taxas cobradas pelos vinhos de Portugal e da terra, haviam feito um empréstimo de oito mil cruzados²³ em vinhos da Ilha da Madeira, e ainda, segundo a carta, receberiam “2000 réis de cada pipa”²⁴ pela vendagem nas tavernas.

A carta também mostra que, diante desse empréstimo e dos valores cobrados por cada pipa de vinho, os mercadores que dependiam do mesmo negócio queixaram-se da situação, pois se sentiam prejudicados. A resposta da Câmara, logo em seguida, era a de que preferiam a venda de vinho a todos, assim podiam remediar a situação dos soldados, que, devido à falta de dinheiro, eram acusados de “roubos que se faziam atualmente de noite”. E completavam afirmando que desse modo tentavam precaver os “danos que procedem de soldados inquietos por serem mal pagos”²⁵.

Além disso, a Câmara afirmava que essa ação era “o meio mais fácil e pronto de remediar-se o socorro dos soldados nas ocasiões de necessidade sem vexações do povo, sendo

²¹ **Cartas do Senado 1673-1684**. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v.2, p.45, 1952.

²² A infantaria fora “introduzida no Brasil no século XVII. O primeiro regimento de infantaria regular chegou à Bahia, em 1625, para lutar contra os holandeses. Os soldados desses regimentos, os ‘terços regulares’, eram profissionais recrutados na metrópole” (Lopez, Adriana. História do Brasil :uma interpretação. São Paulo : SENAC, 2008, p. 266).

²³ A preocupação no pagamento da infantaria levou a outros empréstimos mais adiante, como nos mostra o “Termo que mandaram fazer os Oficiais da Câmara que serviram o ano próximo, passado do estado em que deixam os negócios dela”: “Fazemos saber como se resolveu neste ano que se tomasse por empréstimo um conto e seiscentos e quarenta e seis mil e setecentos e vinte do recebimento do tesoureiro Balthazar de Carvalho da Cunha consignado ao socorro da infantaria desta praça”. 02/01/1687 In: Atas da Câmara 1684-1700, 6º volume, p. 69.

²⁴ Cartas do Senado 1673-1684, 2º volume, p. 3.

²⁵ Cartas do Senado 1673-1684, 2º volume, p. 4.

a atenção com que precedemos sempre”. E reiteram que ocorreram “muitos exemplos desta forma” com a venda “de vinhos e também dos açúcares dos Dízimos de Vossa Alteza lançados violentamente pelos homens de negócio quando falha o dinheiro por eles ao contratador”²⁶.

Observa-se uma conjuntura bastante complicada, pois, em 25 de novembro de 1673, um dia após a carta citada ter sido escrita, a Câmara pediu a intercessão de Gregório de Matos no caso, explicando-lhe a situação e pedindo que o representante da Bahia em Portugal solicitasse o deferimento do empréstimo realizado. Também sugeriu que essa autorização ao empréstimo “fique por lei para outras ocasiões”²⁷. Como era usual, não houve resposta de Gregório de Matos ao pedido de ajuda, além de não aparecer nas cartas seguintes nenhum tipo de movimentação ou interesse para que se solucionasse o problema.

Em uma carta do ano seguinte, de 28 de julho de 1674, a Câmara pedia à Coroa que o desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio revisse as contas das contribuições do Senado, com o objetivo de fazer com que os oficiais que se beneficiavam de propinas as devolvessem, pois, caso a população que vivia recolhendo vários tipos de impostos descobrisse esse pagamento indevido, haveria “grande desconsolação nos povos por não gozarem o que gozam os mais vassallos desse Reino, e pela ruína de alguns por serem muito pobres”²⁸.

E as denúncias não param de aparecer nas cartas. No ano seguinte, a Câmara reclamou da atitude tomada pelo desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio de reter o dinheiro destinado ao pagamento da Infantaria nas mãos do tesoureiro, pois afirmava ter uma autorização real para enviar o dinheiro do pagamento da Infantaria a Portugal através do Conselho Ultramarino. Desse modo, a Câmara pedia à Coroa que o dinheiro retido “se despenda no sustento na Infantaria, pois assim foi à condição quando tomamos sobre nós o sustento dela”²⁹.

Na falta de dinheiro e farinha para quitar o salário atrasado, buscavam-se alternativas, como pudemos verificar na Carta de 31 de agosto de 1678, quando o governador Roque da Costa Barreto recebeu reclamações de uma petição em que mandava realizar o pagamento com sal, pois a farinha destinada para o mesmo estava atrasada. A justificativa para a reclamação se refere aos prejuízos causados por essa mudança no objeto de pagamento, pois, com o dinheiro do sal, a Câmara comprava farinha “com preço mais baixo às Vilas” e

²⁶ Cartas do Senado 1673-1684, 2º volume, p. 4.

²⁷ Carta para o Doutor Gregório de Matos e Guerra. IN: Cartas do Senado 1673-1684, 2º volume, p. 5.

²⁸ Cartas do Senado 1673-1684, 2º volume, p. 13-14.

²⁹ Carta de 30 de janeiro de 1675. Cartas do Senado 1673-1684, 2º volume, p. 22.

vendia aos soldados “pelo mais alto”, o que resultava num ganho de 100 por cento. Assim, se o pagamento da infantaria continuasse a ser realizado com sal, haveria muitos prejuízos, inclusive para a Fazenda Real³⁰. E ainda falando de lucros, os oficiais da Câmara retomaram o assunto da carta de 30 de janeiro de 1675, afirmando que esperavam o pagamento “que sua Alteza manda dar de sua real Fazenda que se nos está devendo, e com ele suprimos estes atrasados”, e isso estava resultando em “prejuízo aos pobres soldados”, que vendiam o sal muito abaixo do valor que valia: “dando-se lhe o alqueire a pataca o vendem por meia”. Com medo das reações que essa atitude do governador poderia gerar, a Câmara pediu que ele fizesse um documento que constasse que “não provam esta perda de nossa negligência e omissão se não de que Vossa Senhoria assim o entendeu e assim ordenou”³¹.

Constata-se que a conduta do desembargador Sebastião Cardos de Sampaio incomodou muito os oficiais da Câmara, pois o assunto foi novamente resgatado três anos depois³², em documento no qual cobravam a restituição do dinheiro depositado com o tesoureiro pelo desembargador, pois o senhor Sampaio “não entregava os efeitos digo cobrava pertencentes a este Senado”.

Segundo a Carta, o desembargador Sampaio foi substituído por José de Freitas Serrão, o qual necessitou ir à Corte e deixou “quatrocentos e tantos mil réis” que pertencentes ao sustento da Infantaria depositados com o tesoureiro Antônio de Azevedo Moreira. Entretanto, quando a Câmara solicitou ao desembargador Bento de Barros Rozeira, nomeado pelo governador Roque da Costa Barreto “na forma da Ordem de Vossa Alteza para acabar os negócios da Sindicatura”, Rozeira respondeu “não ter ordem para entregar o dito dinheiro”. Diante dessa situação, a Câmara pedia ordens da Coroa para que o tesoureiro realizasse seus encargos, entregando “várias partidas de dinheiro”, “visto serem de efeito pertencentes a este Senado e aplicado para a paga da Infantaria”³³.

A partir da Carta acima citada, não aparece nos documentos mais nenhuma referência ao dinheiro bloqueado pelo desembargador, o que nos leva a acreditar que esse problema tenha sido solucionado. Entretanto, notamos certa frequência de documentos que mencionam o alto índice de inadimplência para com os tributos, principalmente a partir de meados de 1680, o que acarretou em requerimentos de cobrança, como o do tesoureiro do Senado Balthasar Carvalho da Cunha em 11 de dezembro de 1686:

³⁰ Carta de 31/08/1678. Cartas do Senado 1673-1684, 2º volume, p.37.

³¹ Carta de 31/08/1678. Cartas do Senado 1673-1684, 2º volume, p.38.

³² Carta de 30/07/1681. Cartas do Senado 1673-1684, 2º volume, p.100.

³³ Carta de 30/07/1681. Cartas do Senado 1673-1684, 2º volume, p.100.

Senhores juizes e mais oficiais do Senado, o tesoureiro deste Senado Baltasar Carvalho da Cunha requer à Vossas mercês que mandem cobrar de todas as de todas as pessoas que devem a este Senado o que é pertencente ao sustento da Infantaria, e que lhe faça pagar o que o dito Senado deve e para que se não percam alguns destes efeitos pela dilação³⁴ com que se hão com quem os devem³⁵.

As cobranças continuaram no ano seguinte, 1687, com medidas mais severas para aqueles que não recolhessem o que deviam: “mandaram (ilegível) prender o capitão João Rois Reis, e só resta penhorar seus bens, proventos e quatro mil e tantos cruzados que está devendo”³⁶. Mas a murmuração não ficou somente por conta do tesoureiro, mas também dos vereadores Domingos Dias Machado e Miguel Gomes, além do procurador Domingos Pires de Carvalho, que enviaram requerimento aos juizes pedindo o envio de notificações de cobrança aos que possuíam dívidas com os oficiais da Infantaria³⁷.

Com a situação ficando cada vez mais complicada, não podemos nos esquecer de que este período é um dos mais atribulados economicamente para a Bahia. O juiz Ordinário Coronel Francisco Dias D’Ávila deferiu os requerimentos de cobrança a ele enviados, em 23 de agosto de 1688, no “Termo de vereação e requerimento que fizeram os vereadores e procurador do Conselho aos juizes para efeito de se cobrar tudo aquilo que se deve a este Senado pertencentes a Infantaria e do Conselho”³⁸, ordenando que se executassem todas as cobranças “pertencentes à infantaria”; também pediu que lhe dessem listas com os nomes dos devedores, com o objetivo de enviar “os mandatos de execuções”. Caso os indivíduos cobrados (devedores ou fiadores) não realizassem o pagamento, deveriam ser presos “na forma que dispunha a Lei”.

Esta problemática sobre o pagamento da infantaria se estendeu para além do período de recorte temporal de nossa pesquisa (1695). Entretanto, até o período que pesquisamos, não conseguimos uma solução completa, somente algumas intervenções momentâneas, como as já citadas anteriormente.

³⁴ Dilação: tardança, retardamento. (BLUTEAU, vol. 3, p. 224)

³⁵ “Termo de Vereação e Requerimento que fez o Tesoureiro e Capitão Baltasar Carvalho da Cunha” – 11/12/1686 *In*: Atas da Câmara 1684-1700, 6º volume, p. 65

³⁶ “Termo que mandaram fazer os Oficiais da Câmara que serviram o ano próximo, passado do estado em que deixam os negócios dela” – 02/01/1687 *In*: Atas da Câmara 1684-1700, 6º volume, p. 68.

³⁷ “Termo de vereação e requerimento que fazem os vereadores Domingos Dias Machado e Miguel Gomes e o procurador Domingos Pires de Carvalho sobre se cobrar as dividas pertencentes e Infantaria” – 27/01/1687. *In*: Atas da Câmara 1684-1700, 6º volume, p. 73.

³⁸ Atas da Câmara 1684-1700, 6º volume, p. 111.

Outra situação bastante complexa apresentada nas murmurações das cartas se prende principalmente aos privilégios eclesiásticos, como o da Carta de 06 de novembro de 1669, quando a Câmara pediu ao Rei que ordenasse que “nenhuma pessoa possa se isentar das imposições que temos lançado ao povo para o sustento da Infantaria”. Esse pedido ocorreu pelo fato de a Câmara ter tido que pagar a Infantaria com o dinheiro de donativos e da imposição de dízimos sobre a população que já estava limitada economicamente devido às contribuições com o dote e Paz de Holanda. E completava afirmando que “os religiosos não querem contribuir com o que lhes toca, sendo que nestas partes negociam e lucram com vantagens dos demais moradores” e isso levava à “grande diminuição da fazenda real” e ao prejuízo dos pobres que eram forçados a contribuir com a parte devida pelos religiosos³⁹.

Desse modo, pode-se perceber que a carta representava também interesses comerciais dos senhores de engenho, que, através da preocupação com o bem coletivo, sugeria medidas que serviam aos seus interesses particulares, ou seja, a diminuição dos impostos que recolhiam.

Mas, as denúncias de privilégios não se voltavam somente para os eclesiásticos, conforme nos mostrou a Carta de 22 de julho de 1686. A nobreza local também se valia de muitos privilégios e benefícios concedidos pelo Senado, talvez por se considerar bem apadrinhada em Portugal.

Entretanto, essas murmurações vinculadas a privilégios eclesiásticos ou da nobreza são pequenas perto das reclamações vinculadas aos problemas da crise que se abatera em Portugal e suas posses, nas quais termos como “ruína de todo povo”, “miserável estado de todo o povo”, “dor geral”, “clamor dos pobres” foram usados em abundância ao se referirem à baixa do preço do açúcar, à falta de dinheiro, e até mesmo às epidemias que se alastravam pela Bahia com a chegada de navios negreiros contaminados.

Encontramos intervenções do Rei para esses pedidos do povo desde a década de 1660, como a provisão de 23 de dezembro de 1663, na qual era ordenado que não se hipotecasse ou executasse engenhos por dívidas não quitadas, mas que se realizasse o pagamento das dívidas com a receita adquirida com a venda do açúcar, porém, esse açúcar não podia ser vendido por execução, pois seu valor seria menor que o normal e, conseqüentemente, a dívida não seria quitada.

Alguns anos mais tarde, em 1681, momento em que os preços do açúcar baixaram, seus custos de produção aumentaram e a concorrência antilhana prejudicava a

³⁹ **Cartas do Senado 1638-1673.** Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v.1, p.86, 1951.

venda da produção, foi proibido que os credores fizessem a venda do açúcar no período em que seu valor era menor por não ser sua época de carga nas frotas. Essa medida tinha como objetivo proteger as exportações do produto bem como os senhores de engenhos, que perderiam mais ainda com a venda do açúcar a preços inferiores.

Estudos como o de Schwartz (1988)⁴⁰ mostram que no fim do século XVII o açúcar brasileiro foi perdendo espaço no mercado europeu em consequência das barreiras alfandegárias impostas por países como a França e a Inglaterra, que, por possuírem colônias produtoras de açúcar nas Antilhas, buscavam excluir o produto brasileiro de seus portos, fazendo com que os estoques em Lisboa ficassem cheios. A reação da coroa foi baixar os preços do açúcar para que se tornassem mais competitivos. Porém, a tributação recolhida era alta, bem como o valor dos escravos, o que agravou ainda mais a situação da sociedade baiana e foi motivo de inúmeras correspondências, como a Carta de 12 de agosto de 1688, na qual foi narrado o prejuízo tomado pela Fazenda Real sobre a produção do açúcar e do seu comércio, que tenderia a aumentar caso seus súditos de fidelidade ilimitada não conseguissem recolher seus impostos devido às altas taxações⁴¹. Ainda na mesma carta foi relatado que “todos vivem arrastados em dívidas”, pois o açúcar apesar de ter sido vendido num preço acima do permitido, ainda estava mais barato que os itens necessários para a sua fabricação, gerando ínfimos lucros aos senhores de engenho e lavradores de cana, e, conseqüentemente, a diminuição dos cabedais, que levou os senhores de engenho ao endividamento e à busca de empréstimos que, posteriormente, não conseguiriam quitá-los. Essa situação que já não era recente culminou na criação de uma Lei especial em 15 de novembro de 1683, que proibia as compras antecipadas⁴².

Essa lei corroborou com a carta de 12 de agosto de 1688, na qual apareceu uma queixa vinculada a uma nova lei que tarifava o açúcar a um preço inferior ao que já estava no mercado, levando os emissários da correspondência a afirmarem que o valor novo estipulado (750 réis) acabaria por levar o Brasil a sua “total ruína”, pois com esse valor não daria para

⁴⁰ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. SP: Companhia das Letras, p.162-163, 1995.

⁴¹ Carta de 12/08/1688. In: **Cartas do Senado 1684-1692**. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v.3, p. 23, 1953.

⁴² Segundo a carta do Senado da Câmara da Bahia ao Príncipe Dom Pedro de 12 de agosto de 1668, “tem mostrado a experiência que todos aqueles que tomavam dinheiro antecipado para se fornecerem de alguns gêneros que se não vendem fiados para darem o açúcar, que sempre era o mais baixo que se fazia a oito até nove tostões, ficaram em breves anos destruídos, tanto assim que na consideração desta ruína foi Vossa Majestade servido mandar por Lei especial passada em 15 de novembro de 1683 que fossem nulos todos os contratos que se fizessem de dinheiro e açúcar, pois só bastava aquela pequena diminuição para se arruinarem os que faziam aquele negócio”. (**Cartas do Senado 1684-1692**. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v.3, p. 63-64, 1953).

cobrir a lavoura e a fabricação do açúcar. Segundo a carta, com o valor mais alto que era cobrado anteriormente, já não se obtinham lucros satisfatórios⁴³. Seguindo a carta, aparentemente com o intuito de provar “a ruína” a que este preço baixo levaria os produtores, foram descritas as despesas da produção, e, para facilitar o entendimento, apresentamos a seguir em forma de tabela⁴⁴:

Especificação da despesa do engenho	Valor
Mestre	100 réis
Dois banqueiros	100 réis
Dois barqueiros	100 réis
Feitor-mor	80 réis
Feitor-da-moenda	40 réis
Caixeiro	50 réis
Caixões de açúcar (unidade)	1200 réis
Milheiro de tijolos	2060 réis
Três mil formas de barro	240.000 réis (80 réis a unidade)
Conserto das barcas	80.000 réis
Total	323.730 réis

Diante desses valores e de sua análise, os emitentes da Carta chegaram à conclusão de que se o açúcar não voltasse ao preço anterior à lei (10 ou 11 tostões), em muito pouco tempo, ninguém mais na Bahia iria conseguir repor os bens necessários para a produção, e as fazendas de cana e os engenhos parariam, diminuindo altamente os “dízimos e as alfândegas de Vossa Majestade”.

Entretanto, segundo o que reportou a carta, o prejuízo não seria só dos produtores de açúcar, estendendo-se também aos mercadores, pois, com as fazendas de cana e os engenhos abandonados, não haveria açúcar para se comercializar, nem outro produto que o substituísse, portanto, também não haveria dinheiro para comprar produtos necessários produzidos fora da Bahia. E, levando-se em consideração que o açúcar era a coluna de sustentação da economia, o Brasil nesse momento ruía, “porque para todos se acabaram as Colunas em que se sustentava”⁴⁵.

⁴³ “[...] pelo preço passado de 10 e 11 tostões, deixava um limitado lucro para quem o lavrava”. (Carta de 12/08/1688. In: **Cartas do Senado 1684-1692**. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v.3, p. 63, 1953).

⁴⁴ Além desses valores citados acima, a Carta ainda elencava o valor cobrado por caixa para se transportar o produto até a cidade (320 réis), o valor de entrada nos armazéns (200 réis) e o cobrado por mês para ficar guardado (1 vintém).

⁴⁵ As “Colunas” evidenciadas neste trecho se referem a um período anterior da Carta, na qual se afirma que “O Brasil, Senhor, desde seu nascimento se sustentou sempre em duas colunas, uma era o Tabaco, e a outra o Açúcar: a do Tabaco arruinou-se há alguns anos, ficando perdida a pobreza do Brasil que, por depender de pouca

Após apresentar a situação complicada vivida por aqueles que dependiam da lavoura canvieira e da produção do açúcar, a Carta segue com os camarários desaprovando a visão dos comerciantes portugueses sobre a diminuição do preço e das vendas do açúcar, pois estes acreditavam que o problema estava no valor desmedido do produto na Bahia, bem como nos “vícios” praticados em sua fabricação. Entretanto, os camarários negavam que fossem esses os motivos da baixa distribuição de açúcar de Portugal pela Europa e apontavam que a razão para tal feito era a que países como Holanda, Inglaterra e França foram desenvolvendo e melhorando sua produção, a tal ponto que “já tem tanta quantidade de açúcares que abundam a toda Itália, vendendo-lhe refinado a 1200 réis”.

Essa justificativa gerou um espaço na carta para retomarem os problemas econômicos gerados também pela elevação do valor do tributo do açúcar de 220 réis por arroba, que fora decretada para auxiliar na guerra contra a Espanha e a Holanda, para o valor de 580 réis por arroba a fim de cobrir as despesas da Companhia Geral do Comércio. Entretanto, mesmo após o acordo de paz com a Holanda, esses tributos nunca foram baixados ou suspensos. Desta maneira, chegou-se à conclusão de que o açúcar brasileiro não podia concorrer com os estrangeiros, pois como não ocorreu a suspensão tributária, os preços não conseguiam se tornar competitivos⁴⁶ e, conseqüentemente, os que dependiam da venda do produto não conseguiriam honrar suas dívidas.

No que se refere à acusação sobre os “vícios”, os camarários afirmavam que, com o passar do tempo, a produção melhorou muito com a experiência que foram adquirindo. Para outros vícios que não estavam ligados à produção diretamente, também apresentaram algumas soluções, como no caso da mistura de diferentes açúcares na mesma caixa (mascavos e brancos), propuseram que os senhores contratassem caixeiros de açúcar de confiança, íntegros, para que não ocorressem falsificações das caixas de açúcar.

Toda essa situação de baixa no preço e nas vendas do açúcar e excesso de tributação acarretou outro problema muito presente nas Cartas do Senado, principalmente a partir dos anos 70 do século XVII, a constante reclamação de falta de moedas e suas conseqüências para a sociedade baiana. Entre as Cartas analisadas, já em 24 de agosto de 1672, apareceu o relato de pedido do procurador da Câmara João de Gois e Araújo ao rei para enviar moedas de prata e cobre à Bahia, pois as mesmas estavam em falta⁴⁷. E, em menos de

fábrica a sua lavoura, se ocupava dela”. (Carta de 12/08/1688. In: **Cartas do Senado 1684-1692**. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v.3, p. 65).

⁴⁶ Um exemplo deste fato localiza-se em **Cartas do Senado 1684-1692**. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v.3, p. 70-72, 1953.

⁴⁷ **Cartas do Senado 1638-1673**. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v.1, p. 116, 1951.

um ano, o mesmo procurador descreveu a situação da Bahia⁴⁸, que se encontrava em “total falta de moeda de prata miúda”, o que acarretava ao povo “grande dano e prejuízo nos gastos ordinários”. E aponta como responsável por tentar uma saída para tal situação o Senado, que, segundo João de Gois e Araújo, “deve prover e procurar-lhe remédio” para a situação.

A própria Câmara aponta uma possível solução para esse problema e que aparece em várias cartas: a criação de uma Moeda Provincial que, devido sua diferença de valor, não fosse levada para Portugal ou para qualquer outro lugar. Para justificar essa ideia, na Carta de 15 de julho de 1679, usou a Índia como exemplo, pois lá existiam três casas de moeda provincial, “sendo que o negócio deles é menos útil às Alfândegas de Vossa Alteza e a sua Real Fazenda do que o deste Estado⁴⁹”. Apesar dos muitos pedidos enviados ao Rei, a resposta positiva que era tão aguardada não chegava, deixando os que estavam na expectativa aflitos, como se observa na Carta de 24 de julho de 1680⁵⁰, quando logo em sua introdução foram retomadas as datas das três cartas anteriores: “em carta de dezesseis de agosto de mil seiscentos e setenta e oito, de quinze de julho de mil seiscentos e setenta e nove e treze de abril de mil seiscentos e oitenta, fizemos presente a Vossa Alteza o grande dano de levarem a moeda para esse Reino resultava a este Estado” e, logo adiante, a proposta da cunhagem de moedas que “não foi Vossa Alteza servido deferir até agora”.

Segundo o Juiz do Povo Francisco Ribeiro Velho⁵¹, a falta de moeda, “causa do miserável estado a que se tem reduzido a antiga e opulência desta cidade e a presente ruína dos negócios”, tinha duas causas principais: o envio para Portugal com os mercadores ou a fundição pelos ourives. Mesmo criticando as duas causas, quando citou a ação dos mercadores em “embarcarem a moeda para Portugal”, a crítica aparece de forma mais leve, pois se levou em consideração a possibilidade de que “todavia a moeda que tem ido, ou a maior parte dela pode voltar facilmente ao Brasil para se interessar em maior lucro”, entretanto, ao falar dos ourives, a crítica é mais dura, pois, ao fundirem as moedas de prata, cometiam um “delito que não tem desculpa”, já que transformadas em “baixelas e diferentes usos extraordinários, nunca mais torna a ser moeda”. Assim, mesmo enriquecendo o “esplendor das casas particulares, se empobrece e debilita a República, que só se conserva com a sustância comum do dinheiro”, desse modo “se deve preferir sempre o bem universal ao apetite e luzimento particular de que

⁴⁸ Carta de 04/03/1673. In: **Cartas do Senado 1638-1673**. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v.1, p. 123, 1951.

⁴⁹ **Cartas do Senado 1673-1684**. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v. 2, p. 53, 1952.

⁵⁰ **Cartas do Senado 1673-1684**. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v. 2, p. 83, 1952.

⁵¹ Treslado do Requerimento que fez o Juiz do Povo e Mesteres sobre a moeda e prata feito aos 11 de fevereiro. Atas da Câmara, 6º vol. P 202.

as arruinam e diminui a moeda a toda esta Cidade que quase lamentavelmente chora lembrando-se de si mesma”.

Ainda falando dos ourives, o documento demonstra seu aumento, pois anteriormente vinham “dois ou três navios de Buenos Aires carregados de moedas e pinhas de prata [...] não havia nela mais ourives que Francisco Vieira”, ao passo que em 1693, período em que “não entra na Bahia prata alguma” existiam “uns vinte e cinco ourives”, os quais não respeitavam nenhuma lei referente às moedas e ainda usavam os utensílios feitos de sua prata lavrada para negociar escravos com Angola. Diante dessa situação, foi pedido que contatassem o Senhor Governador e Capitão Geral, para que este mandasse “antes que partam os navios que estão para ir para Angola”, publicar uma lei que impedisse qualquer “pessoa desta praça (Bahia), de qualquer qualidade e condição que seja, mande fazer prata lavrada para Angola”, correndo o risco de pagar pena de quinhentos cruzados, e também que não se “remeta o que estiver feito sob pena de se tomar duas partes para a Fazenda Real e a outra para o denunciante público ou secreto”⁵². Mas, os castigos não paravam por aí, pois, a mesma pena ia ser aplicada para o mestre ou passageiro que aceitasse levar a prata para Angola e, para os marinheiros ou mandadores do navio em que iria se entregar a prata, a punição seria de levar duzentos açoites.

Segundo essa lei citada acima, os ourives deveriam, dentro do período de vinte e quatro horas, relacionar toda a “prata que tiver fundido, seja para Angola ou para esta cidade” e ter que declarar quem “lhe deu a lavrada antiga para fazer nova; além disso, “nenhum ourives pode aceitar prata velha para dela fazer obra nova”, sem antes declarar “os marcos que se lhe entregaram” e que seriam pesados pelo contratador na presença do juiz e do escrivão da Câmara” e, depois de lavrada a peça nova, deveria se pesar novamente, para ver se era a mesma prata. Se estivesse tudo certo, ela seria marcada e entregue ao dono “na forma que se pratica em Roma e mais reinos da Europa”⁵³.

Três dias após o Trelado citado acima, foi publicado o “Termo de acordo que tomaram os Oficiais da Câmara sobre o Requerimento que fez o Juiz do Povo da moeda de prata lavrada”⁵⁴, no qual concordavam e acatavam a sugestão final do Trelado do Juiz do Povo, de “nenhum ourives lavre prata alguma sem que primeiro venha a casa da Câmara a registrar a prata de que a de fazer a dita obra e declarando a pessoa para quem é”, designavam penas rígidas para os que não respeitassem essa ordem, como “trinta dias de cadeia e seis mil

⁵² **Atas da Câmara: 1684-1700.** Prefeitura Municipal de Salvador, Bahia, v.6, p. 205, 1951.

⁵³ **Atas da Câmara: 1684-1700.** Prefeitura Municipal de Salvador, Bahia, v.6, p. 206, 1951.

⁵⁴ **Atas da Câmara: 1684-1700.** Prefeitura Municipal de Salvador, Bahia, v.6, p. 208, 1951.

réis para o acusador”. Para os ourives que trabalhavam com pratas sem registro na Câmara, a pena era muito mais severa, de “dez anos de degredo na África, com perda da metade da fazenda que tiver”.

Apesar de toda a preocupação em se punir aqueles que não seguiam as leis referentes à prata que prejudicava o Estado ou mesmo criando algumas que ajudavam os senhores de engenho endividados, havia outro problema na Bahia, muito evidente nas Cartas e que prejudicava diretamente os senhores de engenho, os lavradores de cana e todos que necessitavam de mão de obra escrava para realizarem suas atividades, pois, principalmente no fim do século XVII, mencionavam as epidemias e o contágio como uma ameaça latente, que apavorava a população seja pelos seus efeitos à saúde ou pelos problemas financeiros causados pela morte dos escravos e, conseqüentemente, falta de mão de obra e baixa produtividade. São vários os registros, como a Carta de 25 de abril de 1681, na qual a ruína e a falta de cabedais do povo foram justificadas ao Senado principalmente, “pelo irremediável dano que de presente padecem com as bexigas que lhe eram mortos mais de dois mil escravos, e que esta falta lhe prometia não poderem acudir a suas culturas e ficarem mui diminutos seus cabedais”⁵⁵.

Dois meses depois da Carta citada acima, em 30 de junho de 1681, a Câmara enviou outra Carta ao rei, e, após se referir à “ruína geral” em que se encontrava a cidade da Bahia e o Recôncavo, apontou a bexiga como um agravante do problema, pois, após sua epidemia, “as bexigas que o reputamos por peste” fizeram com que “as fábricas dos engenhos e fazendas de canas” ficassem “muito diminutas”⁵⁶. No dia seguinte, outra Carta reafirmou os danos causados pelas infestações de bexiga e pediu, diante da situação complicada, que o rei não cobrasse as dívidas de “cinquenta mil réis para cima” e um prazo de “três anos para que melhor e com mais suavidade se possa as fazendas fabricar” e quitar suas dívidas⁵⁷.

Diante da situação de endividamento dos senhores que aumentava e das proibições dos comerciantes em executarem as dívidas dos senhores, a Carta de 06 de julho de 1683 pedia ao rei que proibisse “penhoras nos escravos de casa dos senhores de engenho e lavradores”, pois, além de terem passado por tempos cada vez mais difíceis devido à grande perda de escravos com a bexiga, o que levou a uma diminuição da produção de açúcar, já que os escravos eram os que “fabricavam todos os frutos deste Estado”. Desse modo, os rendimentos do produto foram poucos, e os credores em busca da liquidação de suas dívidas,

⁵⁵ **Cartas do Senado 1673-1684**. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v. 2, p.94, 1952.

⁵⁶ **Cartas do Senado 1673-1684**. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v. 2, p. 99, 1952.

⁵⁷ **Cartas do Senado 1673-1684**. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia, v. 2, p. 103-104, 1952.

não podendo realizar penhoras nas fábricas, acabavam por “penhorar os escravos do serviço de casa” por preços muito baixos, “pela mesma causa de falta de moeda”, o que prejudicava na produção de cana e do próprio açúcar, pois o senhor se via na necessidade de retirar “das fábricas dos engenhos e das lavouras outros tantos para seu serviço”.

Apesar de tantos prejuízos causados pelas infestações de bexiga anteriores e apresentados nas Cartas, em 21 de maio de 1685, a situação descrita em Ata pela Câmara é ainda mais complexa, haja vista a atitude desta em registrar os procedimentos tomados em relação ao navio Santa Marta, que chegara de Angola com os negros a bordo, contaminados com a mesma doença. Segundo a Ata, os escravos traziam a “bexiga, mal tão contagioso” que para o bem comum da população não deveriam ser desembarcados, mas que “fosse para o morro distante da cidade a mais de quatro léguas” para que se realizasse a quarentena e que se comunicasse “todas as vilas e seu Recôncavo” para que ocorresse o mesmo que havia ocorrido com a Nau Madre de Deus “vinda da Costa da [ilegível] a qual não trazia tão conhecimento do muito mal como o presente, [...] que morreram muitas mil almas do contágio”. Ainda segundo a Ata, caso houvesse o desembarque dos negros do navio Santa Marta, haveria “tão grande ruína que além da mortandade que seriamente havia de se arruinar os engenhos e fazendas” como se deu “nas bexigas passadas que muitos engenhos não moeram por lhe haver morto os negros de muitas fazendas”⁵⁸.

O mesmo medo de contágio e desenvolvimento de epidemias também apareceu na Ata de 27 de janeiro de 1694, na qual havia ordens de se evitar “todos os navios, especialmente os que vinham de Angola, São Tomé e Costa da Mina para assim se evitar danos”. Da mesma forma que a Nau Madre de Deus, os navios deviam ficar de quarentena, pois, “não convinha que desembarcassem gente que vinha em dita embarcação por virem muitas delas danificadas e muitas delas com sarna e lepra, e constando ao dito médico por declaração do Capitão do dito patacho se lhe havia morto quinze ou dezesseis negros fora outros que se mataram (...) viu dito médico dois mortos em dito navio e muitos deles incapazes de se poderem alevantar do lugar em que estando deitados, o que julgou ser doença”⁵⁹.

Diante do recorte exposto, podemos concluir que, apesar das cartas não estarem desvinculadas do contexto histórico, das ideologias do momento em que foram escritas e que muitas vezes podem ser construídas em forma de uma ficção, o fato é que elas apresentam alguns dos problemas enfrentados na Bahia durante a segunda metade do século XVII e,

⁵⁸ **Atas da Câmara: 1684-1700.** Prefeitura Municipal de Salvador, Bahia, v.6, p. 22-23, 1951.

⁵⁹ **Atas da Câmara: 1684-1700.** Prefeitura Municipal de Salvador, Bahia, v.6, p. 237-238, 1951.

diante da situação, pediam auxílio para a Coroa para tentar solucioná-los da melhor maneira possível naquele momento. Tratamos, a seguir, da preocupação em solucionar esses problemas nos escritos do padre Antônio Vieira.

Capítulo 3

Antônio Vieira e a Crise

O jesuíta Antônio Vieira viveu por quase todo o século XVII, participando ativamente das transformações que ocorreram, porém, de uma maneira diferenciada, pois, apesar de não se afastar dos princípios da moral cristã, possuía uma visão bastante crítica da sociedade em que estava inserido, bem como do mundo, devido às inúmeras viagens feitas em nome da Coroa com o intuito de realizar acordos e tratados. Com sua linguagem ligada à formalidade da retórica, utilizou de figuras e outros recursos da oratória para realizar sua crítica, suas denúncias.

3.1. Vieira Político

Antônio Vieira nasceu em Lisboa, em 1608. Entretanto, passou grande parte de sua vida em território brasileiro, chegando a ser considerado “brasileiro e baiano por segunda pátria” (ARAÚJO, 1999, p. 13), pois, de família modesta, em 1614, mudou-se para a Bahia após a nomeação de seu pai para escrivão da Relação.

O autor estudou no colégio dos jesuítas em Salvador. Os estudos conduziram-no a escolher a carreira de religioso e, em 1623, “aos 15 anos, fugiu de casa para o colégio, onde os padres o receberam com o devido alvoroço” (AGROBOM, 1943, p. 12). Por ser um estudante de destaque, foi escolhido para escrever o relatório que os jesuítas deveriam mandar ao Geral da Ordem em Roma – a Carta Ânua, na qual relatou os sucessos da colônia entre 1624 e 1625 (BOSI, 2011, p. 14).

Padre Antônio Vieira presenciou as invasões holandesas, assim como a tomada de Pernambuco pelos invasores e, para o jesuíta, Portugal deveria entregar Pernambuco aos inimigos. Os motivos para esse feito eram basicamente dois: “selar a paz com os holandeses e torcer para que a repressão aos insurgentes no Brasil diminuísse” (BULCÃO, 2008 p. 83). Mas, a ideia de Vieira não era entregar Pernambuco definitivamente para os batavos: com as finanças da Coroa arrumadas, seria mais fácil recuperar a região, pois o importante era reduzir o inimigo e as frentes de guerra. Além disso, ao chegar a Portugal, em 1641, o jesuíta se tornou conselheiro do rei dom João IV, lutando pela legitimação de seu reinado e sendo considerado um estadista capaz de conceber grandes projetos (BOSI, 2011, p. 21), pois, para

tentar realizar seu sonho de ver Portugal como a nação católica mais importante de seu tempo, não poupou sua argúcia e febre,

(...) aliando-se a judeus, forçando alianças com França e Holanda, propondo a entrega de Pernambuco aos holandeses. [...] Doutrinador do quinto-imperialismo, que chama a poderosa Inquisição de cega e desatinada por suas ações em tudo contrárias aos desígnios desse sonho, liberalista e autonomista, na luta contra as injustiças sociais proporcionadas por impostos e contra o fim de privilégios aristocráticos e mesmo eclesiásticos para a construção de ideário de uma nação forte e autônoma [...] (ARAUJO, 1999, p. 57-58).

Devido ao envolvimento de Portugal nos conflitos na Europa, em 1642, com o objetivo de convencer membros do clero e da nobreza a contribuírem com seus bens para as despesas da guerra, pregou o Sermão de Santo Antônio (VIANA, 1969, p. 338).

Padre Antônio Vieira foi enviado em 1646, por Dom João IV, como embaixador em uma missão secreta, à França e à Holanda. Na França, deveria tratar do casamento do príncipe Dom Teodósio com a filha do duque de Orleans e, na Holanda, tentar firmar um contrato de paz entre os dois povos. No ano seguinte, é novamente enviado a esses dois países, devido às dificuldades pelas quais Portugal passava, mas, ao chegar na França⁶⁰, suas questões quase não foram consideradas e, em Haia, as negociações sobre Pernambuco também não foram acatadas (VIANA, 1969, p. 338-340).

Em carta ao Conde de Ericeira, de 23 de maio de 1689, descreveu os propósitos dessas viagens:

O fundamento e fim por que S.M. me mandou a estas duas Côrtes, foi porque não estava satisfeito dos avisos pouco coerentes, que lhes faziam os dois embaixadores de Holanda e França, e quis que eu, em uma e outra parte, me informasse do estado de nossas coisas com toda a certeza, sinceridade e desengano, o que os embaixadores não faziam, querendo, com bom zelo, antes agradar que entristecer, que era a moeda que então corria, tão falsa como perigosa (VIEIRA, 2009, vol. 3, p. 386).

⁶⁰ Segundo Lúcio de Azevedo: “Não se tendo composto os negócios com a Holanda, resolveu D. João IV mandar outra vez a esse país Antônio Vieira e, conjuntamente, tratar em França o casamento do Príncipe D. Teodósio com Mademoiselle de Montpensier, filha do Duque de Orléans, sobre que já antes tinha feito tentativas. Tão pouco segura julgava o soberano em si a coroa que propunha abandoná-la ao filho e retirar-se para os Açores, declarando-se Rei de um novo Estado, com Angra por capital, constituído pelo arquipélago e, juntamente, o território do Pará e do Maranhão. A noiva podia ser, já aquela princesa, já a filha do Duque de Longueville. O essencial era que, pelo consórcio, ficasse a defesa do Reino assegurada pela França. Até a maioria do Príncipe, o sogro, qualquer dos dois que fosse, governaria por ele” [in: VIEIRA, 1997: I, 93].

Entretanto, as viagens de negociação de Vieira não pararam. Em 1650, devido ao fato da situação dos portugueses continuar complicada, foi enviado a Roma, “para tentar negociações com a Espanha, no sentido de casar o príncipe D. Teodósio com Dona Maria Teresa de Áustria, filha do rei da Espanha” (VIANA, 1969, p. 340), enfraquecendo assim o inimigo. Nessa missão, afirmam alguns de seus biógrafos que Vieira deixou escapar os motivos de sua visita: “Dois fatos sobre a presença do nosso padre em Nápoles são inquestionáveis: não perdeu tempo em defender suas ideias em favor dos cristãos-novos de Portugal; e foi obrigado a fugir da cidade quando souberam quais eram seus reais objetivos” (BULCÃO, 2008, p. 113).

Entre os anos de 1653 e 1662, viveu no Grão-Pará e Maranhão com notável atividade missionária. Neste período, defendeu os indígenas da escravidão, sendo que em 1654 viajou até Portugal para tentar negociar a “salvação dos indígenas” e, devido à indiferença da Corte, em 1655, pregou em Lisboa sermões contra a corrupção ultramarina, “contra esta indiferença da Corte, em face dos grandes problemas nacionais.” (VIANA, 1969, p. 341-342).

Padre Antônio Vieira sofreu com a Inquisição devido às várias denúncias feitas contra ele entre 1661 e 1675. Mesmo com o processo do Santo Ofício anulado e declarado pela Santa Sé perpetuamente isento da jurisdição inquisitorial, ao retornar a Portugal, em 1675, foi “recebido friamente, por causa da defesa, que ele fizera aos cristãos novos e por vários outros motivos políticos” (VIANA, 1969, p. 345-346). Após seis anos em Portugal, retornou ao Brasil em 1681, dedicando-se à organização de seus sermões, com o objetivo de publicá-los. No entanto, morreu em 1697, com 89 anos (BULCÃO, 2008, p. 261).

3. 2. A Perspectiva do Pregador

Como já citado anteriormente, o padre Antônio Vieira (1608-1697) era uma das pessoas de confiança do rei D. João IV, participando de diversas viagens diplomáticas, favorecendo o conhecimento da situação em que se encontrava Portugal no século XVII e, assim como Gregório de Matos, também gerou muitas polêmicas. Entretanto, essas polêmicas sempre estavam ligadas a decisões em favor de Portugal e das situações difíceis em que o país se encontrava.

Desse modo, as obras de Antônio Vieira, sejam elas sermões ou cartas, remetem sempre ao contexto histórico em que foram escritas e geralmente se referem à reconstrução de

Portugal após a Restauração e à solução de problemas que poderiam impedir tal feito. O jesuíta sempre se preocupou com a corrupção frequente na colônia, a forma como eram concedidas as mercês e também com a omissão de dados no que se referem à administração, tudo isso com o objetivo maior de garantir a soberania lusa.

Dentre as atitudes polêmicas citadas acima para defender a soberania lusa, o jesuíta defendia, por exemplo, a ideia de que o clero e a nobreza deveriam compartilhar da busca pela recuperação da economia de Portugal e assim pagar impostos (MENEZES, 2000, P. 14). Apesar desse fato, Vainfas (2011) mostra, através do sermão sobre Santo Antônio pregado em setembro de 1642, que Vieira reconhecia a legitimidade de cada um dos três estados na ordem social do Antigo Regime:

O projeto de Vieira implicava uma remoção de privilégios e imunidades absolutas usufruídas pelo clero e pela nobreza em matéria fiscal. Mas seu objetivo, repito, não era de romper a hierarquia estamental em favor de uma igualdade social quanto aos direitos e deveres dos súditos na Coroa. (...) Vieira se empenhou, na verdade, por fortalecer a Coroa e a soberania do reino português, mesmo à custa da extinção de alguns privilégios vigentes. Parecia animado de um proto-nacionalismo raro de encontrar nessa época, pois não se tratava apenas de conservar o reino, mas de garantir a independência de uma nação – a Nação portuguesa (VAINFAS, 2011, p. 100-101).

Nesse sentido de recuperar a soberania portuguesa, é possível compreendermos outras atitudes de Vieira, “como a proposta de criação de companhias comerciais com dinheiro judeu ou a entrega de Pernambuco aos neerlandeses” (MANDUCO, 2005, p. 3).

Para o primeiro ponto citado, Vieira defendia a permanência dos judeus em Portugal, que passava por dificuldades financeiras, pois eles possuíam cabedais para serem investidos. Mesmo com o aumento das perseguições aos judeus após a revogação da ordem de agosto de 1671, que decretava a expulsão de todos aqueles que tivessem sido sentenciados pela Inquisição desde o perdão geral de 1605, Vieira continuava a defender a permanência deles em solo luso e questiona se é “preferível que “Judeus que enriquecem Itália, França, Inglaterra, ou Judeus que enriqueçam Portugal?”⁶¹. Assim sendo, Vieira se opõe à expulsão porque isso significaria entregar ao concorrente o capital” (MENEZES, 2000, p. 84).

⁶¹ Sabemos que no século XVII milhares de hereges portugueses perambulavam pela Europa. Hereges do Catolicismo, hereges do Judaísmo, Vieira achava-os necessários em Portugal. Os judeus não prejudicariam o Catolicismo, e cita o exemplo do Papa, que não distinguia os cristãos-novos dos velhos, admitindo publicamente o Judaísmo na Santa Sé, enquanto Portugal não aceitava nem os que estavam batizados. Em Roma se consentiam Sinagogas, onde livremente se professava a lei de Moisés. Readmitir os cristãos-novos em Portugal seria obra de

Quanto ao segundo ponto, Vieira via na paz com os Países Baixos um fator fundamental para a manutenção da soberania portuguesa, pois se envolver em uma guerra naquele momento contra uma das nações mais poderosas do mundo poderia ser fatal para Portugal, que corria o risco de ser restituído ao domínio de Castela⁶². O posterior resgate das terras pernambucas, segundo a visão de Vieira, aconteceria por meio de pagamento realizado pela Coroa aos holandeses. O dinheiro para a ação viria de judeus que haviam fugido para a França, mas que seriam convidados a retornar a sua terra natal, mas, diante das exigências, empecilhos impostos pelos batavos aos portugueses e da contrariedade da maioria da população lusitana, a sua ideia não obteve êxito.

Assim, destacou a desigualdade de condições de ambas as partes, pois os neerlandeses possuíam muito mais navios, homens e armas que os portugueses, sendo então preferível acordos através de concessões, a um conflito que poderia levar à ruína e à perda da soberania (MAGALHÃES, 1999, p.2).

Com o desejo de ver Portugal novamente em uma situação de prestígio, como era das grandes navegações, sempre teve bastante cuidado em analisar as atitudes dos países que se colocavam como ameaça a essa retomada de posição, bem como as ações dos lusitanos para que alcançassem tal objetivo, como, por exemplo, a questão da armada portuguesa, a qual sempre seguiu sugerindo sua renovação, que se trocasse as grandes caravelas por fragatas mais rápidas e bem armadas, conforme a carta enviada ao Conde de Ericeira, na qual pede para que sejam proibidas as caravelas, “e mande que em seu lugar naveguem os portugueses em navios grandes e bem artilhados, os quais, pelo contrário, serão as escolas em que as armadas de Vossa Majestade terão valorosos soldados no mar como na terra”. Toda essa preocupação tinha fundamento, pois as nações que eram poderosas voltavam seus olhares para as conquistas lusitanas, que estavam desprotegidas, conforme descreveu em 1672 a Dom Rodrigo de Menezes:

Inglaterra, França e Holanda, todos têm olhos postos em conquistas e não tem outras para onde olhar, se não as nossas, que só com armadas prontas no rio de Lisboa se podem defender, e, ainda que aí se apodreçam ao parecer inutilmente, só elas são os muros das conquistas. E não nos envergonhamos de se saber no mundo que consta a nossa armada de três fragatas? (VIEIRA, 2009, vol. 2, p. 368).

grande serviço de Deus e aumento da religião católica, pois o dinheiro dos judeus poderia servir para dilatar a fé de Cristo no mundo. E procurou encorajar o Rei de Portugal a "não ter medo" de mandar voltar os judeus, porque isso era "justiça" (NOVINSKY, 1991, pp. 180).

⁶² VIEIRA, Padre Antonio. Papel que fez o Padre Antonio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses (Papel Forte)

No entanto, o jesuíta não se preocupava com assuntos específicos do reino. No “Sermão da Visitação de Nossa Senhora”⁶³ declarado em 1641, na Bahia⁶⁴, diante do novo vice-rei que acabara de chegar ao Brasil, o Marquês de Montalvão, além de falar das esperanças que se retomavam, o jesuíta aproveitou para descrever a “enfermidade” que sofria o Brasil, evidenciou em grande parte do sermão as desventuras e falta de princípios morais que cercavam as terras brasílicas, como a deslealdade, o abuso de poder, a corrupção, entre outros problemas que se desencadeavam. Diante de todos esses problemas, asseverou que o Brasil estava doente e que esperava que o novo oficial pudesse resolvê-los.

Diante da complexa situação administrativa, política e social em que a Bahia estava inserida, tentava de algum modo buscar uma saída, na qual a Bahia ou o Brasil se reestruturasse, no entanto, apesar da busca, o jesuíta não deixou de lado seu senso crítico sobre o que estava acontecendo:

E verdade que nunca se viu esta província tão autorizada como agora, mas podem-lhe servir os títulos de epitáfios, que, pois havemos levantada a Vice-Rei entre as mortalhas, bem se pode dizer por ela também: que depois de ser morta foi rainha (VIEIRA, 1938, p. 136).

Nesse trecho do sermão, podemos perceber que Vieira, defendendo a Bahia, critica a sua administração, apontada como responsável pela sua ruína. E, mais adiante, criticando a situação em que se encontrava o Brasil diante do domínio holandês do nordeste, demonstra esperança com a chegada do novo vice-rei:

Quatro generais têm governado a guerra do Brasil depois de ocupado Pernambuco. Grande conjectura de ser a enfermidade mortal mudarmos tantas vezes a cabeceira! Todos foram capitães famosos, todos se portaram com grande valor e prudência militar, mas é desgraça levar o lume no tempo da tempestade: e quando o castigo é do céu, como o hão de resistir braços humanos? Passou-se a fortuna à Holanda, nós a retirar, nós a decair, nós a perder, de sorte que, de quatro generais valorosos, nenhum governou a guerra que a não entregasse a seu sucessor em pior estado do que a recebera. Mas, assim como a restauração de Macedônia estava reservada para o grande Fábio, assim espera a sua o Brasil do valorosíssimo braço de V. Excelência, tantas vezes armado e tantas vitorioso contra inimigos da fé (VIEIRA, 1938, p. 137).

⁶³ Sermão da Visitação de Nossa Senhora. In: VIEIRA, Antônio. **Sermões**. Brasileira, 1938. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/por-brasil-e-portugal/pagina/136/texto>> acesso em 13/01/2014.

⁶⁴ Não se pode esquecer que nesse período o nordeste estava ocupado pelos holandeses, fato este que também é citado em vários momentos do sermão, principalmente quando Antônio Vieira critica a segurança e a infantaria local.

Acima, o jesuíta aponta para a situação de enfermidade do Brasil vinculada à falha administração dos governantes, que, apesar de serem famosos e de terem certa prudência militar, não obtiveram êxito e nem dispensaram o devido cuidado e importância à política. E segue sua crítica na segunda parte do sermão, afirmando que o grande problema estava no silêncio da colônia em relação a Portugal, que não buscava reivindicar mais cuidados, novas atitudes. Compara a situação à de um doente que não pode falar ao médico de seus problemas: “como o doente não pode falar, toda a outra conjectura dificulta muito a medicina”. Esse silêncio, segundo o que se segue no sermão, poderia ser por “respeito ou violência”, e, quando chagava até os responsáveis algum clamor ou lamentação, o poder superior era maior, acabando por dispersá-los.

Mais adiante, ainda em tom de crítica, Antônio Vieira afirma que a falta de justiça também é um tipo de doença que acometia o Brasil, pois não se castigava nem punia quem merecia assim como não se ajudava os corretos. Assim, por não funcionar corretamente o Brasil se depauperou. Segundo sua visão: “Sem justiça não há reino, nem província nem cidade, nem ainda companhia de ladrões que possa conservar-se”. Assim, a terra na qual existia toda a sorte de delitos que não eram investigados nem punidos, na visão de Antônio Vieira, era uma terra miserável, pois a ética, os valores e a honra foram todos abraçados pela corrupção: “venderam-se as honras militares, converteu-se a milícia em latrocínio, e vão os soldados à guerra a tirar dinheiro com que comprar, e não a obrar façanhas com que requerer”.

Ao continuar sua crítica, questionou quem seria o justo, o honesto, que haveria de se arriscar em batalhas ou em trabalhos perigosos. E concluiu que os dignos que se submetessem a esse meio teriam seu amor-próprio ferido, “condenarão suas passadas finezas, e se chegarem a pelejas valentemente, será por desesperação, que não há coisa que assim desespere os beneméritos como ver os indignos premiados”.

No entanto, o jesuíta não somente criticou a situação em que o Brasil se encontrava, mas também investigou mais a fundo, o porquê das mazelas que adoeciam o Brasil e chegou à conclusão de que era a “busca por tomar o alheio, cobiças, interesses, ganhos e conveniências particulares” que são privilegiados. Tão logo o mercantilismo e a conseqüente busca pela acumulação de capital também não escaparam de seu parecer, pois segundo ele:

[...] alguns ministros de S. Majestade não vêm cá buscar o nosso bem, vêm cá buscar nossos bens. [...] porque alguns de seus ministros não fazem mais

que a metade do que El-Rei lhes manda. El-Rei manda-os tomar Pernambuco, e eles contentam-se com o tomar. Se um só homem que tomou perdeu o mundo, tantos homens a tomar como não hão de perder um estado? Este tomar o alheio, ou seja o do rei ou o dos povos, é a origem da doença; e as várias artes, e modos, e instrumentos de tomar são os sintomas, que, sendo de sua natureza mui perigosa, a fazem por momentos mais mortal (VIEIRA, 1938, p. 153-154).

Diante dessa busca somente pelo acúmulo de dinheiro, o jesuíta delatou abertamente as falhas condutas dos ministros da coroa, que só pensavam em “tomar” tudo para si. Essa situação constava para o religioso como um milagre, pois, diante dos problemas que enfrentava e da atitude descrita a seguir dos oficiais, não seria estranho se tivesse expirado:

Toma nesta terra o Ministro da Justiça? Sim, toma. Toma o Ministro da Fazenda? Sim, toma. Toma o ministro da República? Sim, toma. Toma o Ministro da Milícia? Sim, toma. Toma o Ministro do Estado? Sim, toma. E como tantos sintomas lhe sobrevêm ao pobre enfermo, e todos acometem à cabeça e ao coração, que são as partes mais vitais, e todos são atrativos e contrativos do dinheiro, que é o nervo dos exércitos e das repúblicas, fica tomado todo o corpo, e tolhido de pés e mãos, sem haver mão esquerda que castigue, nem mão direita que premie, e, faltando a justiça punitiva para expelir os humores nocivos, e a distributiva para alentar e alimentar o sujeito, sangrando-o por outra parte os tributos em todas as veias, milagre é que não tenha expirado (VIEIRA, 1938, 154).

As atitudes dos mercadores, dos navegantes e da infantaria não escaparam à apreciação realizada pelo pregador, na qual questionou os principais infortúnios enfrentados como os preços dos produtos, o modo como se desenrolava a carga e descarga dos objetos dos navios, a relação entre o capitão da infantaria e seus soldados e assegurou que todos esses problemas eram já bastante antigos:

Como se havia de restaurar o Brasil não falo de hoje, nem de ontem, que a enfermidade é muito antiga, ainda mal como se havia de restaurar o Brasil [...] se os mantimentos se abarcavam com a mão de El-Rei, e talvez os vendiam seus ministros, ou os ministros de seus ministros que não há Adão que não tenha sua Eva pondo os preços às coisas a cobiça de quem vendia e a necessidade de quem comprava? Como se havia de restaurar o Brasil, se os navios, que sustentam o comércio e enriquecem a terra, haviam de comprar o descarregar, e o dar querena, e o carregar, e o partir, e não sei se também os ventos? Como se havia de restaurar o Brasil, se o capitão de infantaria, por

comer as praças aos soldados, os absolviam das guardas e das outras obrigações militares, envilecendo-se em ofícios mecânicos os ânimos que não de ser nobres e generosos? (VIEIRA, 1938, p. 154-155).

Outro problema antigo, tratado em várias Atas e Cartas analisadas no capítulo anterior foi também descrito como exagerado por Antônio Vieira. Trata-se dos tributos pagos pela população:

Desfazia-se o povo em tributos e mais tributos, em imposições e mais imposições, em donativos e mais donativos, em esmolas e mais esmolas que até à humildade deste nome se sujeitava a necessidade ou se abatia a cobiça e no cabo nada aproveitava, nada luzia, nada aparecia. Por quê? Porque o dinheiro não passava das mãos por onde passava. Muito deu em seu tempo Pernambuco, muito deu e dá hoje a Bahia, e nada se logra, porque o que se tira do Brasil tira-se do Brasil: o Brasil dá, Portugal o leva (VIEIRA, 1938, p. 156).

Podemos perceber que a murmuração constante das Atas e Cartas não eram vãs, pois aqui também pelo padre Vieira foi relatado o grande número de impostos pagos pela população, dinheiro que era enviado para Portugal. Denuncia também o desvio desse mesmo pagamento quando Vieira afirmou que “o dinheiro não passava das mãos por onde passava”, ou seja, mais um motivo para que a população pagasse cada vez mais impostos à Coroa.

No mesmo trecho, Vieira realça situação de Pernambuco e da Bahia no que se refere aos rendimentos e lucros proporcionados com suas produções, confirmando o que mostramos logo no início de nosso trabalho: a partir do momento que Pernambuco foi prejudicado com as invasões holandesas, a Bahia se transforma no centro da produção e comércio de açúcar.

Contrário a essa situação de pagamento de vários impostos, colocou-se no lugar desconfortável dos que eram obrigados a recolher esses pagamentos e mostrou que, enquanto muitos lutavam para manter seus débitos em dia, alguns viviam desses valores recolhidos debaixo de todo o conforto possível:

E que hajam de viver outros à custa do meu suor! Que haja de suar eu para que outros vivam! [...] Muitos transes destes tens padecido, desgraçado Brasil, muitos te desfizeram para se fazerem, muitos edificam palácios com os pedaços de tuas ruínas, muitos comem o seu pão ou o pão não seu com o suor do teu rosto; eles ricos, tu pobre; eles salvos, tu em perigo; eles por ti

vivendo em prosperidade, tu por eles a risco de expirar (VIEIRA, 1938, p. 157-158).

Mas as indignações de Vieira não param por aí; a corrupção que se fazia presente nas terras brasílicas era outro fato que o incomodava profundamente. Em suas análises, não poupou ninguém, como é o caso da crítica feita aos governantes que possuíam muitos criados. Estes colaboravam para os desvios de dinheiro, pois ocupavam todos os “melhores ofícios”, desse modo, com “toda a confiança no poder de seu amo os servem como insolência, dominando não só as pessoas, mas as fazendas, de que se recolhem a Portugal ricos e os povos ficam despojados”⁶⁵. E, referindo-se à Bahia, em 1697, comparou a situação do Brasil e de Portugal, evidenciando as contradições, segundo sua visão, existentes em ambos:

Das coisas públicas não digo e Vossa Mercê mais que ser o Brasil hoje um retrato e espelho de Portugal em tudo o que Vossa Mercê me diz; dos aparatos de guerra, sem gente nem dinheiro, das searas dos vícios sem emenda, do infinito luxo sem cabedal e de todas as outras contradições do júízo humano (VIEIRA, 1928, p. 693).

Assim, quando retornou à Bahia, no período mais agudo de sua ruína, os anos de 1680, e, vendo de perto a situação complicada, escreveu cartas buscando solucionar o problema. O maior descontentamento de Vieira nessas cartas estava ligado aos comerciantes que, além de diminuírem a compra de açúcar, não aceitavam receber o pagamento das contas com o produto, somente em dinheiro, o que, segundo o jesuíta, agravava mais a crise. Entretanto, a documentação do período demonstra que, apesar da diminuição da compra de açúcar, os produtores não pararam de produzir, acarretando uma produção em excesso do produto. Mas Vieira era defensor da produção de açúcar, pois para ele a interrupção da produção não era ruim somente para os produtores, que organizavam sua vida em torno da produção, mas também para Portugal que dependia da venda desse produto.

Com a diminuição da compra de açúcar pelos mercadores, o dinheiro que circulava também diminuía, prejudicando donos de engenho que não tinham dinheiro para comprar mais escravos ou equipamentos para seu engenho, e também o comércio local que paralisara “por falta de todo gênero de troco...” (VIEIRA, 1951, P. 268).

⁶⁵ Vieira: **Obras escolhidas**. Prefácio e notas de Antônio Sérgio e Hernani Cidade. Sá da Costa: Lisboa, 1951, Vol. V, p. 295-296.

Entretanto, o problema de circulação de moedas não estava vinculado somente ao açúcar ou ao comércio, mas também à Lei de 4 de agosto de 1688⁶⁶ que altera o valor das moedas, desvalorizando-as em 20%, apesar de ser mantido o mesmo peso e a mesma cunhagem. O preâmbulo dessa Lei deixa claro que seu objetivo era tentar subtrair os danos resultantes da diminuição da moeda de prata cerceada e da circulação a peso das moedas de ouro da fábrica antiga.

Essa Lei impunha que todas as transações realizadas antes de sua promulgação, contratos ou mesmo dívidas, passariam a ser cobrados de acordo com ela. As únicas coisas que não mudariam diretamente seriam as letras de câmbio, entretanto deveriam considerar a desvalorização da moeda para seu cálculo. Essa medida gerou muitas reclamações e descontentamento devido aos prejuízos que causara, como podemos ver na carta trocada entre Antônio Vieira e Diogo Marchão Temudo em 29 de junho de 1691:

No Rio de Janeiro se abaixou a moeda com tal diminuição que, em um dia, computado o que possuía com o que se perdeu, quem tinha nove se achou somente com cinco; e o pior é que esse pouco que ficou ainda assim se embarca para Portugal, porque lá tem mais conta (VIEIRA, 1995, p. 630).

Em outra carta do jesuíta, desta vez ao Conde de Castelo Melhor em 05 de julho de 1691, pode-se perceber que a evasão de moedas tinha aumentado ainda mais devido à baixa do valor da moeda e do preço do açúcar. E, para que a Bahia não sofresse tanto com a Lei de 1688, estavam esperando a partida da frota para colocá-la em vigência, pois, se fizessem isso antes da partida, com a desvalorização do dinheiro, haveria a necessidade de se pagar muito mais para adquirir produtos da Europa:

Do ocidental parte a frota com quarenta grandes vasos, sendo tanta a abundância dos frutos que ainda pudera carregar outros tantos; e o pior é que levam o levíssimo preço por que foram vendidos. Ouço que na baixa da moeda perde esta praça mais de quinhentos mil cruzados, e que ainda a pouca que lhe havia de ficar se leva para Portugal porque lá tem mais conta (VIEIRA, 1995, pp. 646-647).

⁶⁶ Podemos ter acesso a esta Lei no portal Ius Lusitaniae: Fontes Históricas do Direito Português: Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa -1683-1700, p. 164. Disponível em: <<http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>>

A situação estava tão complicada na colônia que, ao descrever a situação da Bahia e do Rio de Janeiro ao Marquês das Minas, Vieira reclamou da falta de moedas para troco, pois “já nos contentaremos com o cobre, porque é terrível pensão haver de ir comprar uma alface com meia pataca⁶⁷” (VIEIRA, 2003, p. 641).

Diante deste contexto, a saída apresentada por Vieira para solucionar o problema da crise econômica, a criação de uma moeda provincial, aparece em suas cartas desde 1692. Porém isso só foi posto em prática em 1695 com a criação da Casa da Moeda do Brasil.

Na carta enviada a Roque da Costa Barreto, em primeiro de julho de 1692, diante da situação de falta de moeda, Vieira pedia que o envio da moeda provincial para a colônia e que este fosse feito já na frota que estivesse por vir:

Para último e por único remédio, representa e pede este Estado a S. M. a moeda provincial, com tal maioria no valor extrínseco, que passada a outras partes, seja perda e não interesse. Na frota que vier se espera este remédio, ou sem ele a total desesperação; (VIEIRA, 2003, p. 599).

Com a mesma data da carta citada anteriormente, Vieira escreveu ao duque do Cadaval:

A ruína mais sensível e quase extrema que este Estado padece, e sobre que se pede pronto remédio a S. M., é a total extinção da moeda, que sempre temeram os interessados mais zelosos, e prognosticaram os prudentes, e o tem mostrado finalmente a experiência, de que podem ser testemunhas oculares quantos vão embarcados nesta frota, a que falta pouco para ser a deste ano a última, sendo a causa as mesmas frotas, em que os mercadores acham mais conta mandando dois cruzados em prata, que não pagam fretes nem direitos, que mil réis em açúcar, ficando logo o dito dinheiro livre para negociarem com ele, e não estarem esperando pelas descargas, vendas, cobranças, etc. (VIEIRA, 2003, p. 522)

Nessa parte da carta, podemos perceber que o jesuíta, ao reclamar da extinção da moeda, também prevê um possível fim do comércio entre Portugal e sua colônia americana, devido à diminuição da compra do açúcar e também pelo interesse dos mercadores em levar o dinheiro da colônia para a metrópole.

⁶⁷ Moeda de prata, no valor de 160 réis.

Mas, a falta de dinheiro não era causada apenas pelos mercadores, como nos mostra na continuação da carta; o dinheiro da colônia era escoado para Portugal através de atividades que não geravam retorno:

(...) achando a mesma conta os que não são mercadores ao dinheiro que necessariamente mandam ao Reino para o gasto dos negócios políticos, apelações, demandas, pretensões de ofícios eclesiásticos e seculares, dotes de freiras, mudança para Portugal de mercadores depois de enriquecidos, e ministros que sempre levam mais do que trouxeram; não havendo, pela causa sobredita, como antes da alteração da moeda, quem passe letras (VIEIRA, 2003, p. 523).

Estes problemas citados acima e também o escoamento e extinção da moeda, são tratados por Vieira como sangrias que, devido a sua intensidade:

(...) se tem debilitado de sorte este grande corpo, que por falta de dinheiro nem os naturais tem quem lhes compre os seus gêneros, nem com que comprar as fábricas tão custosas e necessárias para eles; e será força que não só se diminuam, mas pare e cesse totalmente a cultura; e que sejam estas terras, tão opulentas e tão férteis para si e para o Reino, as mais estéreis, sem falar no caso da guerra, de que o dinheiro é o nervo (VIEIRA, 2003, p. 523).

Assim, a única solução apresentada por Vieira ao rei era “(...) a moeda provincial, com tal preço extrínseco que nem para os de fora, nem para os de dentro tenha conta à saca (saída) dela” (VIEIRA, 1951, p. 266).

Vieira denunciava os problemas da colônia através de suas cartas, como a que enviou ao marquês das Minas em 05 de julho de 1692, na qual denunciava os gastos com processos políticos, eclesiásticos, jurídicos e também os mercadores, que, para ele, no momento, eram “inimigos e piratas que vêm saquear o Brasil” (VIEIRA, 1995, p. 657-658); e como já citado anteriormente, previa que o comércio e a produção de produtos coloniais iriam acabar, pois havia

(...) muitos anos que os mercadores achavam mais conta em levar o dinheiro que não paga fretes nem direitos, que as drogas carregadas com tantos; o que tem deixado esta praça, noutro tempo tão opulenta totalmente exausta de moeda, com quem não há que compre ou venda, nem com quê (VIEIRA, 2003, p. 623).

Em 1695, a ideia de Vieira foi colocada em prática com a fundação da Casa da Moeda do Brasil, localizada na Bahia, na qual se cunhavam moedas que circulavam apenas

nas províncias do Brasil, havendo pesadas punições para os que tentassem exportá-las. As moedas cunhadas tinham um valor nominal de 20% a mais do que as moedas do Reino, pois 5% estavam ligados às despesas de fabricação e 15% ao dono do metal que foi utilizado para fazer a cunhagem das moedas⁶⁸.

Apesar de sempre lutar buscando soluções para os problemas de Portugal e de suas posses, o jesuíta aparece em suas críticas um pouco nostálgico, lembrando de um passado melhor, que devido aos descaminhos não se estendeu até o momento de sua escrita, como na carta de 20/07/1685 enviada ao duque do Cadaval, na qual podemos perceber a situação complexa da Bahia diante da afirmação do pregador que diz “os governadores do Brasil podem neste Estado (Bahia) tudo”, mostrando o descrédito para com o momento, que o deixou saudosos a ponto de chorar “com as memórias do tempo passado, como a mim me tirou agora dos olhos não poucas lágrimas” (VIEIRA, 2009, vol. 3, p. 364).

A situação de tristeza em relação ao que via continua na carta enviada ao conde de Castanheira em 01/07/1686, fazendo inclusive uma comparação entre seu debilitado estado de saúde e a Bahia nos quais “tudo lá e cá são fatalidades”⁶⁹. Antônio Vieira se remeteu inicialmente a um surto de peste, também descrita nas Atas e Cartas analisadas no capítulo anterior, como fatalidade ligada à saúde dos moradores da Bahia, que desde o mês de abril de 1686 padecem de

[...] um novo gênero de peste nunca visto e entendido dos médicos, de que já morreram dois. Na gente do mar tem feito maíus estrago, e neste número entrou um fidalgo, Antônio de Souza, que veio na frota, creio que homiziado⁷⁰, e em poucos dias o sepultaram (VIEIRA, 2009, vol. 3, p. 366).

No entanto, apesar do surto e do número de mortos atingidos pela peste, o jesuíta elogiara a assistência dada pelo Marquês das Minas, mas temia que com a amenização da peste, seguisse “a guerra, porque os corsários continuam a correr estas costas e já fazem colônia nos confins dela”. Esse medo é justificado logo em seguida, retomando uma crítica realizada no “Sermão da Visitação de Nossa Senhora”, da forma de governo desenvolvida pelos ministros, que no seu ponto de vista não realizavam seu serviço como deveriam e se preocupavam somente “em arrecadar os tributos do Brasil, e inventar outros de novo, em que tudo não só se vai arruinando, mas está quase arruinado”, toda essa revolta era consequência

⁶⁸ **Documentos Históricos**, vol. XXXIV, p. 73.

⁶⁹ VIEIRA, Antônio. **Cartas**. São Paulo: Globo Editora, 2009, vol. 3, p. 366.

⁷⁰ Aquele que foge da justiça. Bluteau, p. 49.

da falta de assistência de armas e munições, que por muitas vezes se tem pedido, esquecendo-se de as mandar os mesmos ministros”⁷¹.

Em carta escrita três dias após a descrita acima, em 04/07/1686⁷², mais uma vez tem como assunto principal a peste, mostrando sua insatisfação em relação à desprotegida população, pois, apesar de descrever em carta anterior que a epidemia estava sendo amenizada, ela continuava a fazer mais vítimas e se espalhava por toda a Bahia. Assim, valendo-se de certo tom irônico, afirmou que “até agora ainda me perdoou esta mortandade geral, que tantos matou em Lisboa como na Bahia”. Em outra carta enviada no mesmo dia para Roque da Costa Barreto, relatou o número de mortos, que já passavam de 12 e reclamou que a pólvora enviada por seu correspondente, acompanhada de armas e munições ainda não haviam chegado, o que tornava a cidade vulnerável, já que “os soldados, pela maior parte meninos e bisonhos, os mestres de campo decreptos, a lotação dos presídios mais que diminuída, a cidade, com a peste, menos povoada, e em tudo exposta a qualquer invasão de quem queira o que só temos”. E pede socorro ao descaso dos ministros a Costa Barreto, que era visto como senhor de “experiência, com autoridade e com a presença que pode acudir a este descuido dos ministros que têm a sua conta o provimento e socorro das conquistas”.

Em correspondência a Diogo Marchão Temudo de 15/07/1686, podemos perceber que a epidemia aumentava, pois nesta relatava sobre a “peste em que ficava a Bahia” fazendo no Colégio dos jesuítas “mais de cento” de vítimas. Podemos ter a proporção do contágio através do relato de como estava a cidade “[...] ateando-se o contágio, chegaram as ruas da cidade a estar despovoadas, não só morrendo de vinte a trinta todos os dias, mas não havendo casa em que não houvesse muitos enfermos e em algumas todos”. Diante desse surto, até mesmo as cartas atrasaram, pois o jesuíta encontrava-se “sem tempo, nem mão, nem peito, nem cabeça” para respondê-las, já que estava voltado para o “excessivo trabalho de acudir aos enfermos e moribundos”, que muitas vezes passavam por várias recaídas da doença (VIEIRA, 2009, vol. 3, p. 371).

O mal da peste assolou tanto a população, que até por volta de 1692, ainda encontramos nas epístolas de Vieira relatos de seus resquícios, como na carta de 01/07⁷³ do referido ano, na qual em tom de alívio descreve que os “mareantes chegaram e voltaram livres da chamada *bicha*, cujo veneno deixava cá sepultados tantos pais e filhos, ou tantos mestres e

⁷¹ VIEIRA, Antônio. **Cartas**. São Paulo: Globo Editora, 2009, vol. 3, p. 366.

⁷² Carta enviada a Cristóvão de Almada. In: VIEIRA, Antônio. **Cartas**. São Paulo: Globo Editora, 2009, vol. 3, p. 368-369.

⁷³ VIEIRA, Antônio. **Cartas**. São Paulo: Globo Editora, 2009, vol. 3, p. 438.

discípulos daquela arte de que tanto se necessita a monarquia de um rei que se intitula da navegação e comércio”.

Mas, não era somente a peste que preocupava Antônio Vieira, a produção dos engenhos também era alvo de suas angústias, como podemos perceber nas cartas dos dias 12 e 13 de julho de 1689. Na primeira, endereçada ao duque de Cadaval, expressava preocupação com o cenário de miséria que acometia o Brasil devido aos poucos engenhos em funcionamento, pois “já este ano não moeram muitos engenhos, nem para o seguinte haverá cabedais com que se fabriquem”. A esperança para a melhora seria a chegada de uma pessoa que pudesse governar com “grande talento e zelo”.

Na segunda carta, encaminhada a Diogo Marchão Temudo, a preocupação com a diminuição dos engenhos na ativa se repete, e, em tom crítico e negativo em relação ao que se passava na Bahia, dizia ter que tomar por base os conselhos dos mais prudentes “que se vista algodão, se coma mandioca, e que na grande falta que há de armas se torne aos arcos e flechas, com que brevemente tornaremos ao primitivo estado de índios, e os portugueses seremos brasis”. O desânimo com a situação da Bahia é tão grande, que valendo-se da nostalgia descreve sua indignação com as mudanças que ocorreram na Bahia desde que a conheceu:

Parece que me guarda Deus para testemunha das variedades e mudanças do mundo neste século, depois de ter corrido e visto tanta parte dele. Em um deserto, onde me retirei até a Bahia, não sei mais dela que o que ouço [...]. Eu a desconheci, quando depois de quarenta anos de ausência a tornei a ver muito acrescentada e enobrecida de casas, mas totalmente despovoada de homens. (CARTAS, 2009, p. 402, Vol. 3).

Na mesma linha de indignação segue a carta destinada a Diogo Marchão Temudo cinco dias depois (29/06/1691), na qual descreveu que os motivos para se reclamar do Brasil em relação a carta enviada anteriormente, são maiores “nascidas todas não das plantas que nesta terra crescem, mas das raízes que nessa terra secam”. A situação da economia em ruínas não passa despercebida por sua apreciação, na qual compara as atividades de mercado de Portugal e do Brasil de maneira negativa, pois “vendem as drogas do Reino com o mais que vale a moeda presente, e perdendo os que vendem as do Brasil o que há de valor de menos⁷⁴”.

⁷⁴ VIEIRA, Antônio. **Cartas**. São Paulo: Globo Editora, 2009, p. 423, Vol. 3.

3. 3. Antônio Vieira e Gregório de Matos

Não se sabe ao certo se Gregório de Matos e Antônio Vieira tinham algum laço de amizade mais próximo, apesar do poema que Gregório de Matos dedicou ao jesuíta após sua morte e da vinda de ambos para o Brasil na mesma frota.

Não existe nenhuma crítica direta ou clara entre ambos, Vieira referiu-se prudentemente a certo poeta “gentio”, termo que para Vieira tinha como significado bruto, violento, ou seja, o poeta era aquele que não usava de cortesia em sua linguagem ríspida: “Grande miséria por certo, que se achem maiores documentos para a vida nos versos de um poeta profano e gentio, que nas pregações dum orador sacro, e muitas vezes, sobre cristão, religioso”⁷⁵. Gregório de Matos compensava o ultraje de Vieira denominando este e os demais religiosos de “bestianistas”, maneira ofensiva de acusar estes de serem “sebastianistas”.

O soneto “*Pertences agora (posto que em vão) desenganar aos sebastianistas, que aplicavam o dito cometa à vida do Encoberto*”, ilustra a forma como Gregório de Matos se referia aos religiosos:

Estamos em noventa era esperada
De todo o Portugal, e mais conquistas,
Bom ano para tantos *Bestianistas*,
Melhor para iludir tanta burrada.

Vê-se uma estrela pálida, e barbada,
E deduzem agora astrologistas
A vinda de um Rei morto pelas listas,
Que não sendo dos Magos é estrelada (MATTOS, 1933, vol. 4. p. 71).

Nos quartetos acima citados, o eu lírico refere-se ao cometa, que segundo os religiosos, era um sinal da volta do rei desaparecido, dom Sebastião. Porém, segundo a ‘*persona*’ satírica, foi somente mais um fator astrológico que havia sido confundido com um sinal, somente uma ilusão para o povo esperançoso da volta de seu governante.

E, nos tercetos, critica a espera dos sebastianistas, tidos para ele como “bestianistas”, questionando os motivos para tal espera, pois um rei que sumiu em uma batalha na África e jamais apareceu, não voltaria nesse momento:

⁷⁵ VIEIRA, Antônio. **Obras escolhidas**. Prefácio e notas de Antônio Sérgio e Hernani Cidade. Sá da Costa: Lisboa, 1959, p. 33.

Oh quem a um Bestianista pergunta,
Com que razão, ou fundamento, espera
Um Rei, que em guerra d'África acabara?

E se com Deus me dá; eu lhe dissera,
Se o quis restituir, não o matara,
E se o não quis matar, não o escondera (MATTOS, 1933, vol. 4. p. 71).

A desaprovação a tal esperança dos sebastianistas continua em outro poema, no qual apontou essa atitude como insensata, proveniente de pessoas rudes, sem conhecimento, que não conseguiam ter um completo entendimento das argumentações produzidas por pessoas cultas, letradas, chamadas de ‘doutores’:

Estes secretos primores
não são da *ideia sonhados*,
são da escritura tirados,
e dos Santos Escritores:
e se não cito os Doutores,
e poupo esses aparatos,
é, porque basta a insensatos
por rudez, e por cegueira,
que em prosa o compôs Vieira,
traduziu em versos Matos (MATOS, 1990, vol. 2, p. 905).

Na época em que poeta e jesuíta retornaram ao Brasil, no último quartel do século XVII, ocorreu a fase mais aguda de transformações da sociedade baiana, pois, mesmo após a Restauração, Portugal teve que aumentar seus gastos fazendo alianças com a França, Holanda e a Inglaterra e perdeu a liderança da produção de açúcar do Brasil devido à concorrência nas Antilhas.

A partir de meados de 1670, começam a ocorrer vários problemas que afetaram a economia e a sociedade baiana colonial como um todo, como a queda dos preços do açúcar e a alta nos custos de produção, períodos de seca ou enchentes e epidemias (1685) como a peste, que foi retratada na Ata da Câmara de 21 de maio de 1685, na qual os oficiais da Câmara relataram a mortandade dos negros com a epidemia de bexiga, deixando nítida a preocupação com a ruína dos engenhos devido à falta de mão de obra e, conseqüentemente, lucro:

[...] morrerão muitas mil Almas do Contágio, o qual representa o médico da Cidade por tão necessário, que requereu em minha presença aos ditos oficiais da Câmara que não deixassem desembarcar ditos escravos, porque precisamente se havia de Comunicar a todas as vilas e seu Recôncavo; e considerando ditos oficiais da Câmara tão grande ruína, que além da mortandade que seriamente havia de haver (ilegível), se arruinar os engenhos e fazendas (ilegível), se deu nas Bexigas passadas que muitos engenhos não moeram por lhe haver morto os negros de muitas fazendas⁷⁶.

Não faltaram estratégias a Antônio Vieira para que se melhorasse a situação de Portugal e conseqüentemente das suas posses ultramarinas. Nesse tempo, uma só preocupação o domina: servir à Pátria e o Rei; [...] separado do ambiente religioso, trajando à secular, em convivência com homens de Estado e diplomatas, com eles intriga, discute negocia. Nas cartas deste período nada revela o sacerdote; tudo, o político (AZEVEDO, 1997, p. 95). Desse modo, sempre buscou meios de garantir a defesa dos lugares mais importantes, a amenização das dificuldades enfrentadas pelos lusitanos e colonos, denunciando problemas, criticando atitudes, buscando e propondo soluções para tais desventuras de modo que tudo fosse resolvido da melhor forma possível. Com o mesmo objetivo, mas com reações e atitudes diferentes do jesuíta, iremos analisar no próximo capítulo os escritos de Gregório de Matos.

⁷⁶ Optamos por manter a grafia da mesma forma que no documento. *Ata* de 21/05/1685. In: **Atas da Câmara 1684-1700**, 6º vol., p. 23.

CAPÍTULO 4:

Gregório de Matos: a visão crítica sobre a Bahia

Como apresentamos no capítulo anterior, o século XVII foi um momento muito importante para a História de Portugal e de seus domínios, principalmente a partir de 1640, com o fim da União Ibérica. Neste contexto de transformações, existem dois personagens contemporâneos muito importantes, Gregório de Matos e padre Antônio Vieira, que perpassam quase todo o século XVII vivenciando e observando o que acontecia, posicionando-se e reagindo de modos diferentes à mesma situação.

Neste capítulo, realizamos uma análise do corpus referente à obra gregoriana, na qual pode-se notar várias críticas ao ambiente em que o poeta estava inserido. Desta maneira, Gregório de Matos julgou duramente o abuso de poder, a corrupção, os mandos e desmandos dos representantes do governo e da igreja, o desperdício, os preconceitos, a futilidade e a hipocrisia do período em que viveu.

4.1. A biografia de Matos:

Gregório de Matos nasceu na Bahia, em 1633, oriundo de uma família abastada (alguns biógrafos afirmam ser de senhores de engenho, outros de empreiteiros de obras e funcionários administrativos). Estudou no colégio dos jesuítas em Salvador e, em 1642, começou seus estudos na área de Humanidades. Com 14 anos, foi para Portugal onde continuou seus estudos, ingressando na Universidade de Coimbra, em 1652 (PERES, 2004, p. 51). Formou-se em 1661 e foi nomeado juiz de fora de Alcácer do Sal (Alentejo), no ano de 1663 (SPINA, 1995, p. 18).

Gregório de Matos teve papel importante na Corte, ocupando cargos relevantes durante muitos anos, como juiz do Cível, de Crime e de Órfãos (SPINA, 1995, p. 20). Em 1668, foi indicado para representar a Bahia nas cortes de Lisboa. Anos mais tarde, em 1672, o Senado da Câmara da Bahia outorgou-lhe o cargo de procurador junto à administração lisboeta. Segundo o termo de eleição feito pelos oficiais da Câmara: “(...) foi eleito as mais vozes o Doutor Gregório de Matos e Guerra, morador e assistente na Corte e cidade de Lisboa para tratar dos negócios desta Câmara e cidade por haver desistido o capitão Amaro Machado

Borges”⁷⁷ (**Atas da Câmara**, Bahia, 1950, Vol. V, p. 70). Entretanto, devido a sua ausência e omissão⁷⁸, foi destituído do cargo de procurador em 1674 (PERES, 2004, p. 66). Em 1679, foi nomeado Desembargador da Relação Eclesiástica da Bahia. Além disso, durante sua permanência na Corte portuguesa, envolveu-se na vida literária, seguindo as influências espanholas de Gôngora e Quevedo (SPINA, 1995, p.30).

Por volta de 1681, Gregório de Matos retornou ao Brasil com 55 anos. Em 1682, foi nomeado para funções na burocracia eclesiástica da Sé da Bahia (RABELO, 1969, p. 1699). Mas, ficou pouco tempo no cargo, sendo destituído pelo novo arcebispo, frei João da Madre de Deus, em 1683⁷⁹, por não querer usar batina e nem aceitar a imposição das ordens maiores. Esse parece ser o acontecimento que marcou uma reviravolta em sua vida, passando a satirizar os costumes das diferentes camadas sociais baianas (RABELO, 1969, p. 1702).

Havia se casado com Maria dos Povos, a quem dedicou um dos seus mais famosos sonetos. Vendeu as terras que havia recebido de herança e, segundo consta, teria guardado o dinheiro num saco no canto da casa, gastando-o à vontade e sem fazer economia. Passou, também, a exercer a advocacia, escrevendo as argumentações judiciais em versos (RABELO, 1969, p. 1703).

Mas, a certa altura, resolveu abandonar tudo e sair pelo Recôncavo como cantador itinerante, convivendo com o povo, frequentando as festas populares e banquetando onde era convidado (RABELO, 1969, p. 1707). Nesse período, seus poemas satíricos e erótico-obscenos se avolumaram, recebendo, por isso mesmo, o apelido de Boca do Inferno.

Em 1685, foi denunciado pelo promotor eclesiástico da Bahia por seus costumes ao tribunal da Inquisição. Entretanto, a acusação não teve prosseguimento. Em 1694, tendo recebido várias acusações, principalmente por parte do Governador Antônio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho e, correndo o risco de ser assassinado, foi despachado para Angola (PERES, 2004, p. 118).

Como recompensa pela ajuda que deu ao governo local no combate a uma conspiração militar, Gregório de Matos recebeu, em 1695, a permissão de voltar ao Brasil,

⁷⁷ Mais adiante, nesta mesma carta, ficou estabelecido o valor do salário que Gregório de Matos receberia: “cem mil Réis em dinheiro pagos nesta cidade”.

⁷⁸ (...) nenhuma só palavra nos diz Vossa Mercê nestas matérias, foi o sentimento geral desta omissão de Vossa Mercê que atribuímos a suas maiores ocupações e assim nos pareceu, a requerimento do Juiz do Povo, aliviar Vossa Mercê da nossa que na verdade é grande e pede sujeito mais desocupado, pelo que resolvemos que suceda a Vossa Mercê o capitão Sebastião Brito de Castro, também nosso patricio, que no zelo iguala aos mais capazes e nas ocupações de negócio faz vantagens a Vossa Mercê (Carta de 26/07/1674. In: **Cartas do Senado 1674-1684**. 2º Vol., p. 18).

⁷⁹ Segundo Calmon (1983, p. 68), a Provisão, firmada pelo Arcebispo, na Bahia, para a demissão de Gregório de Matos possui data de cinco de julho de 1683.

sob duas condições: não fazer sátiras e não se estabelecer na Bahia. Em função disso, foi para Recife, onde morreu em 1696, aos 59 anos de idade, de uma febre que contraiu em Angola (RABELO, 1969, p. 1716).

4.2. As posições sobre o “Boca do Inferno”

Não queremos em nosso estudo criticar ou defender a obra de Gregório de Matos; nosso objetivo maior é buscar compreender a representação que o mesmo faz da Bahia em seus escritos, através da descrição da sociedade, dos problemas econômicos e sociais descritos nos poemas. Para tanto, nas linhas que seguem, iremos descrever os principais pontos das obras de Pedro Calmon, João Hansen e Adriano Espínola, teóricos que embasam nossa pesquisa devido à metodologia de análise documental.

No campo da História, temos o antigo estudo de Pedro Calmon (Primeira edição: 1933) acerca de Gregório de Matos pertencente à "Coleção Documentos Brasileiros", intitulado *A vida espantosa de Gregório de Matos* (1983), no qual o autor refez a trajetória de vida do poeta barroco através dos eventos que vivenciou. Para escrever sua obra, Calmon usou documentos biográficos de Gregório de Matos bem como algumas obras já existentes para fazer um cotejamento de dados, ampliar e aprofundar sua análise a respeito do poeta.

Ao reconstruir a vida do poeta baiano, o historiador posicionou-se sempre a seu favor, exaltando-o desde o início: "Falemos dos irmãos do cantor, antes de esmiuçar lhe a existência, em que a comédia e o drama se abraçam na mais curiosa aventura do gênio poeta, pela boca do inferno, nas orelhas do mundo" (CALMON, 1983, p.7) e também defendendo-o de acusações, como aquela que se refere a Gregório de Matos como plagiário das obras de Quevedo. Segundo Calmon, “Gregório não o copia, revive-o” (CALMON, 1983, p. 23). O autor defende ainda a ideia de que Gregório de Matos foi um autor importante na História literária brasileira, pois,

(...) enganam-se os que pensam que ‘não existiu literariamente (ou em perspectiva histórica) até o Romantismo, quando foi redescoberto, sobretudo graças a Varnhagen, e só depois de 1882, e da edição de Vale Cabral pôde ser devidamente avaliado’. A sátira de Pinto Brandão, a menção do *Peregrino da América*, os códices setecentistas provam que, não subindo à

dignidade dos prelos, caíra no luxo das livrarias, delas saltando para a tradição popular (CALMON, 1983, p. 211).

Assim como Calmon, Hansen em *A sátira e o engenho* (1989) também utilizou dados bibliográficos e documentais para escrever sua obra. Apresenta ao leitor como o gênero satírico era formado no século XVII, os assuntos mais comuns, os objetivos de se fazer uma sátira, suas articulações com o meio em que estava inserida e como esses pressupostos do gênero eram empregados nas obras de contemporâneos como Gracián, Quevedo e o próprio Gregório de Matos. Segundo o autor,

Trata-se de fazer emergir, do emaranhado dos poemas e outros discursos do século XVII, um esboço do funcionamento da sátira e das posições políticas que distribui num espaço efetivado. Em outros termos, trata-se de evidenciar uma dupla temporalidade, a das regras de funcionamento dos poemas conforme um lugar e um trabalho nele produzido, Bahia do século XVII, e a das regras do funcionamento desta escrita que, produzida num lugar institucional para um fim predeterminado, recusa-se a trabalhar com categorias românticas (HANSEN, 1988, p. 29).

O autor também estuda e contextualiza, através de documentos oficiais, a organização política e a sociedade do período. Entretanto, deixa claro que, ao analisar os documentos, “a finalidade é constituir o referencial da sátira, perspectivando-a” (HANSEN, 1988, p. 72). Em nota, afirma que é comum aos que estudam as poesias de Gregório de Matos não considerarem sua historicidade ao analisá-las, mas sim “prefixar a paródia como modelo ou cânone de toda a sátira e levantar modalidades irônicas nos poemas, identificando-as com paródia, como resultado que prova o provado” (HANSEN, 1988, p. 412).

Ainda considerando o contexto em que o poeta estava inserido, Hansen defende que os eventos sociais são fontes inesgotáveis para exploração de motivos e temas literários e, dessa maneira, não precisava sentir na pele as injustiças sociais para escrever um texto, mas somente observar o que estava ocorrendo ao seu redor. Além disso, deixa bem claro que é contra outras abordagens da obra de Gregório de Matos, que para ele são anacrônicas ou interessadas, como o caso da biografia de Gregório de Matos escrita pelo Licenciado Manoel Pereira Rabello, abordada por Hansen como sendo “(...) um discurso fora do ato que o produziu. Os tempos eram românticos e a ficção não foi lida como ficção. As tópicas do

gênero encomiástico ‘vida’ petrificaram-se como vida e o peso da vida expeliu, como vivido, o verossímil como sentido” (HANSEN, 1989, p. 17).

Discordando de estudiosos que acreditam que o evento histórico possa interferir no poeta, como Alfredo Bosi, Hansen afirma que, para fazer uma sátira, basta ficar atento aos acontecimentos, por exemplo, escândalos de corrupção ou características de alguém que não nos agrada, como registrou Gregório em sua sátira, podem ser simplesmente motivos ou temas para construção estética (HANSEN, 1989, p. 150-152).

Adriano Espínola, em sua tese *As artes de enganar* (2000), analisa documentos referentes a Gregório de Matos, suas obras, as didascálias dos poemas, a biografia escrita pelo Licenciado Rabello e, através de semelhanças e formas de escrita, mostra ao leitor um poeta ator, possuidor de múltiplas máscaras que se alternam de acordo com sua necessidade e ocasião.

De modo semelhante a Hansen, o autor estuda os principais pontos da cultura barroca e os fatos que a influenciaram e moldaram-na, como contexto histórico e social, além de demonstrar a força que o teatro teve no período barroco, principalmente em sua vertente dramática, da qual Gregório de Matos se apropriou ao encenar suas diversas máscaras.

Através da análise detalhada da biografia escrita pelo Licenciado Manoel Pereira Rabello em conjunto com os poemas em tom de crítica ao Boca do Inferno, escritos pelo frei Lourenço Ribeiro, Espínola demonstra ao leitor, com base nas descrições fornecidas por ambos, pelos conhecimentos que possuem da vida do poeta e da forma como narram ou apresentam seus textos, que Gregório de Matos valeu-se das formas do teatro barroco para criar suas máscaras biográficas de modo dramático.

Estudando de forma profunda as didascálias escritas por Rabello e os poemas de Gregório de Matos, o autor destaca a desconsideração das mesmas pelos autores que estudam o poeta, salienta o grande número de informações e significados contidos nelas, demonstra a conexão entre a forma de escrita das didascálias e a biografia de Rabello e levanta o questionamento sobre como este crítico poderia conhecer os motivos ou o contexto que levaram Gregório de Matos a escrever seus poemas. A resposta para tal questão funciona como confirmação da teoria de Espínola, segundo a qual o licenciado Rabello, através dos artifícios da arte barroca, principalmente da dramaticidade do teatro, seria uma das máscaras biográficas criadas pelo poeta.

Todavia, é importante salientar que não vamos analisar o poeta Gregório de Matos em si, mas sim eleger os poemas em que tratou de questões relacionadas à crise. Vamos examiná-los, para verificar como essa situação foi por ele retratada – aqui, inclusive,

averiguar se “culpou” ou atribuiu a crise a personagens e instituições – e como ele reagiu ou se comportou diante dela. Para alcançar este objetivo, é necessário analisar seus poemas e também o ambiente em que vivia.

4.3. A Perspectiva do Maldizente

A proposta do nosso trabalho engloba a análise da História da sociedade baiana na segunda metade do século XVII, que passava por uma grave crise econômica. Analisa também sua influência na vida e na obra do poeta Gregório de Matos, que encontrou nos seus poemas uma forma de denunciar o que acontecia na Bahia e uma forma de solucionar os problemas, talvez seguindo o que afirma o antigo provérbio latino “*ridendo castigat mores*”, ou seja, a rir se corrigem os costumes. Assim, o poeta não propunha uma solução prática para os problemas, mas, através dos apontamentos das falhas, buscava a correção como nos mostra Hansen “a sátira é guerra caritativa: fere para curar” e mais adiante continua:

(...) sua agudeza e seu artifício montam um teatro extremamente móvel que postula pela translação metafórica dos conceitos, os pontos de falha e falta de antigas virtudes. Ao criticar, a sátira propõe a correção dessa ausência, pela verdade providencialista, articulando-a na vituperatio latina (...) fundindo-a na cristianíssima Civitas Dei, do que decorre seu caráter de linguagem de ação teológico-política (HANSEN, 1989, p. 28).

Diante desse contexto, considerar seus poemas e poesias de forma isolada nos permite apenas uma análise superficial e de uma parte do que estava acontecendo. Por isso, fez-se necessário um estudo comparativo com documentos oficiais, como as Atas da Câmara, Cartas do Senado e cartas do Padre Antônio Vieira, por possuírem um ponto de vista diferente de Gregório de Matos, pois se apresentavam preocupados com o que ocorria e tentavam cada qual de sua maneira encontrar saídas para melhorar a situação. Esta comparação é fundamental pelo fato de, no mesmo momento, existir pessoas que tiveram reações distintas diante da crise, permitindo compreender melhor o poeta e não naturalizar suas ações, como se fossem as únicas, pois Vieira e outros, como a Câmara, ofereciam ou propunham uma saída ou solução concreta.

Gregório de Matos, apesar de ser brasileiro, apresentava uma visão da aristocracia de Portugal, pois, além de ter vivido grande parte de sua vida em território Luso e prestado serviços para a Coroa⁸⁰, o poeta fazia parte de uma nobreza que estava perdendo seu espaço de poder com a redefinição da economia mercantilista, sendo então uma visão conservadora, moralista da sociedade colonial, apresentada pela abordagem do poeta da vida na colônia que estava em transformação e que sempre era comparada com seu passado e com a metrópole.

Assim, diante do contexto das várias transformações sofridas pela sociedade da Bahia, Gregório de Matos escreveu seu soneto mais conhecido sobre os problemas econômicos que se abateram sobre a sociedade baiana seiscentista, principalmente no âmbito da economia açucareira, “Triste Bahia”⁸¹, no qual o poeta compara sua situação e, conseqüentemente, a da maioria da população local, com a de sua cidade:

Triste Bahia! Oh quão dessemelhante
Estás, e estou do nosso antigo estado!
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
Rica te vejo eu já, tu a mi abundante (MATTOS, 1933. Vol. IV. p. 45).

A primeira colocação do poeta refere-se ao “estado” em que se encontram a Bahia e ele, no qual ambos encontravam-se numa situação muito diferente daquela vivida anteriormente: rica no passado, a Bahia encontrava-se pobre; abundante⁸² no passado, o poeta achava-se empenhado⁸³.

⁸⁰ Após ser nomeado procurador junto à administração lisboeta, em 1672, Gregório de Matos recebeu várias correspondências que pediam sua intercessão para a solução dos problemas da cidade. Desse modo, mesmo estando distante da sua terra, o poeta tinha contato com tudo o que estava acontecendo por aqui. As cartas seguem, geralmente, o mesmo sentido, com várias queixas, por exemplo, sobre os altos impostos cobrados, que acabavam por arruinar o povo ou a falta de cabedais para pagar o salário da Infantaria (as cartas citadas estão localizadas em: **Cartas do Senado 1638-1673**, 1º vol., pp. 124-131 e **Cartas do Senado 1673-1684**, 2º vol., pp. 3-18). Entretanto, através da documentação analisada, podemos perceber que o poeta e procurador não respondeu a nenhuma delas; isso fica claro ao lermos o início de uma carta de abril de 1674: “Nos últimos navios que chegaram a este porto não tivemos carta de Vossa Mercê e ficamos com algum sentimento deste descuido, pois por esta causa nos vem a faltar às notícias do que a Vossa Mercê tem obrado sobre os requerimentos que tem a seu cargo” (Carta de abril de 1673. In: **Cartas do Senado 1673-1684**, 2º vol., p. 10).

⁸¹ De acordo com Calmon, “(...) no códice *Obras Várias*, da Torre do Tombo (L. 107, fls. 224, proveniente do Convento de S. Camilo, Lisboa), o soneto, anônimo, tem epígrafe que falta à coletânea de Gregório: ‘À Cidade da Bahia, quando vieram taxados os preços do açúcar’” (CALMON, 1949, p. 21, nota 6).

⁸² Segundo BLUTEAU em seu “Vocabulário Português e Latino” (1728) p. 53, o termo corresponde a “ter abundância de tudo, ser rico”.

⁸³ Idem, p. 60, o termo corresponde a “endividado”.

A ti trocou-te a máquina mercante,
 Que em tua larga barra tem entrado,
 A mim foi-me trocando, e tem trocado
 Tanto negócio, e tanto negociante.

Deste em dar tanto açúcar excelente
 Pelas drogas inúteis, que abelhuda
 Simples aceitas do sangaz Brichote⁸⁴ (MATTOS, 1933. Vol. IV. p. 45).

Na segunda estrofe do soneto, Gregório de Matos nos dá o motivo da grande mudança: a máquina mercante, que não havia empobrecido somente a Bahia, mas que também o havia deixado pobre. E, ao reagir aos problemas econômicos que enfrentava, na terceira estrofe (primeiro terceto), afirmou que a Bahia trocava seu excelente açúcar (no período o produto de mais valor da colônia) por drogas inúteis. E, em tom de denúncia, mostra que os negócios e os negociantes haviam deixado a Bahia e o poeta nesse estado degradante.

Oh se quisera Deus, que de repente
 Um dia amanheceras tão sisuda
 Que fora de algodão o teu capote! (MATTOS, 1933. Vol. IV. p. 45).

No último terceto, podemos perceber que a visão do poeta muda em relação à cidade, entretanto essa mudança nos passa uma ideia ambígua em relação ao seu desejo. Isso porque, se no início do soneto a Bahia era vista como desventurada devido à ação dos mercadores, no fim, ao suplicar a Deus que a cidade amanhecesse um dia usando um capote de algodão, primeiramente nos dá a impressão de que o poeta deseja a sua cidade uma situação nova, de simplicidade.

Essa referência ao traje de algodão, se considerada as transformações sociais que aconteciam na Bahia, como o empobrecimento dos senhores de engenho e da elite local, demonstra uma nova forma de vida na colônia, baseada na simplicidade e no abandono dos excessos e requintes da Corte. Todavia, se analisarmos o soneto como um todo e considerarmos o senso crítico de Gregório de Matos, o desejo de ver a Bahia com uma vestimenta simples, usada por escravos e pessoas de baixo poder aquisitivo, soa como um

⁸⁴ Segundo o dicionário de BLUTEAU, “Aos estrangeiros costumam os portugueses dar este nome por desprezo”. In: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. Vol. 2. p. 191

pedido de castigo, pois a cidade, em conjunto com seus cidadãos, não soube manter seu antigo estado de riqueza e poder. Também devemos nos atentar ao fato que, em vários momentos do soneto, o poeta compara a situação local com a sua, mas, ao fim, ele não faz o mesmo, ou seja, não desejava usar indumentárias simples como desejava para sua terra natal.

A crítica não fica restrita apenas ao poema transcrito acima, pois a exploração da Colônia pela Metrópole portuguesa deixava o povo da Bahia na miséria, seja pelo alto valor dos tributos, dos produtos, ou mesmo pela falta destes, que eram enviados para a Europa. Então, o poeta não denuncia somente a miséria, mas também menciona os possíveis culpados por tal fato, já que uns culpam

a Câmara, outros a frota;
a frota tudo abarrota
dentro dos escotilhões,
a carne, o peixe, os feijões;
e se a Câmara olha e ri,
porque está farta até aqui,
é coisa que me não toca:
Ponto em boca.

(...)
Mas frota com tripa cheia,
e povo com pança oca!
Ponto em boca.
A fome me tem já mudo
que é muda a boca esfaimada;
mas se a frota não traz nada,
por que razão leva tudo? (MATOS, 1992, p. 339).

Não foi somente nas sátiras que Gregório de Matos criticou as más condutas dos moradores da Bahia, no poema lírico sacro “Santigua-se o poeta contra outros pataratas avarentos, injustos, hipócritas, murmuradores, e por várias maneiras viciosos, o que tudo julga em sua pátria”, também conhecido como “Anjo Bento”, também podemos perceber o peso de sua crítica tomando por base os pecados cometidos pelo povo:

Destes, que campam no mundo
sem ter engenho profundo,
e entre gabos dos amigos

os vemos em papa-figos⁸⁵
sem tempestade, nem vento:
Anjo Bento.

De quem com Letras secretas
tudo, o que alcança é por tretas,
baculejando sem pejo⁸⁶
por matar o seu desejo
dês de manhã até a tarde:
Deus me guarde.

Do que passeia farfante
muito prezado de amante,
por fora luvas, galões,
Insignias, armas, bastões,
por dentro pão bolorento:
Anjo Bento (MATOS, 1990, p. 347-349).

Nas três primeiras estrofes, o eu lírico volta sua crítica para as vaidades dos indivíduos, que viviam a se gabar por todos os lados; aos adutores que conseguem seus objetivos através de artimanhas e da persuasão ou mesmo aqueles que viviam ostentando o que possuíam, mas que estavam se decompondo, como afirmou no poema: “por dentro pão bolorento”.

Destes beatos fingidos
cabisbaixos, encolhidos,
por dentro fatais maganos,
sendo nas caras uns Janos⁸⁷,
que fazem do vício alarde:
Deus me guarde.

Que vejamos teso andar,
quem mal sabe engatinhar,
mui inteiro, e presumido,
ficando o outro abatido
com maior merecimento:
Anjo Bento.

Destes avaros mofinos,
que põem na mesa pepinos
de toda a iguaria isenta,
com seu limão, e pimenta,

⁸⁵ Entenda-se ‘os vemos navegar com as velas grandes soltas’, isto é, exibindo-se vaidosamente (MATOS, 1990, p. 347).

⁸⁶ Adular, lisonjear

⁸⁷ Janos: divindade romana que civilizou os primeiros habitantes do Lácio; representado com rosto duplo ou bifronte, podia ver ao mesmo tempo adiante e atrás, o futuro e o passado (MATOS, 1990, p. 348).

porque diz que queima, e arde:
Deus me guarde (MATOS, 1990, p. 347-349).

Adiante, denuncia a mentira dos falsos beatos, que faziam-se de coitados para alcançar o que desejavam, mas, na realidade, era somente exterioridade; os avarentos que em tudo economizavam, não escaparam da repreensão e, com medo de ser acometido por tal mal, o eu lírico invoca a proteção de Deus.

Que pregue um douto sermão
um alarve, um asneirão,
e que esgrima em demasia,
quem nunca já na Sofia⁸⁸
soube pôr um argumento:
Anjo Bento.

Deste Santo emascarado,
que fala do meu pecado,
e se tem por Santo Antônio,
mas em lutas co demônio
se mostra sempre covarde:
Deus me guarde.

Que atropelando a justiça
só com virtude postiça
se premie o delinqüente,
castigando o inocente
por um leve pensamento:
Anjo Bento (MATOS, 1990, p. 347-349).

Reprendendo as difamações e as injustiças, o poema segue para seu fim, sempre com as solicitações de proteção divina. Esse discernimento entre pecado e perdão e também sobre a inferioridade do homem diante de Deus presentes no poema, apesar de serem tidos como características da poesia barroca, foram utilizados pelo poeta como meio de desenvolver sua obra, criticando uma população que em sua grande maioria tinha por hábito vangloriar-se, ser hipócrita, sem caráter, sentir-se superior a tudo e a todos além de se valer de artimanhas diversas para alcançar o que almejava.

Através dos refrãos “Anjo Bento” e “Deus me guarde”, sempre presentes nos finais das estrofes de modo alternado, podemos perceber que as ideias de pecado e perdão

⁸⁸ Sofia: Universidade de Coimbra, situada na rua da Sofia (MATOS, 1990, p. 349)

passam a se completar, pois apesar de discordar desses comportamentos errôneos, a compaixão divina acabava por ser superior a eles.

Desse modo, pode-se perceber, nas poesias de Gregório de Matos, a divergência que existia entre a realidade da Bahia “versus” os valores que a nobreza possuía até então, como, por exemplo, a valorização do trabalho, a busca pela acumulação de riquezas, a desorganização e a falta de moral, que são consequências da colonização, apontada por Caio Prado Junior, como “um aglomerado heterogêneo de raças, [...] reunidos aqui ao acaso, sem outro objetivo que realizar uma vasta empresa comercial, e para que contribuíssem conforme as circunstâncias e exigências daquela empresa brancos europeus, negros africanos, indígenas do continente.” (PRADO JUNIOR, 2007, p. 341).

O poeta atesta de modo claro essa situação nos seus “Epílogos”. Evidencia as mazelas e problemas da sociedade baiana seiscentista, através de perguntas que evidenciam os problemas da cidade e que são respondidas com uma palavra que, no último verso da estrofe, são reunidas de modo a formar uma conclusão para os diversos assuntos tratados:

Que falta nesta cidade?...Verdade.
Que mais por sua desonra?...Honra.
Falta mais que se lhe ponha?...Vergonha.

Demo a viver se exponha,
Por mais que a fama a exalta,
Numa cidade onde falta
Verdade, honra, vergonha.

Quem a pôs neste socrócio⁸⁹?...Negócio.
Quem causa tal perdição?...Ambição.
E o maior desta loucura?...Usura.

Notável desventura
De um povo néscio e sandeu,
Que não sabe que o perdeu
Negócio, ambição, usura.

Quais são seus doces objetos?...Pretos.
Tem outros bens mais maciços?...Mestiços.
Quais destes lhe são mais gratos?...Mulatos.

Dou ao demo os insensatos,
Dou ao demo a gente asnal,

⁸⁹ Segundo Wisnik – “Socrócio: Afrânio Peixoto grafa rocrócio. Num dos apógrafos vem socrócio. Na primeira hipótese rocrócio (?), isto é, retrocesso; na segunda, socrócio, criado com necessidade de eco com negócio, de socresar (?), furtar, rapinar” (Wisnik, 2010, p. 41)

Que estima por cabedal
 Pretos, mestiços, mulatos (MATOS, 1933. Vol. IV p. 261).

O primeiro ponto abordado no poema foram os valores morais de verdade, honra e vergonha que estavam se arruinando na sociedade baiana devido ao comércio (também apontado como causa de mazelas no soneto “Triste Bahia”) que fatalmente levava aos negócios, à ambição dos pretos, mestiços, mulatos, meirinhos, guardas e sargentos, que buscavam de qualquer maneira lucrar, melhorar sua vida, sua posição dentro da sociedade.

Além da contribuição para a formação da empresa comercial, como nos mostrou Caio Prado, a miscigenação (mestiços e mulatos) também foi fator fundamental para a criação do ‘povo brasileiro’ e que vai incomodar muito Gregório de Matos, principalmente os mulatos que deixam de ser escravos ou mesmo subalternos para ocuparem o lugar da nobreza baiana, que estava passando por dificuldades financeiras, como veremos mais adiante em outros poemas.

Quem faz os círios mesquinhos?...Meirinhos.
 Quem faz as farinhas tardas? ...Guardas.
 Quem as tem nos aposentos?...Sargentos.

Os círios lá vêm aos centos,
 E a terra fica esfaimando,
 Porque os vão atravessando
 Meirinhos, guardas, sargentos.

E que justiça a resguarda?...Bastarda.
 É grátis distribuída?... Vendida.
 Que tem, que a todos assusta?...Injusta.

Valha-nos Deus, o que custa
 que El-Rei nos dá de graça,
 Que anda a justiça na praça
 Bastarda, vendida, injusta.

Que vai pela cleresia?...Simonia.
 E pelos membros da Igreja?...Inveja.
 Cuidei que mais se lhe punha?...Unha⁹⁰.

Sazonada caramunha⁹¹
 Enfim, que na Santa Sé

⁹⁰ *Unha*: aqui, com o sentido de roubalheira (WISNIK, 2010, p. 42).

⁹¹ *Sazonada caramunha*: experimentada lamentação (WISNIK, 2010, p. 43).

que mais se pratica é
Simonia, inveja, unha.

E nos Frades há manqueiras⁹²?...Freiras.
Em que ocupam os serões?...Sermões.
Não se ocupam em disputas?...Putas

Com palavras dissolutas
Me concluí, na verdade,
Que as lidas todas de um Frade
São freiras, sermões, e putas (MATOS, 1933. Vol. IV p. 261).

O poema segue sem poupar nada nem ninguém, apontando todos que julgava culpados da situação em que a Bahia se encontrava: o Rei, a Igreja e o clero. Para a persona satírica, o Rei proporciona ao povo uma justiça inválida, pois ela era injusta, bastarda e vendida aos que mais podiam. Mas, a corrupção não ficou somente vinculada à justiça, pois o poeta acusa a Igreja e seus integrantes de se corromperem por simonia, inveja, unha; além de falar diretamente aos frades, que, segundo o poema, têm ocupações banais e mundanas, voltando-se para freiras, sermões e putas, sem se preocuparem em zelar pelo campo da fé e da religião.

O açúcar já se acabou?...Baixou.
E o dinheiro se extinguiu?...Subiu.
Logo já convalesceu?...Morreu.

A Bahia aconteceu
O que a um doente acontece,
Cai na cama, o mal lhe cresce,
Baixou, subiu, e morreu.

A Câmara não acode?...Não pode.
Pois não tem todo o poder?...Não quer.
que o governo a convence?...Não vence.

Quem haverá que tal pense,
Que uma Câmara tão nobre,
Por ver-se mísera e pobre,
Não pode, não quer, não vence (MATOS, 1933. Vol. IV p. 261).

⁹² *Manqueiras*: claudicação; no texto, deslize de moral. (WISNIK, 2010, p. 43).

Ao se encaminhar para o final do poema, Gregório de Matos não deixa passar despercebida a situação complicada em que se encontrava a economia açucareira e, conseqüentemente, a Bahia. Segundo a visão do poeta, devido aos problemas enfrentados pelo comércio do açúcar e da questão da moeda, a Bahia podia ser comparada a uma pessoa que adoeceu rapidamente e morreu, sem que houvesse nenhuma preocupação ou ajuda por parte da Câmara, representante de Portugal na colônia, para cuidar dessa enfermidade para que não houvesse a morte.

A moeda reaparece como assunto em sua obra, entretanto, na forma de crítica à desvalorização ocorrida com a criação da moeda provincial⁹³:

Tratam de diminuir
o dinheiro a meu pesar,
o que para a coisa baixar
o melhor meio é subir;
quem via tão alto ir,
como eu vi ir a moeda,
lhe prognosticou a queda,
como eu lhe prognostiquei
dizem que o mandou el-rei,
quer creais, quer não creais.
Não vos espanteis, que inda lá vem mais (MATOS, 1990, p. 341).

Como podemos perceber, a persona satírica inicia o poema demonstrando desapontamento ao falar da desvalorização da moeda, pois, com a situação nada favorável da Bahia como pudemos perceber no poema analisado anteriormente, somente os exportadores de açúcar seriam favorecidos com tal medida, enquanto o restante da população, que não dependia de exportações, não teria nenhum benefício. E, terminando a estrofe, o verso usado como refrão demonstra a incredulidade com a melhora da situação enfrentada, como se não houvesse uma maneira de melhorar os males da economia baiana.

Manda-o a força do fado,
por ser justo, que o dinheiro
baixe a seu valor primeiro
depois de tão levantado:
o que se vir sublimado
por ter mais quatro mangavas,

⁹³ Retratado no poema: “Agora com a experiência dos males, que padece a República nestas alterações, se jacta de o haver estranhado então: julgando por causa total os ambiciosos estrangeiros inimigos dos bens alheios” In: Matos, Gregório de. **Obra poética**. Rio de Janeiro, Record, 1990, p. 341.

hã de pesá-lo as oitavas,
 e por leve hã de enjeitá-lo:
 e se com todo este abalo
 por descontentes vos dais,
 Não vos espanteis, que inda lá vem mais.

As pessoas, que quem rezo,
 hã de ser como o ferrolho,
 val pouco tomado a olho,
 val menos tomado a peso:
 os que prezo, e que desprezo
 todos serão de uma casta,
 e só moços de canastra
 entre veras, e entre chanças
 com pesos, e com balanças
 vão a justiça os mais:
 Não vos espanteis, que inda lá vem mais (MATOS, 1990, p. 341).

Na metade da segunda estrofe, o eu lírico denuncia o fato de as moedas serem limadas ou cerceadas, desse modo, quando fossem pesadas, acabariam sendo rejeitadas por estarem leves demais. Na terceira estrofe, emenda a crítica, afirmando que se as moedas em posse das pessoas já valiam pouco quanto a sua aparência, porém, se alguém as pesasse, descobriria que valeriam menos ainda.

Na quarta estrofe, ao retratar a crise na circulação das moedas⁹⁴, sugeriu que na sua falta, retomassem as atividades de escambo, como no início “das gentes”, ou seja, retrocedendo nas maneiras de comercializar:

Porque como em Maranhão
 mandam novelos à praça,
 assim vós por esta traça
 mandareis o algodão:
 haverá permutação,
 como ao princípio das gentes,
 e todos os contraentes
 trocarão droga por droga,
 pão por sal, lenha por sogá,
 vinhas por canaviais:
 Não vos espanteis, que inda lá vem mais (MATOS, 1990, p. 342).

Seguindo o poema, a quinta estrofe aborda um momento importante para o comércio, a chegada das frotas⁹⁵:

⁹⁴ Explicitada anteriormente ao analisarmos as Atas e Cartas do Senado da Bahia.

⁹⁵ Sistema criado em 1649, com o intuito de proteger de ataques de piratas muçulmanos navios e mercadorias portuguesas. Pelo designado, haveria duas frotas anuais, vigiadas por navios de guerra por todos os lados

Virá a frota para o ano,
 e que leve vós agouro
 senão tudo a peso de ouro,
 a peso tudo de engano:
 não é o valor desumano,
 que a cada oitava se dá
 da prata, que corre cá,
 pelo meu fraco conceito,
 mas ao cobrar fiel direito,
 e oblíquo, quando pagais;
 Não vos espanteis, que inda lá vem mais (MATOS, 1990, p. 342).

Como podemos perceber logo no início da estrofe, os produtos das frotas eram comercializados a preços mais altos que o normal, e muitos dos produtos, mesmo vendidos a um preço elevado, ainda eram mercadorias adulteradas, o que resultava no enfraquecimento do comércio e da circulação de pessoas.

Na última estrofe, a persona satírica parece desapontada com a situação, e, além de repetir seu refrão, enfatizando que não esperava por melhoras na situação, assevera que o estado complicado em que se encontravam era merecido, pois os baianos nada faziam para melhorar, só ficavam esperando novas frotas, com talvez novas notícias ou soluções:

Bem merece esta cidade
 esta aflição, que a assalta,
 pois os dinheiros exalta
 sem real autoridade:
 eu se hei de falar verdade,
 o agressor do delito
 devia ser só o aflito:
 mas estão tão descansados,
 talvez que sejam chamados
 nesta frota, que esperais;
 Não vos espanteis, que inda lá vem mais (MATOS, 1990, p. 342).

O provedor da Casa da Moeda de Lisboa, Dom Nicolau, que viveu esse período de mudanças da moeda, também foi alvo de um poema, no qual fora acusado de ser corrupto:

(MAURO, 1988, p. 201-2011). Segundo Charles Boxer (2002, p. 219-239), as frotas eram muito importantes para os povos que viviam na Bahia, pois traziam notícias e novidades da Europa, além dos produtos que davam novo fôlego ao comércio e fazendo do porto um local bem agitado.

Marinícolas todos os dias
 O vejo na sege a passar por aqui
 Cavalheiro de tão lindas partes
 Como verbi gratias Londres e Paris (MATTOS, 1933. Vol. IV. p. 128-136).

Os insultos começam no primeiro verso, pois, ao chamar o provedor de marinícolas, a persona satírica se voltou para a descendência mameluca de Dom Nicolau, o que não era bem visto no período. No entanto, segue a estrofe elogiando-o, dizendo que seus modos eram dignos de grandes cidades europeias.

Contudo, somente esse elogio foi feito, pois da segunda estrofe em diante, seguem várias ofensas:

Mais fidalgo que as mesmas estrelas
 Que às doze do dia sempre viu luzir
 Porque o pai, não sei por que desastre
 Tudo, o que comia, vinha pelo giz (MATTOS, 1933. Vol. IV. p. 128-136).

Em seguida, denuncia a origem do provedor, que não era descendente de fidalgos, mas filho de um alfaiate que mantinha sua família usando um giz, portanto, tendo somente pose. E, após as críticas quanto sua origem, na décima quinta estrofe, as denúncias de corrupção se iniciam:

Senão quando na horta do duque
 Andando de ronda um certo malsim⁹⁶,
 Estremando-lhe um cão pechelingue
 O demo do gato deitou o seitel⁹⁷ (MATTOS, 1933. Vol. IV. p. 128-136).

Demonstrando que havia sido denunciado por algo de errado que havia cometido, Dom Nicolau, chamado de gato, é acusado de roubar seitel. Porém, não obteve bons resultados do roubo, pois, logo nas seguintes estrofes, o mesmo encontrava-se sem dinheiro:

Marinícolas vendo-se entonces
 De todo expurgado sem maravedi⁹⁸,

⁹⁶ Delator (BLUTEAU, 1728, vol. 5, p. 272).

⁹⁷ Moedinhas feitas de cobre (BLUTEAU, 1728, vol. 2, p. 229).

Alugava rapazes ao povo,
Por ter de caminho de quem se servir.

Exercendo-se em jogos de mãos
Tão lestos andavam do lestro arlequim,
Que se não lhes tirara a peçonha
Ganhara com eles dois mil potosis (MATTOS, 1933. Vol. IV. p. 128-136).

Além da falta de dinheiro, teve que se valer de maneiras dúbias de se manter, envolvendo-se em prostituição quando diz “alugava rapazes ao povo”, jogatinas e se tornando profissional, utilizava de várias estratégias para conseguir ganhar uma quantia bastante avantajada de dinheiro (dois mil potosis).

Algumas estrofes adiante, o poema retrata o momento em que Dom Nicolau se torna provedor da Casa da Moeda, e as acusações contra seu comportamento como funcionário da instituição continuam:

[...]

Sendo pois o alterar da moeda
O assopro, o arbítrio, o ponto e o ardil,
De justiça, a meu ver, se lhe devem
As honras que teve Ferraz e Soliz.

[...]

Si o intento é bater-se moeda,
Correm-lhe gajes⁹⁹ e ser mandarim¹⁰⁰
Porque andando a moeda na forja
Se ri de Cuama¹⁰¹, de Sena e de Ophir¹⁰²? (MATTOS, 1933. Vol. IV. p. 128-136).

Afirmando que as modificações nos valores das moedas são produto de ações desnecessárias e considerando a participação do novo provedor, assegura que o mesmo deveria receber ‘as honras’ já oferecidas a Ferraz e Soliz¹⁰³. No entanto, apesar das honras ditas merecidas, a persona satírica alega que o objetivo do provedor era somente de enriquecer

⁹⁸ Moeda espanhola (BLUTEAU, 1728, vol.5, p. 320-321).

⁹⁹ Homem rico (BLUTEAU, 1728, vol. 4, p. 8)

¹⁰⁰ Mandar, governar, ser autoridade (BLUTEAU, 1728, vol. 5, p. 284-285)

¹⁰¹ Rio na África Meridional (BLUTEAU, 1728, vol.2, p. 625). Segundo o livro **Terras de além: no relato da viagem de Vasco da Gama** (1992), este rio, localizado em Moçambique, ao ser avistado por Vasco da Gama foi chamado de “rio dos bons sinais” (p. 325).

¹⁰² Local onde o rei Salomão mandava buscar ouro (BLUTEAU, 1728, vol. 6, p.85)

¹⁰³ Segundo consta na obra de Frederic Mauro, **Portugal, o Brasil e o Atlântico** (1988), Soliz foi um importante economista, autor de dois livros.

e se tornar chefe, e, encontrando-se em uma situação confortável, seria capaz de desprezar até mesmo todo ouro proporcionado por Ophir.

Na estrofe seguinte, foi censurado por deixar a nova situação de vida sair-lhe do controle, pois ‘sempre da moeda privado’, não conseguiu resistir ao posto alcançado e angariou bens de maneira desonesta, o que assevera a corrupção do novo rico participante da política:

Sempre foi da moeda privado
 Mas vendo-se agora senhor e juiz
 Condenado em portais a moeda
 Abriu às unhas a porta para si (MATTOS, 1933. Vol. IV. p. 128-136).

Esse comportamento desonesto do procurador é agravado na última estrofe do poema, pois estava vinculado a um dos grandes problemas do período, a fabricação de moedas, que tanto influenciava na vida da Bahia e de Portugal:

Marinícolas é finalmente
 Sujeito de prendas de tanto matiz
 Que está hoje batendo moeda
 Sendo ainda ontem um vilão ruim (MATTOS, 1933. Vol. IV. p. 128-136).

Contudo, o alvo de críticas não fora somente o provedor; no soneto “A despedida do mau governo que se fez este governador”, o Boca do Inferno criticou as atitudes de Antônio de Souza de Menezes, apelidado de ‘braço de prata’. Governou a Bahia entre 1682 e 1684, sempre recebendo duras críticas ao modo como governava por diversos grupos da sociedade do período:

Senhor Antão de Sousa de Menezes,
 Quem sobe a alto lugar, que não merece,
 Homem sobe, asno vai, burro parece,
 Que o subir é desgraça muitas vezes.

A fortunilha autora de entremezes
 Transpõe em burro o Herói, que indigno cresce
 Desanda a roda, e logo o homem desce,

Que é discreta a fortuna em seus reveses (MATTOS, 1930, p. 64).

O poema se inicia com a troca do nome do governado de Antônio para ‘Antão’, e, logo em seguida, demonstra sua insatisfação com o governo afirmando que ele não merecia tão alto cargo, pois abusava da posição em que se encontrava, não cumprindo como devia suas funções e deixando que a cobiça pelo contato com grandes quantias em dinheiro prejudicasse ainda mais seu governo.

Homem (sei eu) que foi Vossenhoria,
Quando o pisava da fortuna a Roda,
Burro foi ao subir tão alto clima.

Pois vá descendo do alto, onde jazia,
Verá, quanto melhor se lhe acomoda
Ser home em baixo, do que burro em cima (MATTOS, 1930, p. 64).

Nos dois tercetos, completa que não devia ter tão alto cargo sem saber exercê-lo e indica que é melhor deixá-lo, pois antes possuir cargo inferior sendo digno, honesto, do que possuir um cargo alto e ser desonesto, sem saber administrá-lo.

Mas, Gregório de Matos não criticou somente pessoas e instituições. Também deixa transparecer em seus poemas as mudanças que influenciaram diretamente sua vida e a de outras pessoas que viviam na Bahia, por exemplo, ao descrever sua decadência em relação à nova sociedade da Bahia que foi se formando com o período de ruína econômica, utilizando para isso uma linguagem popular e a mesma estratégia do poema “Epílogos”, no qual demonstra os problemas através de perguntas, que são respondidas logo em seguida:

[...]

tá, que sou pessoa honrada,
e um homem de entendimento:
qual honrado, ou qual talento?
Foram-me pondo num trapo,
vi-me tornando farrapo,
porque um tolo fará cento. (MATOS, 1933. Vol. II. P. 448)

Da mesma forma que a mudança ocorrida em sua vida o incomodava, a formação da nova fidalguia baiana seiscentista também foi tema de sua indignação em vários de seus poemas, pois, por ter vivido na Corte, sempre em contato com a nobreza da qual se sentia

parte, o poeta não tolerava os “novos ricos” da colônia e os privilégios que estes tinham, como cargos importantes. Diante dessa situação, se rebelou contra a ambição e o pedantismo que dominavam a sociedade baiana e escreveu o poema “*Descreve o que era naquele tempo a cidade da Bahia*”:

A cada canto um grande conselheiro,
Que nos quer governar cabana e vinha;
Não sabem governar sua cozinha,
E podem governar o mundo inteiro.

Em cada porta um bem freqüente olheiro,
Que a vida do vizinho e da vizinha
Pesquisa, escuta, espreita e esquadrinha,
Para o levar à praça e ao terreiro (MATOS, 1933, Vol. IV, p. 61).

O soneto se inicia em um tom de ironia, pois já no primeiro verso, ao falar que existem em “cada canto um grande conselheiro”, o poeta indica que as pessoas mal podiam cuidar da sua própria vida, mesmo assim se preocupavam com a vida alheia; esse fato ganha maior ênfase através da utilização do termo “governar”, que aparece repetidas vezes na primeira estrofe. E, complementando essa crítica, o poema segue apresentando de maneira hierárquica, na segunda estrofe, que se pesquisa, escuta, espreita e esquadrinha, onde a pesquisa aparece como desencadeadora das outras ações, sendo a mais leve delas, a observação; as demais ações são maiores e demonstram essa preocupação com a vida alheia.

Muitos mulatos desavergonhados,
Trazidos sob os pés os homens nobres,
Posta nas palmas toda a picardia,

Estupendas usuras nos mercados,
Todos os que não furtam muito pobres:
E eis aqui a cidade da Bahia (MATOS, 1933, Vol. IV, p. 61).

Seguindo, nos tercetos do soneto, a crítica se volta aos mulatos adutores dos nobres, principalmente daqueles que estavam próximos aos integrantes da política da época, não medindo o que faziam para agradar seus superiores. A consequência disso para Gregório de Matos culminava na desordem e na miséria dos mais pobres e honestos, já que os

desonestos, segundo o último terceto, se valiam da usura para enriquecer. E, no soneto “Neste mundo é mais rico o que mais rapa”, o autor, mais uma vez, critica a sociedade corrupta:

Neste mundo é mais rico, o que mais rapa:
 Quem mais limpo se faz, tem mais carepa:
 Com sua língua ao nobre o vil decepa:
 O Velhaco maior sempre tem capa.

Mostra o patife da nobreza o mapa:
 Quem tem mão de agarrar, ligeiro trepa
 Quem menos falar pode, mais increpa:
 Quem dinheiro tiver, pode ser Papa (MATTOS, 1933. Vol. IV. p. 46).

Valendo-se de um vocabulário coloquial e de um jogo de palavras, o poeta fala diretamente à nova nobreza formada no período da crise açucareira, a qual possuía grande ambição e buscava dinheiro e poder de qualquer maneira, pois acreditava que esses dois elementos possibilitaria que alcançasse tudo o que desejava. Mas a sua crítica à ambição e à busca pelo dinheiro não ficou restrita somente à nova nobreza, mas se estendeu também a Igreja Católica, grande detentora de bens materiais no período, ao afirmar que “Quem dinheiro tiver, pode ser Papa”.

A flor baixa se inculca por Tulipa;
 Bengala hoje na mão, ontem garlopa:
 Mais isento se mostra, o que mais chupa.

Para a tropa do trapo vazo a tripa,
 E mais não digo, porque a Musa topa
 Em apa, epa, ipa, opa, upa (MATTOS, 1933. Vol. IV. p. 46).

Na terceira estrofe, o poeta faz uma retomada da vida anterior desse novo nobre, mostrando sua origem, pois o que era uma flor simples e agora se diz uma nobre flor, que trabalhava com garlopa (plaina de marcenaria), hoje empunha um bengala e, apesar de ser o que mais rouba, é o que menos aparece. Na última estrofe, valendo-se da metalinguagem, o poeta confirma seu ponto de vista, comparando os fidalgos a uma “tropa de trapo”, ou seja, a um monte de panos velhos, podres, no qual até mesmo as damas são corrompidas em qualquer oportunidade.

Complementando o ponto de vista do soneto acima, escolhemos algumas estrofes do poema “Descreve com mais informação a fúria com que os estranhos sobem a arruinar sua república”, os quais abordam várias situações da Bahia seiscentista, entretanto escolhemos recortar as estrofes em que o poeta fala quem eram os novos integrantes da sociedade seiscentista:

Senhora Dona Bahia,
nobre e opulenta cidade,
Madrasta dos naturais,
e dos estrangeiros madre:
[...]

Vendendo gato por lebre,
antes que quatro anos passem
já tem tantos mil cruzados,
segundo afirmam pasguates.

Começam a olhar para ele
os pais, que já querem dar-lhe
Filha e dote, porque querem
homem que coma e não gaste.

[...]
Já temos o canastreiro,
que inda fede a seus beirames,
metamorfosis da terra
transformado em homem grande:
e eis aqui a personagem. (MATOS, 1933. Vol II, p 430-431)

Nesses trechos do poema, o poeta deixa transparecer, através do jogo de contradição ou mesmo vitupério à origem, que os fidalgos da Bahia são, na verdade, mercadores, que recebiam a mão das naturais da terra com um bom dote. “O mercador se transformava em personagem importante, carregado em rede por escravos e acompanhado de pajem, e, por isso, mesmo se iniciava nos cargos camarários, primeiro passo para ser bem-visto na sociedade local” (SILVA, 2010, p. 138). Mas, a crítica não para por aí, nas estrofes seguintes, o poeta fala do “canastreiro”, definido por Maria Beatriz Nizza da Silva como “vendedor ambulante vendendo suas mercadorias pela rua numa canastra¹⁰⁴” (SILVA, 2010, p. 138) que vai ganhando poder, transformando-se em “homem grande”.

¹⁰⁴ Canastra: espécie da caixa, tecida de varetas e aparas de um pau flexível. In: SILVA, Antonio Moraes. Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 334.

Esse mesmo mercador, estrangeiro que depressa prosperou na Bahia, chegou:

(...)
 tão pobre, e tão miserável,
 vende os retalhos, e tira
 comissão com couro e carne (MATOS, 1933. Vol II, p 430-431).

No entanto, com suas façanhas ganhou dinheiro, enriqueceu, comprou engenhos e, segundo Gregório de Matos, tudo isso só fora possível devidos aos furtos cometidos:

O que ele fez foi furtar,
 Que isso faz qualquer birbante¹⁰⁵,
 Tudo o mais lhe fez a terra,
 Sempre propícia aos infames:
 E eis aqui o personagem (MATOS, 1933. Vol II, p 430-431)

Esses mercadores reinóis eram traçados com desdém e ímpeto pelo poeta, que buscava mostrar o passado obscuro que possuíam e muitas vezes escondido devido a delitos cometidos ou mesmo por não possuírem uma descendência nobre, como podemos perceber no “Preceito 7”, do poema “Queixa-se a Bahia por seu bastante procurador, confessando que as culpas, que lhe increpam, não são suas, mas sim dos viciosos moradores, que em si alberga”, no qual descreve alguns motivos possíveis para o exílio e completa com a crítica à forma com que chegavam no porto, sem nada, somente com “piolhos e assobios”

[...]
 Pode haver maior milagre
 (ouça bem quem tem ouvidos)
 Do que chegar um Reinol
 De Lisboa, ou lá do Minho
 Ou degredado por crimes
 Ou por Moço ao Pai fugido,
 Ou por não ter que comer
 No Lugar, onde é nascido:

E saltando no meu cais
 Descalço, roto, e despido,
 Sem trazer mais cabedal,
 Que piolhos, e assobios... (MATTOS, 1933. Vol. IV. p. 203).

¹⁰⁵ Birbante: Vagabundo. (BLUTEAU, 1728, p. 125).

Essa ordem estamental que estava sendo rompida e que incomoda tanto o poeta, é, segundo Florestan Fernandes em seu livro *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968), proposta pela própria ‘colonização’ do território que valia-se da relação entre grande plantação, do trabalho escravo e da expropriação colonial.

[...]
 Provo a conjetura já,
 prontamente como um brinco:
 Bahia tem letras cinco
 que são B-A-H-I-A:
 logo ninguém me dirá
 que dous ff chega a ter,
 pois nenhum contém sequer,
 salvo se em boa verdade
 são os ff da cidade
 um furtaf, outro foder. (MATOS, 1933, Vol I, p. 10)

Mas, não eram somente os falsos fidalgos que quebravam o regime estamental através do mercado (referidos acima como ‘furtaf’) que incomodavam Gregório de Matos, a mestiçagem (foder) também o incomodava, pois, da mesma forma que o primeiro, os mestiços também rompiam com o regime estamental ao serem livres e buscarem sua autonomia, deixando de lado a submissão e o tom de pele, o que levou o poeta a chamá-los de ousados, atrevidos:

[...]
 Um Branco muito encolhido,
 um Mulato muito ousado,
 um Branco todo coitado,
 um canaz todo atrevido:
 o saber muito abatido,
 a ignorância, e o ignorante
 mui ufano, e mui farfante
 sem pena, ou contradição:
 milagres do Brasil são.
 [...]
 Se a este podengo asneiro
 o Pai o alvanece já,
 a Mãe lhe lembre, que está
 roendo em um tamoeiro:
 que importa um branco cueiro,
 se o cu é tão denegrado!
 Mas se no misto sentido
 se lhe esconde negridão:

milagres do Brasil são. (MATOS, 1933.VOL IV, p. 790-791).

Entretanto, o autor não se restringiu a esse único relato de aversão à sociedade mestiça, que possuía outros costumes e não levava em consideração a cultura dos mais endinheirados, com bons contatos com europeus¹⁰⁶. E, enquanto ganhava espaço na sociedade devido à posição que conquistava, aumentava cada vez mais a repugnância e desgosto do poeta:

[...] ser mulato,
Ter sangue de carrapato,
Cheirar-lhe a roupa a mondongo
É cifra da perfeição,
Milagres do Brasil são. (MATOS, 1933.VOL IV, p. 790-791).

Os fidalgos, que afirmavam ser descendentes de índios para fugirem da herança negra, também não escapavam das críticas, como podemos perceber no soneto “Aos mesmos Caramurus”¹⁰⁷.

Há coisas como ver um Paiaiaí
Mui prezado de ser Caramuru,
Descendente do sangue de tatu,
Cujo torpe idioma é Cobepá?

A linha feminina é Carimá,
Muqueca, pititinga, caruru,
Mingau de puba, vinho de caju
Pisando num pilão de Pirajá.

¹⁰⁶ Segundo escreveu Nelson Werneck Sodré, no artigo “Gregório de Matos”, publicado no jornal Correio Paulistano de 09/08/1953, todo este comportamento de Gregório de Matos é devido ao fato de “Do ponto de vista das técnicas ligadas à atividade literária, o ambiente não poderia ser pior: não havia imprensa, não havia livros senão aqueles que ficavam resguardados nas bibliotecas das casas religiosas e umas poucas e reduzidíssimas bibliotecas particulares; o ensino se processava através do único colégio existente, o dos jesuítas e se revestia do hermetismo, do caráter desinteressado, da mera especulação verbal, tão do gosto dos loiolanos e do tempo; não existia comércio de livros e, mais grave do que tudo, não existia um grupo numeroso dedicado pelo menos à curiosidade de tudo aquilo que preenche os ócios da existência, as pausas tão longas e tão vazias da vida colonial. A Bahia era uma cidade apagada, monótona, vivendo entre os vários instantes de esplendor aparente e exterior das festas religiosas e o ambiente opaco da atonia que caracterizava o palácio do governo. Entre os padres e os licenciados, que faziam a apagada justiça do tempo e um que outro curioso avulso, estava limitada toda a inteligência da capital da colônia”

¹⁰⁷ Caramuru, segundo o dicionário de Raphael Bluteau, significa homem do fogo. Foi o apelidado dado pelos Tupinambás ao português Diogo Álvares Correa, que teria escapado nadando de um naufrágio. Valendo-se dos destroços da embarcação, de alguns barris de munições e de um arcabuz matou um pássaro. Isso assustou os gentis do forte que imaginaram que contra as duas vidas caía o céu, porque, na dita arma de fogo, viam luzir o relâmpago, romper o trovão e fulminar o raio.

A masculina é um Aricobé,
 Cuja filha Cobé, c'um branco Paí
 Dormiu no promontório de Passé.

O branco era um Marau que veio aqui:
 Ela era uma índia de Maré;
 Cobepá, Aricobé, Cobé, Paí. (SPINA, 1995, p. 184)

Criticando a origem da fidalguia baiana, o poeta valeu-se de termos da língua local: o tupi, bem como do lugar de convívio e, conseqüentemente, do surgimento da nova raça, utilizando da tópica da deformação do vício, ou do vitupério, como podemos perceber na primeira estrofe, quando o paiaíá, apesar de ser descendente de Caramuru, possuía “sangue de tatu”, o que remete a ideia de inferioridade na hierarquia da social, devido ao local em que o tatu se abriga, debaixo da terra.

A linguagem “Cobepá” (idioma indígena local) era vista como imoral, pois, além de não ser uma língua europeia, por ter uma relação próxima com o colonizador, se misturava ao português e se tornava assim uma linguagem não aristocrática¹⁰⁸.

Diante da análise desses poemas de Gregório de Matos que pontuam a ambigüidade de valores presentes na sociedade, podemos acompanhar as transformações ocorridas na Bahia seiscentista em seus diversos aspectos: econômico, social e político, bem como as mazelas e problemas que acompanhavam tudo isso. Essa situação gerava incômodos a todos que com ela sofriam, principalmente aqueles que estavam perdendo seu status, poder ou posição social, não se restringido somente ao poeta.

Foi devido a esse mal estar gerado pelas transformações que o Boca do Inferno se posicionou: moralista-conservador, dada sua condição de pertencente a uma classe em declínio, criticou e denunciou instituições e políticos que não possuíam comportamentos adequados, apontou erros e descreveu uma sociedade na qual as posições estavam se alterando, onde aqueles que eram considerados inferiores começavam a ocupar o lugar dos mais poderosos e, com essas denúncias, fez supor soluções para os infortúnios da Bahia.

¹⁰⁸ Segundo Teyssier, existem testemunhos que este fato ocorria de maneira natural na sociedade, como o padre Antônio Vieira, que afirmava que “as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola”. TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 95.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou apresentar a situação em que se encontrava a Bahia na segunda metade do século XVII através da comparação entre diferentes documentos do período: as Atas e Cartas da Câmara e do Senado e as cartas do padre Antônio Vieira e os poemas de Gregório de Matos.

Esses documentos nos permitiram traçar um panorama das dificuldades enfrentadas pelos moradores da Bahia através de pontos de vista diferentes. Pois, apesar de sabermos que o contexto é importante, para nossa pesquisa mais importante ainda é a maneira como os autores ou os indivíduos se colocaram no contexto, já que tanto Gregório de Matos como Antônio Vieira possuíam um olhar aguçado e crítico sobre a Bahia e sobre toda a situação descrita que queremos apresentar.

A análise das Atas e das Cartas da Câmara possibilitou que tivéssemos uma maior aproximação com o cenário em que poeta e jesuíta estavam inseridos, e, mesmo não estando desvinculadas do contexto histórico, das ideologias do momento em que foram escritas e que muitas vezes podem ser construídas em forma de uma ficção, é fato que elas apresentam alguns dos problemas enfrentados na Bahia durante a segunda metade do século XVII, principalmente das murmurações do povo, que cansado de problemas e de recolher inúmeros impostos, recorria aos órgãos superiores tentando saná-los de algum modo ou ao menos melhorá-los.

É importante perceber que, mesmo com os inúmeros pedidos de auxílio enviados a Portugal, os documentos que não possuíam uma vinculação direta ou mais próxima com a crise, ou com a produção de açúcar, como os que pedem uma diminuição dos tributos arrecadados pela população ou mesmo o fim da isenção de pagamento de impostos pelos religiosos, eram ignorados, não recebiam sequer uma resposta, enquanto Cartas que pediam providências relacionadas a problemas mais próximos à fase econômica complicada que Portugal enfrentava eram respondidas e os problemas sanados de maneira bastante rápida, como a questão da falta de moedas, o controle dos escravos e sua perda pelas epidemias e o mais evidente de todos: a preocupação em regular o preço do açúcar de acordo com o mercado em que estava inserido.

A busca por soluções diretas aos problemas da Bahia e de Portugal não se restringiu somente à Câmara ou ao Senado como demonstramos ao longo do texto. Padre Antônio Vieira, homem de confiança do rei, possuía uma visão bastante à frente de seu tempo, com posições políticas pouco comuns para o período em que viveu, conhecia de perto

a situação em que se encontrava a Coroa e suas possessões, tentou criar maneiras de solucionar os problemas que mais afligiam os lusitanos.

Podemos perceber que seus escritos seguem uma linha de argumentação voltada para a preservação da liberdade lusitana que acabava de passar pela Restauração. Assim, era necessária resistência aos ataques da Espanha que tentava reaver Portugal e abster-se de conflitos com outros países, principalmente com a Holanda, pois devido a sua vulnerabilidade econômica em consequência das perdas ultramarinas, não conseguiria resistir à guerra.

Perante essa situação, tentou criar planos para melhorar a economia lusitana, como a proposta de venda de Pernambuco aos holandeses, o estabelecimento de Companhias de Comércio financiadas com dinheiro dos cristãos novos. Toda essa preocupação com o comércio advinha do pensamento mercantil do período, desse modo, Portugal poderia garantir-se como reino livre através da reestruturação e estabilização de sua economia. Ademais, Vieira também representou a Coroa e participou de negociações, propôs acordos, sempre com o objetivo único de manutenção da soberania portuguesa.

Crítico, dentro da sociedade em que vivia nada passava despercebido pelo seu atento olhar, assim, até mesmo o nordeste brasileiro era para o jesuíta muito mais do que um pedaço de terra localizada do outro lado do Atlântico. Essa parte da colônia fazia parte de suas preocupações, não só pela diminuição dos lucros que gerava a Portugal devido aos problemas econômicos que enfrentava, mas pelo modo como a sociedade se organizava, pela corrupção que envolvia os funcionários públicos, os altos impostos pagos pela população endividada, a falta de moeda circulante para o comércio, a alta mortalidade de escravos e a falência de senhores de engenho.

Todos esses problemas foram descritos em sua obra, e é importante salientar que assim como acontecia com Portugal, após analisar minuciosamente a situação e encontrar seus pontos principais, sempre tentava encontrar uma solução ou uma maneira de amenizá-los.

Essa situação descrita nos documentos acima nos possibilitou uma maior compreensão das atitudes e reações de Gregório de Matos diante dessas transformações ocorridas na Bahia, pois, com um modo peculiar de se expressar diante dos problemas e transformações da Bahia, podemos notar que, apesar do poeta ser baiano, apresentava uma visão da aristocracia de Portugal, pois, além de ter vivido grande parte de sua vida em território luso e prestado serviços para a Coroa, fazia parte da “nobreza da terra” que estava perdendo seu espaço de poder com a redefinição da economia mercantilista, assim, percebemos que essa nobreza, devido ao grande número de dívidas causadas pela crise na

venda do açúcar e pelas doenças que assolavam com seus escravos, estava perdendo espaço para novos grupos que vinham crescendo e formando a nova nobreza: os mercadores e os mulatos, que sem dívidas e se adequando ao momento foram ganhando espaço. Dentre desse ambiente de mudanças, a corrupção, os maus costumes e modos de governar não passaram despercebidos pelas críticas do “Boca do Inferno”. Desse modo, o poeta construiu uma visão “conservadora”, moralista da sociedade da América lusa e também uma visão anti-mercadores, abordada pelo poeta através da transformação da vida das pessoas que residiam na Bahia e que sempre estava sendo comparada com seu passado e com Portugal.

Mas, apesar dessa característica de denúncia das mazelas da Bahia seiscentista que Gregório de Matos fez, não podemos deixar passar o fato de que em toda a sua obra, em nenhum momento, diferentemente dos outros documentos citados na pesquisa, ele propõe diretamente alguma solução para os problemas que vinham acontecendo, entretanto, não podemos esquecer também como colocava suas críticas, evidenciando tais problemas, não deixava de ser uma forma de mostrar aos demais integrantes da sociedade o que estava acontecendo e devia ser mudado de alguma maneira, pois não se poderia continuar assim.

A partir da descrição dos documentos analisados acima, como as denúncias e críticas de Gregório de Matos a todas as mudanças sociais e políticas, bem como os problemas que se desencadeavam na Bahia, das atitudes tomadas pela Coroa e pela Câmara, que buscavam melhorar a produção e venda de açúcar, suprindo as necessidades de mão de obra escrava ou cuidando para que se diminuíssem as epidemias; a tentativa da Coroa em conjunto com Antônio Vieira pela realização de tratados e acordos que mantivessem a independência portuguesa e o poder sobre suas possessões, a tentativa de estabilização da economia na Bahia com a criação da moeda provincial, nos trazem um panorama da situação complexa que Portugal e suas posses passaram na segunda metade do século XVII.

Pode-se perceber que os autores estudados nessa dissertação possuem posturas diferentes para o mesmo cenário: o pregador coloca-se em uma posição moralista, de preservação e recuperação dos bons costumes, das sugestões e tomada de decisões rápidas e práticas como tentativa de restabelecer o que estava se perdendo; o poeta posiciona-se de modo a expressar-se segundo o que via do mundo, examinando e julgando fatos, apontando problemas, sem, no entanto, oferecer algum recurso para o que acontecia. Porém, com o olhar exegeta para as falhas e transformações da sociedade, o poeta não deveria somente tentar uma solução indireta para o que ocorria, mas também empenhar-se em fazê-lo de forma direta, o que de certo modo, colaboraria para uma tentativa de sanar mais rapidamente o que tanto o incomodava.

Essa conjuntura confirma a problemática proposta inicialmente em nosso trabalho de que a Bahia vivenciou uma grave crise econômica na segunda metade do século XVII, conforme apresentada nos escritos de figuras que viveram tal agrura. No entanto, é importante salientar que devemos ter cautela ao falar da crise do século XVII, e que a mesma não deve ser generalizada e estendida a todas as possessões portuguesas, pois ela não atingiu a todo seu domínio da mesma forma ou com a mesma intensidade, com a qual atingira as terras baianas.

REFERÊNCIAS

1. FONTES

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil. Por suas Drogas e Minas.** 2ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio De Janeiro: Biblioteca Nacional.

Cartas do Senado. Salvador, Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1951 (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, vol. 1 e 2)

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. (1663 - 1685). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1929.

Documentos Históricos do Arquivo Municipal da Bahia. (1669-1684). 5º Volume. Prefeitura do Município de Salvador/Bahia, 1950.

_____ **Atas da Câmara.** (1959-1969) Vol. 4 Prefeitura Municipal de Salvador/Bahia. 1949.

_____ **Atas da Câmara: 1684-1700.** Vol. 6 Prefeitura Municipal de Salvador/Bahia, 1949.

_____ **Cartas do Senado 1638-1673.** 1º Volume. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador-Bahia, 1952.

_____ **Cartas do Senado: 1673- 1684.** 2º Volume. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador-Bahia, 1952.

_____ **Cartas do Senado: 1684- 1692.** 3º Volume. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador-Bahia, 1953.

MATOS, Gregório de. **Crônica do viver baiano seiscentista.** Organização de James Amado. Bahia: Janaína, 1969, 7 volumes.

_____ **Obras de Gregório de Matos.** Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1933.

VIEIRA, Antônio. **Obras escolhidas**. Prefácio e notas de Antônio Sérgio e Hernani Cidade. Sá da Costa: Lisboa, 1951, 12 volumes.

_____ **Cartas**. Prefácio de Alcir Pécora; Organização e notas de João Lúcio de Azevedo, São Paulo: Globo Editora, 2009, 3 vols.

_____ **Sermões**. Porto: Livraria Chardron, 1908.

2. LIVROS E ARTIGOS

ACIOLI, Vera L. C. **A escrita no Brasil colônia**: um guia para documentos manuscritos. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Massangana, 2003.

AGROBOM, Gil de. **As Contradições do Padre Antônio Vieira e Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Livraria Astreia Editora, 1943.

ALBUQUERQUE, Henrique Rodrigues de. **Entre a fé e o rei: um conflito de lealdades**. II Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais: Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2014/02/2013-Texto_Henrique_Albuquerque.pdf>, acesso em 13/03/2014.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O tratado dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico-sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Fortunato de. **História de Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

ALVARES, Fernando Bouza. **Portugal no tempo dos Felipes**. Lisboa: Cosmos, 2000.

ALVES, Marcos Francisco. História e Literatura em diálogo: representações da escravidão em Bernardo Guimaraes e Joaquim Manuel de Macedo. In: **Revista Eletrônica Cadernos de História**. N°2. Minas Gerais, 12/2010. Disponível em: <www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/download/CadernosDeHistoria-10-01.pdf>; acesso em 10/06/2011.

AMEAL, João. **História de Portugal: das origens até 1940**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1958.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas**. 2ª edição. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Profecias Morenas: discurso do eu e da pátria em Antônio Vieira**. Assembleia Legislativa da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 1999.

AZEVEDO, J. Lúcio de. **Cartas do Padre Antônio Vieira**. Coimbra: Imprensa Universidade, 1925.

_____. **Épocas de Portugal Económico: Esboços de História**. 2ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1947.

_____. **História de Antônio Vieira**. São Paulo: Alameda, 2008.

AZEVEDO, Silvia Maria e RIBEIRO, Vanessa Costa (org.). **Vieira: vida e palavra**. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

BARBOSA, Maria S.F; ACIOLI, Vera L.C; ASSIS, Virgínia M.A. **Fontes repatriadas: anotações de História Colonial, referenciais para pesquisa, índices do catálogo da Capitania de Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

BARROS, Edval de Souza. **Negócios de Tanta Importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)**. Lisboa. Centro de História de Além-Mar (CHAM); Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Universidade Nova de Lisboa; Universidade dos Açores, 2008.

BEIRÃO, C. “Vinte e oito anos de guerra – os auxílios externos e a acção diplomática – a política de Castelo Melhor – A paz de 1668”. IN: IN: **Congresso do Mundo Português**. IV Congresso, 2ª secção. Vol VII. Tomo II: Lisboa, 1940.

BICALHO, Maria Fernanda. As tramas da política; conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia e de seus domínios ultramarinos. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4ª edição. SP: Companhia das Letras, 1992.

_____ (org). **Essencial Padre Antonio Vieira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

BOXER, C. R. **O Império Marítimo Português: 1415 – 1825**. Tradução: Anna Olga Barros Barreto. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____ **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602 - 1685)**. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto São Paulo: Editora Nacional e Usp, 1973.

BRASIL. Ministério da Marinha. **História Naval Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de documentação Geral da Marinha, 1979. Vol II. TOMO II.

BUENO, Eduardo. **Brasil, uma história: a incrível saga de um país**. Porto Alegre: Jornal Zero Hora, 1996.

BULCÃO, Clovis. **Padre Antônio Vieira: Um esboço biográfico**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

CAETANO, Marcello. **O Conselho Ultramarino: Esboço de sua história**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.

CALMON, Pedro. **A vida espantosa de Gregório de Matos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

_____. **História da literatura bahiana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

CAMPOS, H. **O sequestro do Barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos**. Salvador: FCJA, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. **Literatura e Sociedade**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. **O estudo analítico do poema**. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP, 1996.

CARDOZO, Alírio. Poderes Internos: a cidade de São Luís e o discurso da Câmara no século XVII. In: **Ciências Humanas em Revista**. São Luís, V. 5, n.2, dezembro 2007. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/112951330/Poderes-Internos-A-Cidade-de-Sao-Luis-e-o-Discurso-da-Camara-XVII>, acesso em 14/12/2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Introducción al trabajo de la investigación histórica; conocimiento, método y história**. 2ª ed. Barcelona: Ed. Crítica, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Hector Perez. **Os métodos da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CASTILHO, A. M. de. e CORDEIRO, A. X. R. **Almanach de Lembranças Luso-brasileiro para o ano de 1865**. Lisboa: Typ da Sociedade Typographica Franco Portuguesa, 1864.

CAVALHERO, Rodrigues. “Os antecedentes da Restauração e a posição do Duque de Bragança”. IN: **Congresso do Mundo Português**. IV Congresso, 2ª secção. Vol VII. Tomo II: Lisboa, 1940.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro.

ESPÍNOLA, Adriano. **As artes de enganar. Um estudo das máscaras poéticas e biográficas de Gregório de Matos**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1997.

FEBVRE, Lucien P. V. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1977

FERLINI, Vera Lúcia A. **Açúcar e colonização**. São Paulo: Alameda; 2010.

Terra, trabalho e poder. São Paulo: Brasiliense; 1988.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968

FERREIRA, Leticia dos Santos. **Amor, Sacrifício e Lealdade: o donativo para o casamento de Catarina de Bragança e para a Paz de Holanda (1661-1725).** Niterói, 2010. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1385.pdf>> Acesso em: 20 de Novembro de 2012.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREITAS, Gustavo de Freitas. **A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720): subsídios para a História Econômica de Portugal e do Brasil.** São Paulo: Coleção da Revista de História, 1951.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 18a edição. São Paulo: Nacional, 1982.

GODINHO, Vitorino de Magalhães. “1580 e a Restauração”. IN: **ENSAIOS.** Lisboa: Sá da Costa; 1968.

GOMES, João Carlos Teixeira. **Gregório de Matos o Boca de Brasa: um estudo do plágio e criação intertextual.** Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 1985.

HANSEN, João Adolfo. **A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII.** São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

HANSEN, João Adolfo (org.). **Antônio Vieira - Cartas do Brasil.** São Paulo: Hedra, 2003.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2004, T.1.Vol.1.

JÚLIO, Silvio. **Reações na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Livraria H. Antunes, 1938.

LE GOFF, Jacques. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.

LIMA, Luiz Costa. **História, ficção, literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LINS, Ivan. **Aspectos do Padre António Vieira**. Rio de Janeiro: São José, 1962.

MACHADO, José Pedro. **Terras de além no relato da viagem de Vasco da Gama**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992

MAGALHÃES, Leandro Henrique. "Vieira e a economia da Restauração" in: **III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**. Curitiba: UFPR, 1999.

MARCADÉ, Jacques. O quadro internacional e imperial. In: MAURO, Frédéric. (coord). O império Luso-brasileiro, 1620-1750. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (direção). Nova história da Expansão Portuguesa. Vol. VII. Lisboa: Estampa, 1991.

MARTINS, Wilson. **A crítica literária no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves S/A, 1983.

MATTOS, Gregório de. **Obras de Gregório de Matos**. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1933.

MATTOSO, António G. **História de Portugal**. Vol. 2, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1939.

MAURO, Frédéric. **Portugal, Brasil e o Atlântico**. 1570 – 1670. Tradução Manuela Barreto. Editorial Estampa, 1988.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Diálogos das grandezas do Brasil**. 2ª edição.

_____. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. RJ: TopBooks, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

_____. **Um Imenso Portugal: História e historiografia.** 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. **A fronda dos Mazombos nobres contra mascates: Pernambuco 1666-1715.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MENDES, Claudinei. M. M. **Construindo um Novo Mundo.** Tese de doutorado. São Paulo: Usp, 1996.

_____. **Cultura e opulência do Brasil: um tratado sobre o governo da gente e da fazenda.** Dissertação de mestrado. São Paulo: Usp, 1983.

_____. **Política e história em Caio Prado Júnior.** São Luís: 1ª ed. UEMA, 2008.

MENEZES, Sezinando Luiz. **O padre Antônio Vieira, a cruz e a espada.** Maringá: Eduem, 2000.

MONTEIRO, Ana Rita Amaro. **Atos de Posse do Conselho Ultramarino.** Faculdade de Letras de Lisboa, 1996.

MONTEIRO, Clóvis. **Esboços de História Literária.** Rio de Janeiro: Editora Livraria Acadêmica, 1961.

MONTEIRO, Paulo. A perda do galeao S. Pantaleao (1651). Texas: Nautical Archaeology Program, Texas A&M University, 2003. Disponível em < <http://nautarch.tamu.edu/shiplab/>>, acesso em 12/01/2014.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 1979.

NOVINSKY, Anita. "Padre Antônio Vieira, a Inquisição e os Judeus", in **Novos Estudos Cebrap**, nº 29, março de 1991, pp. 172-81.

PECORA, Alcir (org). **Escritos Históricos e Políticos Pe. Antônio Vieira.** São Paulo. Martins Fontes, 1995.

_____. **Máquina de gêneros**. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. **Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira**. São Paulo: Unicamp, 1994.

PEIXOTO, Afrânio. **Obras completas de Gregório de Matos**. Rio de Janeiro: Officina Industrial e Graphica da Academia Brasileira de Letras, 1929.

PERES, Fernando da Rocha. **Gregório de Matos: o poeta devorador**. Rio de Janeiro: Manati, 2004.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

PIRES, Nuno Lemos. Guerra global portuguesa: a Restauração. In: **Revista da História das Idéias. A Guerra**. Vol.30. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Idéias, 2009.

PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Livro VII . BH-SP, Itatiaia/Edusp, 1976.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRESTAGE, Edgar. **As relações diplomáticas de Portugal coma França, Inglaterra e Portugal: de 1640 a 1668**. Tradução: Amadeu Ferraz de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Faculdade, 1928.

RABELO, Manuel Pereira. “Vida e Morte do Doutor Gregório de Mattos e Guerra, Escrita pelo Licenciado Manuel Pereyra Rabello”. In: GUERRA, Gregório de Matos e. **Obras Sacras e Divinas**. Tomo I, I e II parte. Cofre 50, Códice 56, Seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 56.

_____. “Vida e Morte do Excelente Poeta Lírico, o Doutor Gregório de Matos e Guerra”. In: AMADO, James (org.). **Obras Completas de Gregório de Matos e Guerra – Crônica do Viver Baiano Seiscentista**. Salvador: Janaína, 1969, 7 vols., vol. III

RAUL, Virgínia. **Dona Catarina de Bragança Rainha da Inglaterra**. Coimbra: Coimbra Editora, 1941.

RÉMOND, RÉNE (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, João. **O Fabordão**. Rio de Janeiro: Editora Livraria São José, 2ª edição.

ROCHA, André Cabré. **A epistolografia em Portugal**. Coimbra: Almedina, 1965.

RHODEN, Luís Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução**. Porto Alegre: EDIPUC, 1999.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. **Aspectos estratégicos e de ética pública no pensamento do padre Antônio Vieira**. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/PAV.pdf>> acesso em 10/03/2014.

RÓNAL, Paulo. **Um enigma em nossa história literária**. Rio de Janeiro: Revista do Livro – INL/MEC, nº3, Ano I, dezembro, 1952.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Poesia e protesto em Gregório de Matos**. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.

SALLES, Wesley D. **Tempos de Crise: O império português, a crise açucareira, o tráfico de escravos e a lei das arcações (1640 - 1695)**. 2014. 251f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2014.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SARAIVA, José M. da Cunha. “Causas do levantamento da Nação em 1640”. IN: **Congresso do Mundo Português**. IV Congresso, 2ª secção. Vol VII. Tomo II: Lisboa, 1940.

SCHWARTZ, Stuart. E PECORA, Alcir (orgs). **As excelências do Governador**. Tradução Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**. Trad. Maria Helena Pires Martins. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____ **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.**
São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SHAUB, Jean Frédéric. **Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640).** Portugal: Livros Horizonte, 2001.

SILVA, Antônio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa** - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendada e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Bahia, a Corte da América.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

SPINA, Segismundo. **A poesia de Gregório de Matos.** São Paulo: USP, 1995.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia.** São Paulo: Editora UNESP: Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes. **Gregório de Matos: biografia e estudo.** São Paulo: Editora Martins, Conselho Estadual de Cultura, 1972.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa.** São Paulo, Martins Fontes, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. **Antônio Vieira: jesuíta do rei.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VIANA, Mario Gonçalves (org). **Padre António Vieira: Cartas.** Porto: Livraria Simões Lopes, 1969.

WISNIK, José Miguel. **Gregório de Matos Poemas Escolhidos.** São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

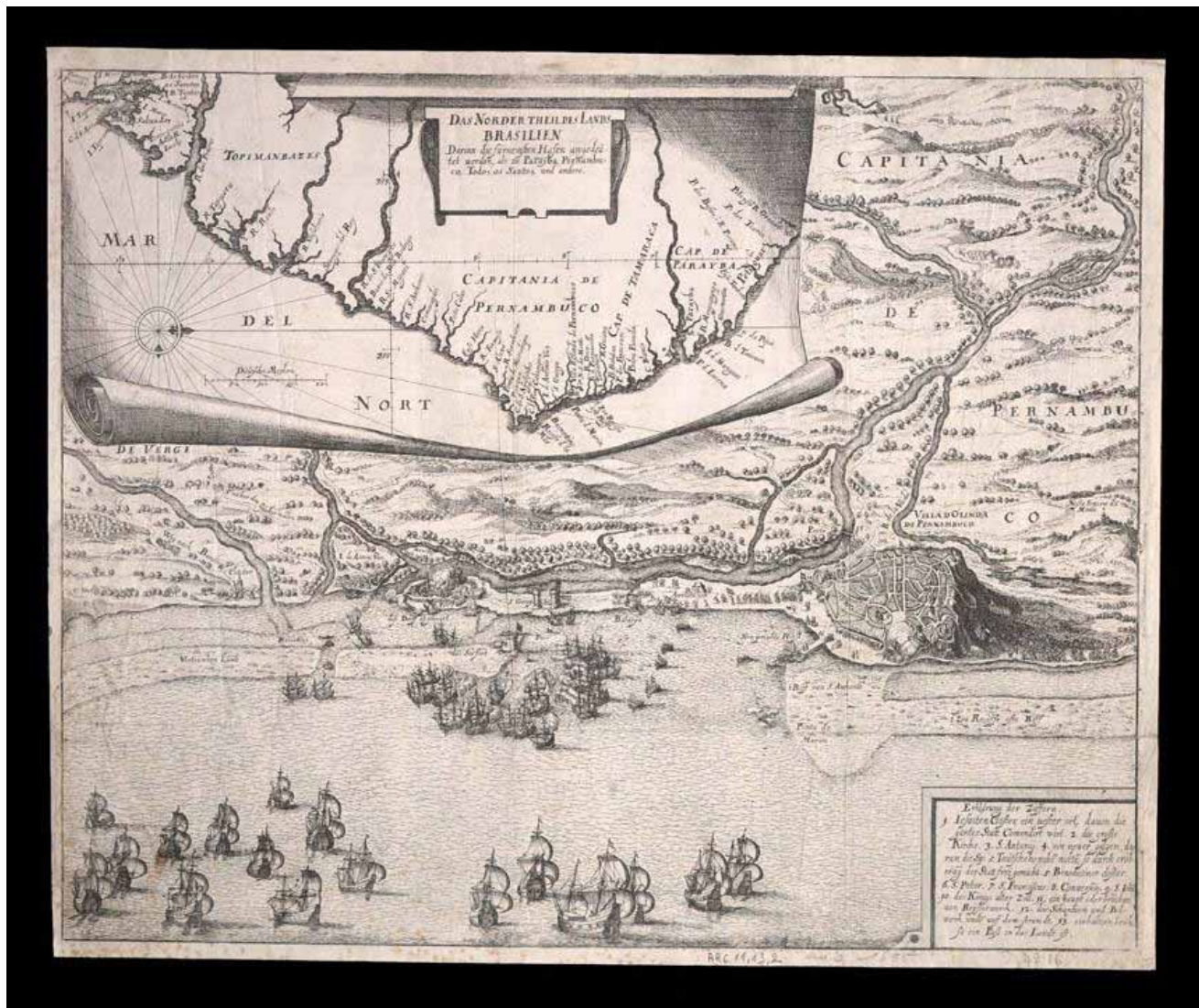
ANEXOS

ANEXO A - Planta da Restituição da Bahia, João Teixeira Albernaz, 1625¹⁰⁹.



¹⁰⁹ Imagem inserida no códice “Estado do Brasil coligido das mais certas notícias”, Mapoteca do Itamarati, Rio de Janeiro.

ANEXO B - Ataque e tomada de Olinda e do Recife pelos holandeses a mando do Almirante Hendrick Corneliszoon Lonck e do Coronel D. Van Weerdenburch – 1630¹¹⁰.



¹¹⁰ Biblioteca Digital del Patrimonio Iberoamericano. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395869.jpg>, acesso em 10/05/2013.

ANEXO C – Frontispício do primeiro tomo da edição de 1735 das Cartas de Antônio Vieira¹¹¹.



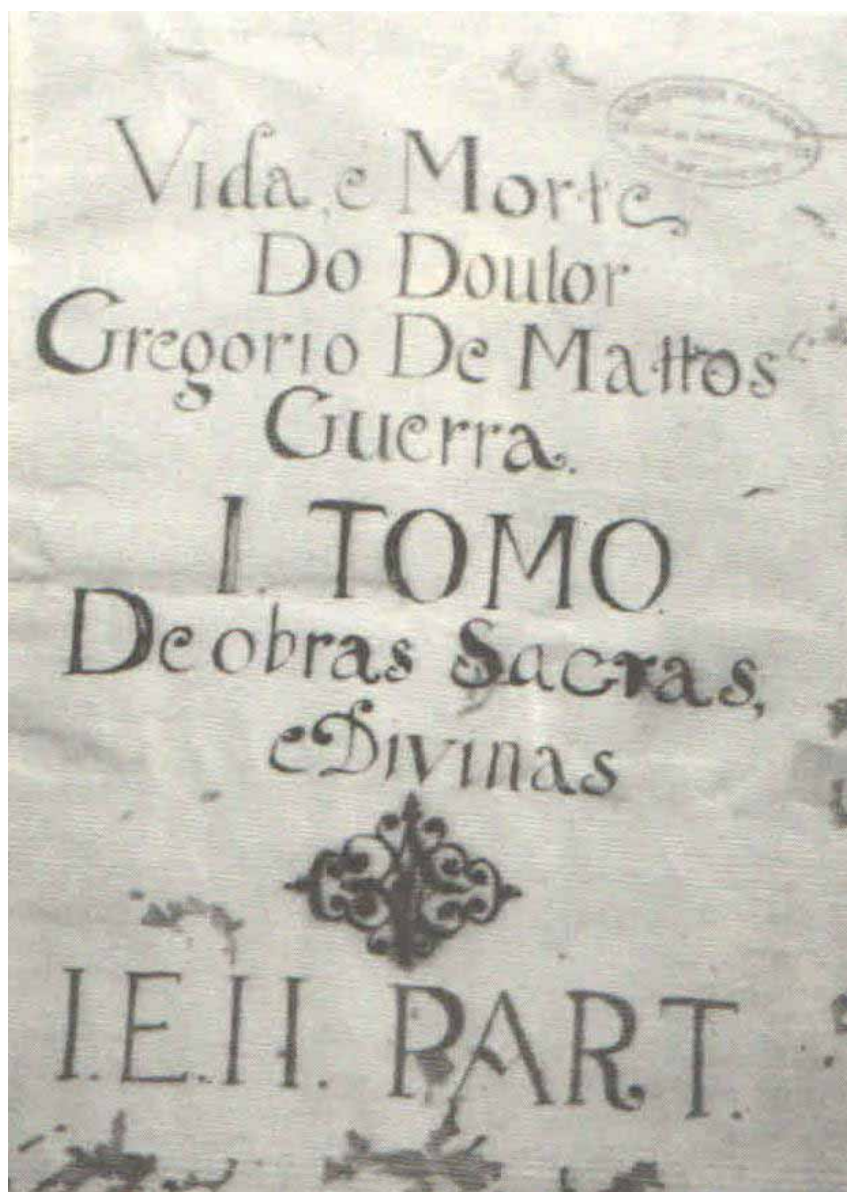
¹¹¹ Fonte: João Adolfo Hansen (2003).

ANEXO D – Retrato do padre Antônio Vieira¹¹².



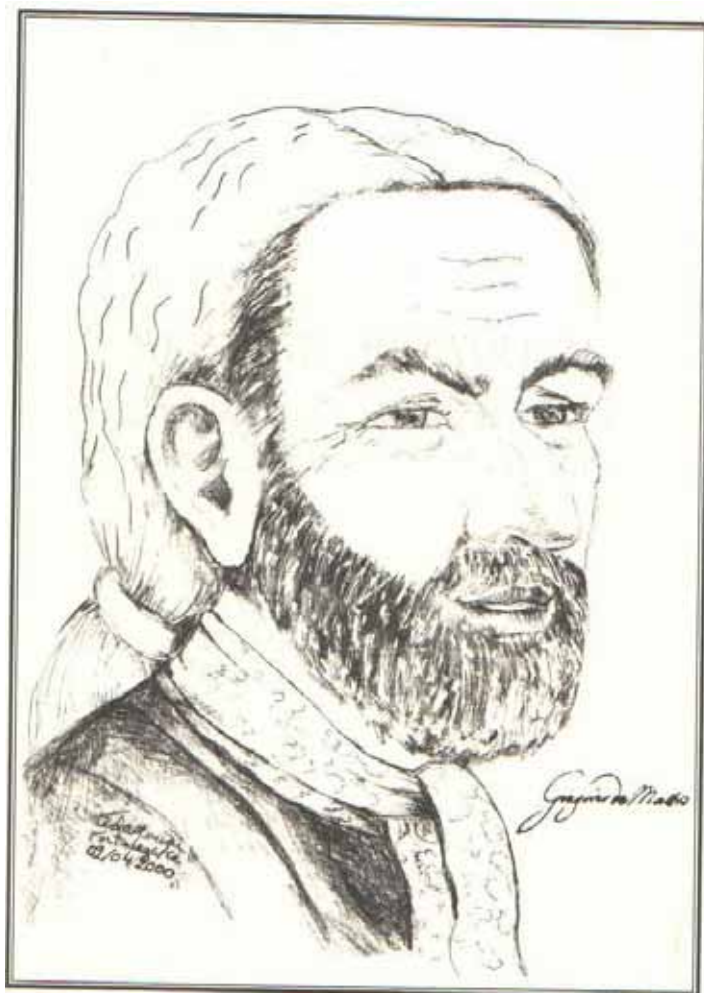
¹¹² Fonte: Ronaldo Vainfas (2011).

ANEXO E – Códice Inocência¹¹³.



¹¹³ Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Referência: 50, 1, 11. Rio de Janeiro.

ANEXO F – Retrato falado de Gregório de Matos, por Lêda Alencar, segundo a descrição do licenciado Manoel Pereira Rabello¹¹⁴.



¹¹⁴ Fonte: Adriano Espínola (2000).